

Fortaleza, 2022



Liziane Bezerra Martins
orientação de **Clevio Dheivas Nobre Rabelo**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M344e Martins, Liziane Bezerra.
Espaço Kanindés: serviços e cultura para a população rural de Canindé-CE. / Liziane Bezerra Martins. –
2022.
160 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Clevio Dheivas Nobre Rabelo.

1. equipamento comunitário. 2. arquitetura. 3. sertão cearense. 4. arquitetura infraestrutural. I. Título.
CDD 720

Espaço Kanindés

serviços e cultura para a população rural de Canindé-CE

Este documento registra o processo de pesquisa e projeto do Trabalho Final de Graduação apresentado à Coordenação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo como requisito parcial à obtenção do título de Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará.

Aprovado em:

____ / ____ / ____

banca examinadora

Prof. Dr. Clevio Dheivas Nobre Rabelo

Orientador . DAUD - UFC

Prof. Me. Bruno Melo Braga

Convidado . DAUD - UFC

M. Carolina Mapurunga Bezerra Coutinho

Convidada

kanindé

palavra de origem tupi-guarani que originou o termo Canindé, utilizado para nomear a arara, o povo indígena originário e o território. Também significa barulho, altas vocalizações. Kanindé é a Terra, o Campo e a Luta.

agradecimentos

Aos meus pais, que são meu alicerce. Ao meu irmão Luciano, por toda a confiança e apoio aos meus sonhos. À minha irmã Luciliana e minha prima (quase irmã) Deyse, por proporcionarem momentos de alívio durante todo esse processo. Ao meu sobrinho Levi que, mesmo sem saber, me inspira a sempre tentar melhorar enquanto pessoa.

Às minhas amigas Ana Kelly e Bia M., por sempre se fazerem presentes na minha vida apesar da distância. Aos sobreviventes da turma 18.1, em especial Alexandre, Débora, Fabrício e Vanielle, por serem as melhores companhias do mundo, por todos os momentos compartilhados e por me proporcionarem uma sensação de lar mesmo estando longe de casa. À minha amiga Nicolle Kerman, por todo o apoio, confiança, risadas e comunicação por olhares nesses últimos anos.

Ao Allyson, por ser a melhor dupla, melhor amigo, companheiro e por sempre me lembrar que mesmo os momentos ruins passam um dia. Essa jornada não teria sido a mesma sem você.

Ao prof. Clevio, meu orientador, por toda a atenção, ensinamentos e inspirações compartilhadas nesse período. À Carolina Mapurunga, cuja participação na banca proporcionou uma ampliação dos horizontes do trabalho. Ao Bruno Braga, pelas contribuições na apresentação preliminar e por ter aceitado compor a banca final.

A todos os professores do curso por terem contribuído na minha formação, em especial a Bia Diógenes por ter me dado a primeira oportunidade em atividades de pesquisa e ao Renan Cid, pelo período incrível que vivenciei enquanto fui a “super monitora” de CA2.

Ao Luiz Cattony, ao Bruno e ao João Marcello, pela convivência e troca de experiências durante a minha passagem no Rede Arquitetos. Vocês salvaram o meu 2022.2.

A todos os meus amigos e familiares que se fizeram presentes ao longo dessa jornada, seja com palavras de incentivo, risadas sinceras ou silêncios reconfortantes.

Tudo o que sou eu devo a vocês.

Muito obrigada.

“Se queres ser universal, começa
por pintar a tua aldeia.”

- **Liev Tolstói**

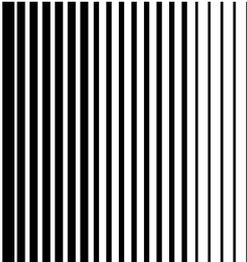
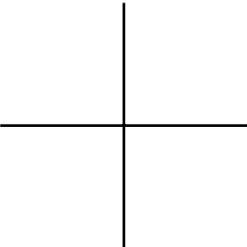
O objeto de estudo da pesquisa é a relação do morador do Campo e pequeno produtor da zona rural com a sede do município. Para isso, primeiramente é traçado um panorama da ocupação do espaço rural brasileiro em diversas escalas, que posteriormente se aproxima do recorte populacional de enfoque: a população rural de Canindé, município localizado no Sertão do Estado do Ceará. São analisadas ainda as questões que envolvem os transportes intramunicipais que diariamente partem dos distritos e assentamentos rurais até a sede, possibilitando as trocas culturais entre Campo e Cidade.

O trabalho visa também realizar um estudo sobre a dimensão infraestrutural da Arquitetura ao aplicar alguns de seus conceitos na concepção de um projeto que possa abrigar as atividades de mobilização comunitária, comerciais, culturais e educacionais desse público ao se reunirem na sede do município, transformando-se assim em um direcionador de fluxos e importante equipamento comunitário. Com esta pesquisa objetiva-se dar maior visibilidade às atividades e à história dessa parcela da população de Canindé, que apesar de sua importância nas lutas do Campo em escala nacional nas últimas décadas, ainda é pouco conhecida e pode ser mais valorizada como constituinte da história do município. Vale destacar que, sobretudo, este trabalho tem a intenção de homenagear o povo camponês e sua luta diária pela terra, pela cultura e pelo direito à memória para suas tradições.

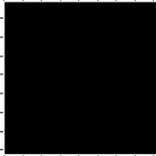
The object of study of the research is the relationship between rural residents and small producers in rural areas with the municipality's headquarters. To do this, firstly, an overview of the occupation of Brazilian rural space is outlined at different scales, which later approaches the population section of focus: the rural population of Canindé, a municipality located in the Sertão of the State of Ceará. Issues involving intra-municipal transport that daily depart from districts and rural settlements to the headquarters are also analyzed, enabling cultural exchanges between Countryside and City.

The work also aims to carry out a study on the infrastructural dimension of Architecture by applying some of its concepts in the design of a project that can house the community mobilization, commercial, cultural and educational activities of this public when they gather at the municipal headquarters, transforming them into become a flow driver and important community equipment. This research aims to give greater visibility to the activities and history of this part of the population of Canindé, which despite its importance in rural struggles on a national scale in recent decades, is still little known and can be more valued as a constituent of history. of the municipality. It is worth highlighting that, above all, this work is intended to honor the peasant people and their daily struggle for land, culture and the right to memory for their traditions.

sumário



	01 introdução	14
	1.1 justificativa	16
	1.2 objetivo geral	18
	1.3 metodologia	19
	02 a Terra	21
	2.1 o Campo no Brasil	23
	2.2 a zona rural e a cultura popular do Ceará	31
	2.3 a zona rural e a cidade de Canindé	36
contexto	03 o Homem	45
	3.1 perfil do morador da zona rural de Canindé	48
	04 a Luta	53
	4.1 as feiras de agricultores e os espaços de congregação	56
	4.2 a luta sindical e sua relação com o fortalecimento comunitário	63
	4.3 educação no campo: formar cidadãos conscientes e oferecer novas oportunidades	67
	05 diagrama, infraestrutura e arquitetura	69
processo	5.1 arquitetura como infraestrutura	72
	5.2 arquitetura bioclimática e suas estratégias para o local	75
	5.3 o diagrama na arquitetura	78
	5.4 referências arquitetônicas e diretrizes	80
	06 local	94
	6.1 a escolha do local de intervenção	99
	6.2 diagnóstico da área	103
	6.3 análise físico-ambiental	106
	07 intervenção	110
projeto	7.1 caracterização	111
	7.2 justificativa	111
	7.3 programa	112
	7.4 o projeto	113
	08 conclusão	153
	09 bibliografia	155



parte **01**
CONTEXTO

Festejos em Canindé. Foto por:
Marcel Gautherot, 1953. Fonte:
Instituto Moreira Sales.

01

introdução

O centro das cidades de pequeno e médio porte no interior do Ceará são importantes pontos de convergência de fluxos com as mais diversas finalidades. Seja para resolver assuntos burocráticos, ter acesso aos serviços de saúde e até mesmo fazer compras, os cidadãos deslocam-se diariamente até esse lugar que por vezes não conta com equipamentos e serviços suficientes para acolhê-los. Quando se trata do deslocamento diário dos cidadãos provenientes da zona rural dos municípios, essa situação adquire um grau de complexidade maior, pois grande parte deles depende de transportes coletivos fiscalizados pela prefeitura que possuem horários restritos de funcionamento.

Tendo como pano de fundo a questão dos deslocamentos diários dessa parcela da população, podemos analisar ainda, no contexto de um município do sertão do Ceará que conta com uma população superior a 70.000 habitantes, a importância da presença de equipamentos arquitetônicos com dimensão infraestrutural capazes de abrigar diversos serviços e atividades específicas do morador do campo. Nesse sentido, o trabalho objetiva analisar o perfil do cidadão proveniente da zona rural e sua relação com a sede do município sob o olhar crítico da arquitetura e urbanismo buscando, ainda, analisar de que forma o profissional e pesquisador pode contribuir para o aprimoramento da situação estudada.

Nesse sentido, foram escolhidos três aspectos principais a serem analisados: **A Terra, O Homem e A Luta**, tendo como inspiração a estrutura de capítulos

da obra literária *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Esses tópicos representam o Campo, o morador da zona rural e sua relação com a sede do município, bem como as principais atividades e serviços demandados por esse grupo que por vezes tem sua participação ativa nas decisões do município dificultada pela insuficiência na divulgação de informações por parte dos órgãos competentes, aliada ainda ao distanciamento territorial entre as localidades rurais e os locais de mobilização por melhorias urbanas.

Para alcançar uma análise apurada do camponês e sua rotina na atualidade é necessário primeiro se desprender de definições pré-concebidas, conforme afirma Bezerra (2011):

“Ao analisar o camponês deve-se considerar vários elementos que incluem seu modo de vida, suas relações de trabalho com a terra, enfim, as particularidades e transformações dessa classe.”

(BEZERRA, 2011, p.12)

Dessa forma, observa-se a importância de estudos com foco nos habitantes da zona rural, bem como a existência de equipamentos que consigam atender suas necessidades. Sejam elas da esfera educacional, comercial, cultural e até mesmo comunitária, todas as manifestações devem ser acolhidas e visibilizadas por meio da concepção de espaços capazes de incentivar a realização dessas atividades da forma mais satisfatória possível para seus usuários.



Figura 1: Transportes coletivos oriundos da zona rural estacionados ao redor da Praça Cruz Saldanha. Fonte: acervo da autora.

1.1 justificativa

O presente trabalho apresenta como justificativa o interesse inicial da autora em compreender a dinâmica dos moradores e pequenos produtores da zona rural do município de Canindé - CE, bem como suas relações com a sede do município. Soma-se a isso o desejo de explorar a temática do Campo em diversas escalas de análise, tendo como enfoque os cidadãos que se relacionam com a agricultura familiar, bem como a população da zona rural que possui menores condições financeiras, uma vez que, historicamente, os estudos e investimentos no Campo estão em sua maioria voltados àqueles que já foram historicamente favorecidos.

Conforme o que afirma Viviane dos Santos Bezerra, o camponês por vezes é colocado em segundo plano em pesquisas sobre a formação do território rural nacional, que acabam por favorecer as classes dominantes em seus registros, ou seja, os grandes produtores e latifundiários:

“Desse modo, muito do que se conhece a respeito da apropriação das terras no Brasil está ligado ao pensamento de uma classe dominan-

te que deixou registrado o que lhe convinha, procurando garantir a sustentação desses direitos de forma institucional, criando leis que os amparasse.”

(BEZERRA, 2011, p.03)

Dessa forma, a pesquisa busca ressaltar o protagonismo dessa parcela da população não apenas para a produção de alimentos, mas também como importante agente de formação da cultura e fomentador da consciência social junto ao fortalecimento comunitário para outros grupos historicamente desfavorecidos. Escolheu-se essa temática, ainda, por sua capacidade de fornecer o embasamento teórico necessário para a concepção de uma intervenção arquitetônica e infraestrutural que possibilite uma melhora da experiência dos moradores da zona rural ao se deslocarem diariamente até a cidade.

A problemática foi identificada a partir de visitas ao Centro da cidade de Canindé no período matutino, em que

foi observada uma forte presença de transportes públicos oriundos dos distritos da zona rural, popularmente conhecidos como “carros de horário”, estacionados em determinadas áreas do bairro. Identificou-se que a chegada e permanência desses transportes é um potencial de agregação de canindeenses da área rural. Apesar de representar um fluxo considerável na cidade, o acolhimento a essa população que se desloca diariamente para acessar serviços que estão localizados na sede mostra-se insuficiente e por vezes, secundarizado na dinâmica urbana. Os veículos ficam estacionados ao redor da praça Cruz Saldanha (conhecida como “Praça Azul”), local que originalmente não foi projetado para essa função (ver Figura 1).

Aliado a isso, os cidadãos da zona rural não encontram áreas de espera sombreadas, resultado de uma dinâmica que se adaptou ao meio por não possuir locais específicos para a sua realização. Espera-se apontar uma solução para a problemática, transformando-a em potencialidade de concentração de fluxos para o local onde estarão os serviços da intervenção arquitetônica e paisagística elaborada.

Outra questão levantada está relacionada com a Feira de Agricultores que é organizada pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Canindé. A chamada feira das frutas ocorre semanalmente às quartas-feiras ao longo da Rua Professora Mercês Santos, local designado pela gestão municipal. Assim como o local de estacionamento dos carros de horário, a feira atualmente não conta com a infraestrutura adequada para o seu acontecimento. Portanto, objetiva-se incorporar a característica de abrigo para as feiras de agricultores na intervenção proposta.

Justifica-se ainda a escolha de um centro educacional e comunitário voltado às necessidades do morador do campo e

produtor rural. Com ele, busca-se incentivar a formação acadêmica (com foco na Educação de Jovens e Adultos) e profissional dessa parcela da população canindeense, bem como fomentar o fortalecimento comunitário e cultural por meio de espaços de livre apropriação para atividades diversas. A pesquisa está, ainda, de acordo com o objetivo de desenvolvimento urbano do município, conforme está descrito no artigo 10 do Plano Diretor Participativo de Canindé (Lei N°1651/2000), em que consta:

“A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo atuar na promoção da organização espacial para o crescimento saudável e equilibrado dos setores urbanos e comunitários, na oferta de infraestrutura, na eliminação e controle de conflitos de uso, de forma a estimular os usos compatíveis.”

(PDP/Canindé, 2000.)

Por fim, cabe mencionar ainda o interesse em, com a pesquisa, sistematizar, armazenar e interpretar informações sobre o município de Canindé, além de fomentar nas próximas gerações de estudantes de Arquitetura e Urbanismo o interesse em pesquisar problemáticas de municípios de pequeno e médio porte junto da proposição de possíveis soluções para cada contexto. A inserção de estudos no meio acadêmico sobre as cidades do interior do país se torna cada vez mais necessária para que se formem profissionais conscientes da realidade nacional como um todo e que sejam capazes de levar as melhores arquiteturas possíveis, independente de sua localização territorial ou geográfica.



Figura 2: Atual local da “Feira das Frutas”.
Fonte: acervo da autora.

1.2 objetivo geral

A pesquisa tem como objetivo geral a criação e desenvolvimento de uma proposta arquitetônica de um centro comunitário e espaço de formação de jovens e adultos no município para atender a população da zona rural de Canindé, cidade localizada no sertão do Ceará, que se desloca diariamente até a sede do município. Além disso, busca-se ainda realizar a proposição de um novo local para a Feira dos Agricultores de Canindé, sendo organizada pelo Sindicato dos Produtores Rurais no Centro da cidade. Com essas intervenções, espera-se o melhoramento da experiência dos habitantes do Campo na Cidade, junto do incentivo ao fortalecimento comunitário e aumento da sensação de pertencimento nas dinâmicas entre urbano e rural ao grupo social de enfoque da pesquisa.

objetivos específicos

1. Fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o panorama do campo nos níveis nacional, regional e municipal;
2. Analisar e compreender o perfil do morador do campo e produtor rural, além da sua relação com a sede do município;
3. Entender a importância dos espaços multifuncionais para o fortalecimento comunitário no contexto estudado;
4. Levantar dados sobre o município de Canindé-CE, tendo como enfoque os distritos e assentamentos da zona rural e suas relações com a Sede.

1.3 metodologia

Visando a elaboração de uma proposta coerente com os objetivos e coesa com o contexto estudado, foram adotados alguns procedimentos metodológicos. De início, foi feita uma aproximação da temática por meio de **revisão bibliográfica** de livros, artigos científicos, teses, dissertações, trabalhos de graduação, revistas e outras fontes que abordam a zona rural nas diferentes escalas de estudo pretendidas.

Aliado a isso, foi feita uma **pesquisa exploratória de dados da zona rural pré-existent**s a nível nacional, estadual e, de maneira mais detalhada, municipal. Para isso, foram consultadas as bases de dados de instituições como IBGE, IPECE, INCRA, SDA, dentre outros. Como complemento da aproximação por meio de bibliografias, foram feitas **visitas de campo** ao sítio do projeto, ao local onde acontece a Feira dos Agricultores bem como à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé a fim de observar e compreender a interação da população do Campo com determinadas áreas da cidade.

Quanto aos dados a respeito do município, foram encontradas dificuldades devido a localização do projeto e, em alguns casos, ausência ou insuficiência de sistematização dos dados por parte das autoridades competentes. Para suprir parte das necessidades, foram feitos **levantamentos** através de observação de imagens de satélite e visitas ao local, junto da

especialização - recorrendo a **produção de mapas, diagramas, dentre outras formas de representação gráfica** - de dados disponibilizados em formato de texto pelas secretarias e demais órgãos consultados. A problemática enfrentada evidencia parte dos empecilhos ao planejamento e concepção de projetos em cidades de médio e pequeno porte, principalmente quando o público-alvo dos estudos é a população residente na zona rural.

A partir do embasamento proporcionado pelas etapas anteriormente citadas, foi possível estabelecer os critérios adotados para a escolha do sítio e estruturação da proposição arquitetônica almejada. Há, ainda, a elaboração de um programa de necessidades base para o projeto, que poderá ser expandido e modificado conforme as solicitações dos usuários.

Com a finalidade de conceber uma intervenção flexível e adaptada ao contexto, foi adotada uma **metodologia de projeto que parte da abstração**, utilizando-se de conceitos, técnicas e operações que faz uso de obras de referência para, por meio da abstração seguida da aproximação com o problema real, extrair dispositivos projetuais. Em conclusão, o projeto elaborado é representado em diagramas, programa de necessidades, desenhos técnicos e perspectivas tridimensionais que possam direcionar a uma leitura clara da proposta.

Cachoeira dos Coelhos, zona rural de Canindé, 2019. Fonte: WF Imagens Aéreas.

02
a Terra

“A conclusão é que terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia.”

- Dom Tomás Balduino

introdução

Conforme afirmam Rocha e Cabral (2016, p. 76), é relevante uma abordagem histórica sobre a questão agrária no Brasil desde a colonização do país pelos portugueses, pois é neste período que se origina o processo histórico que derivou o cenário atual do campo brasileiro.

Nesse sentido, neste tópico será traçado um breve panorama histórico do Campo no Brasil em diversas esferas e em diferentes épocas para que possamos, assim, compreender parte das questões agrárias que perpassam o cotidiano do morador da zona rural e, por vezes, se impõe como condicionantes para fatores econômicos e educacionais específicos. Essa porção do

território será analisada sob as escalas nacional, estadual e municipal. A última esfera contará ainda com um breve histórico de ocupação junto da análise dos distritos da zona rural de Canindé, bem como suas influências para a formação cultural, econômica e educacional do município.

A seguir, é abordado o perfil do morador da zona rural, sua relação com a sede do município, além de suas principais atividades cotidianas. Ao buscar compreender os costumes da população alvo da pesquisa, objetiva-se conseguir o embasamento teórico necessário para a proposição projetual a ser pensada para a localidade.

2.1 o Campo no Brasil

a. breve histórico da ocupação do Campo no Brasil

Desde o período colonial Campo e a produção agrícola tem sido foco dos investimentos governamentais e privados. A ocupação do território foi intensificada com a exploração de grandes porções de terra para fins agrícolas. É possível perceber que a agricultura e a ocupação do espaço rural do país até hoje lutam para se desvencilhar da herança do passado colonial, época em que a economia nacional era majoritariamente embasada no latifúndio e na monocultura, ambos voltados para uma cultura de exportação de alimentos.

Os grandes agricultores foram destaque não apenas no fator de enriquecimento, mas também no que diz respeito aos incentivos econômicos da colônia nesse grupo específico de produtores. A economia nacional era constantemente modificada para atender as demandas do mercado internacional, conforme afirma Souza (2013):

“No Brasil, a agricultura foi bastante marcada pelas suas origens coloniais, que possuía como modelo de incentivo de economia e de sociedade, o incentivo aos latifúndios, as monoculturas, destinadas à exportação e a mão de obra escrava. Os sucessivos ciclos econômicos corresponderam à evolução e variação do mercado internacional, deixando o setor agrícola suscetível às alterações nos padrões de exportação.”

(SOUZA, 2013, p.16)

A história oficial tende a valorizar os grandes produtores, enquanto os pequenos produtores e camponeses são relatados como agentes secundários na transformação do espaço rural. Ao contrário do que é amplamente difundido pelas classes dominantes, o camponês possui um papel fundamental na formação cultural e territorial do país por ser um povo com um profundo histórico de lutas pelo direito à terra e por condições dignas de produção.

“O campo brasileiro é resultado deste processo histórico que culminou em um campo desigual.”

(ROCHA E CABRAL, 2016, p.76)

Em um contexto em que a estrutura fundiária se embasou na distribuição de grandes porções de terra nas mãos de poucos senhores desde os primeiros anos do processo da colonização do Brasil, os camponeses encontram dificuldades para a permanência na área rural. Para Rocha e Cabral (2016, p. 76), “os latifúndios predominam no país e os camponeses que conseguem permanecer no campo vivem em situações difíceis, pois os investimentos do Estado para os pequenos agricultores são ínfimos diante das necessidades que eles apresentam.”

Nos primeiros anos pelos portugueses, o que se observou foi uma transferência direta do conceito de propriedade e da cultura mercantilista europeia para uma localidade que anteriormente não possuía esses costumes, mas sim explorava as possibilidades do solo de forma comunitária. Logo, o conceito de propriedade privada como era praticado na Europa pareceu, inicialmente, estranho aos primeiros povoadores das terras que hoje conhecemos como Brasil.

Já nessa época se iniciou a cultura de exploração das terras nacionais com foco no mercado internacional por meio da prática de escambo, que consistia na exploração dos povos indígenas para a extração de pau-brasil, recurso este que era trocado por objetos de valor ínfimo, como espelhos, pentes, machados, dentre outros. Essa forma de exploração da terra e do trabalhador ainda perdurou por cerca de trinta anos, período esse em que não ocorreu distribuição de terras nem foi iniciado o povoamento do local por parte dos portugueses (SERRA, 2003).

Após a decisão de Portugal por ocupar e colonizar definitivamente o Brasil, foi instaurado um sistema econômico ainda baseado na exploração da terra, desta vez motivado pela monocultura da cana-

-de-açúcar, produto bastante valorizado no mercado internacional da época. Conforme a demanda por esse produto foi crescendo, o país foi adaptando o seu espaço rural para comportar cada vez mais grandes fazendas e engenhos voltados à sua produção, restringindo assim a ocupação dessa porção do território pelos pequenos produtores, que na época estavam voltados para a chamada agricultura de subsistência.

Ainda na época do cultivo da cana, o país passou pela sua primeira divisão de terras por meio do sistema de sesmarias e, posteriormente, de capitânicas hereditárias. Nele, a Coroa portuguesa concedia grandes porções de terra para poucos beneficiários, os capitães donatários, instalarem grandes centros de cultivo e moagem de cana junto aos engenhos.

O regime de sesmarias, terras a serem doadas no Brasil pela Coroa a partir do século XIV, e, posteriormente o de capitânicas hereditárias, já representavam um costume exploratório antigo de Portugal. Nele, os colonizadores concediam glebas aos sesmeiros que poderiam ficar com as mesmas sob a condição de cultivar produtos agrícolas voltados à exportação. No regime de capitânicas hereditárias, o território nacional foi dividido inicialmente em 14 capitânicas distribuídas para 12 donatários - dotados de total responsabilidade pelos investimentos no território - a serem repassadas de pai para filho ao longo das diferentes gerações.

Dessa forma, os portugueses conseguiam altos lucros com baixos investimentos junto do povoamento do território, evidenciando ainda mais o embasamento da economia da Colônia na exploração do latifúndio para fins de exportação. Deu-se início, assim, ao processo de concentração fundiária do país, que está diretamente conectado à concentração de renda e terra nas mãos de poucos.

Mesmo após a instituição do Governo Geral (1549-1763) que objetivava certa centralização administrativa, as capitâneas não perderam sua influência sobre o território nacional graças à importância das grandes lavouras para a monocultura em larga escala. Para atender às solicitações de mercado, o Brasil passou a explorar cada vez mais o sistema de plantation, que tem como bases o latifúndio, monocultura, exploração de mão-de-obra escravizada e produção voltada ao comércio exterior. Percebe-se, então, a constituição histórica do espaço rural brasileiro fortemente marcada pela posse de terras nas mãos de poucos proprietários.

Conforme afirmam Rocha e Cabral (2016), o regime antigo de distribuição de terras teve seu fim no Brasil após a proclamação da independência no ano de 1822, uma vez que esse sistema era oriundo da legislação portuguesa, que perdeu sua influência em territórios brasileiros.

Em paralelo à produção incentivada pelo governo, havia ainda os pequenos agricultores, camponeses que faziam uso de suas pequenas propriedades para cultivar gêneros alimentícios voltados ao mercado interno e para consumo próprio. Nomeada em diversas bibliografias como agricultura de subsistência, essa forma de cultivo era administrada principalmente por pequenas famílias e sempre constituiu a rotina das atividades produtivas do país (MATTEI, 2014).

O povo camponês foi desfavorecido em diversos momentos da história do país, principalmente no contexto colonial,

uma vez que não tinha a possibilidade de ser proprietário de terras nem de trabalhar nas grandes lavouras, que faziam uso de mão-de-obra escrava. O que se pode observar é que a agricultura de subsistência, ou agricultura familiar, mesmo com toda sua importância para a economia local e na formação histórica do país, não recebeu incentivos econômicos adequados como ocorreu nas grandes propriedades e, por vezes, teve sua existência dificultada por meio de sanções legais.

Tendo como exemplo a Lei de Terras (1850), que proibiu a ocupação de terras devolutas (terras públicas sem uso) e impôs como forma de aquisição das mesmas a compra em dinheiro, o que se observa no Brasil é uma prática histórica de favorecimentos legais aos grandes latifundiários. Até mesmo o Estatuto da Terra (1964), política instituída no período da ditadura militar que instituiu o conceito de reforma agrária e estabeleceu uma série de parâmetros para os imóveis rurais, na realidade não objetivava a redistribuição fundiária, uma vez que traz os pequenos produtores para as terras devolutas do Estado.

Logo, mesmo com os avanços das últimas décadas, o Campo continua sendo um espaço de desigualdade e intensas disputas em que o povo camponês, apesar de sua força de trabalho aliado à sua importância histórica e econômica, acaba na maior parte das vezes sendo desfavorecido pelos demais agentes transformadores do espaço rural.

b. relação entre a zona rural e a sede dos municípios brasileiros

No tópico anterior, vimos a relação direta das atividades rurais no processo de povoamento do território e nos diversos ciclos econômicos da história do país. É evidente a importância da zona rural brasileira para a construção da cultura nacional, principalmente no que diz respeito aos pequenos produtores. Neste tópico, serão abordadas as atuais conceituações que envolvem o espaço rural junto de uma breve análise da sua relação com a sede dos municípios.

De acordo com o que defende Hespanhol (2013, p. 104), antes de serem iniciadas as discussões que envolvem o rural e o urbano é necessário traçar um paralelo com as conceituações de campo e cidade,

pois uma clara distinção entre os termos deste par dialético representam a chave para a compreensão dos diferentes processos que envolvem as localidades. Os termos rural-urbano e campo-cidade apesar de opostos representam, na verdade, duas partes indissociáveis ao longo da história, sendo praticamente impossível compreender as definições do primeiro sem traçar uma contraposição com o segundo e vice-versa. Ambos são agentes transformadores do espaço e da sociedade, sendo fundamental o entendimento do todo para que se possa definir suas referidas partes, conforme afirma Hespanhol (2013, p. 104-105):

“Historicamente, esses pares rural-urbano e campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, já que não existiriam isoladamente, pois embora ‘apresentem um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto uma totalidade concreta do modo de produção capitalista’ (SOUZA, 2010, p. 195 apud LOPES; WENDEL, 2010). Campo e cidade, rural e urbano, expressam, numa perspectiva marxista, no modo de produção capitalista, a culminância do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho.”

(HESPANHOL, 2013, p.104-105)

No meio acadêmico, as relações entre espaço rural e urbano são estudadas por meio de duas abordagens principais: dicotômica e continuum. A abordagem dicotômica afirma que campo e cidade se apresentam como diametralmente opostos e com poucas possibilidades de interação. Já na continuum, é defendida a ideia de que tais localidades são complementares com diferentes níveis de integração entre si, diferindo da abordagem continuum dá maior foco em uma forte relação de contraste que limita as interações e trocas culturais.

Neste trabalho, será dada maior ênfase no continuum, principalmente por sua segunda vertente, que defende as relações de aproximação entre cidade e campo que mesmo sendo cada vez mais profundas por conta da globalização em diversas escalas, não suprime as particularidades que caracterizam cada um desses espaços.

O processo de identificação do que deve ser considerado urbano ou rural ocorre de maneiras diferentes em cada país. No Brasil, por exemplo, conforme afirma Girardi (2008), ‘é baseada na lei e desconsidera o mensuramento de características como o tamanho populacional, ocupação, renda ou pressão antrópica’. Essa divisão toma como base majoritariamente os dados de área das localidades, dividindo a população em rural ou urbana considerando apenas a localização geográfica de suas habitações.

As atuais definições utilizadas como base para essa classificação foram elaboradas a partir de estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera urbanas as sedes municipais e distritais cujos limites territoriais são estabelecidos pela legislação municipal. Já as

áreas rurais são as porções do município que não se encaixam nas características descritas ficando, assim, definidas como a área que está fora dos limites urbanos.

Podemos analisar a relação entre o rural e o urbano tomando como ponto de partida os recentes incentivos à integração entre campo e cidade. Tais incentivos se tornaram mais presentes a partir do momento em que diferentes gestões ao longo do território brasileiro começaram a adotar uma postura de desenvolvimento regional sustentável em contrapartida com o modelo praticado anteriormente, que dava importância apenas ao crescimento e desenvolvimento industrial das cidades, tratando o campo como um anexo das mesmas.

O desenvolvimento regional sustentável, na perspectiva de Marcuzzo e Ramos (2008) considera ainda a melhora da qualidade de vida de toda a população envolvida no processo sem trazer prejuízos para nenhuma das partes, independentemente de estar localizado em meio rural ou urbano, sendo descrito como:

“O desenvolvimento regional sustentável, este definido como sendo o desenvolvimento que se dá pela satisfação das necessidades das gerações presentes em uma determinada região, sem comprometer a capacidade das gerações futuras também podem satisfazer as suas necessidades, promovendo o progresso permanente de uma comunidade e de seus respectivos membros.”

(MARCUZZO e RAMOS, 2008, p.08)

As relações entre campo e cidade podem ser entendidas como um reflexo da globalização imposta pelo capital. A continuidade dos espaços ao longo do território municipal evidencia uma crescente interação por meio de trocas culturais e até mesmo de serviços básicos, tornando o urbano e o rural cada vez mais próximos. Entretanto, essas interações são por vezes prejudicadas pela desigualdade social e territorial, que acabam por dificultar o desenvolvimento igualitário de ambas as partes envolvidas. A fim de controlar o aumento das desigualdades, é de fundamental importância a presença de órgãos gestores dessas relações para que elas não se tornem apenas uma exploração do rural visando o favorecimento do urbano, mas que possa beneficiar também o meio rural. Sobre essa relação, Lemos (2018) afirma:

“Os espaços devem incorporar serviços e funções diversas que atendam a todos os cidadãos independentemente do espaço ser denominado rural ou urbano.”

(SOUZA, 2013, p.28)

“Parte-se do pressuposto de que o entendimento da relação hodierna entre campo e cidade, assim como entre espaço urbano e rural, perpassa pela compreensão de que tal relação é um produto social erigido no processo de divisão social do trabalho e transformado sob a cadência do amadurecimento do modo de produção capitalista, cuja tessitura de formas de sociabilidade apresenta como idiosincrasia as condições imanentes à reprodução da sociedade capitalista. Essa é caracterizada por desigualdades complementares, expressas tanto nas formas quanto nos conteúdos dos lugares.”

(LEMOS, 2018, p.43)

Já nas pequenas cidades brasileiras, intensas transformações produtivas e sociais foram responsáveis pelas modificações na relação campo-cidade. Essas mudanças estão relacionadas principalmente com a evolução dos meios de circulação e comunicação, ou seja, por uma fluidez geral de fluxos, sejam eles de pessoas, cargas e até mesmo informações, conferindo assim uma nova forma de sociabilidade entre o urbano e o rural.

Junto a esse avanço tecnológico, surgiu ainda uma maior divisão do trabalho, principal objeto de estudo nas relações espaciais citadas. O desafio de gerir essas relações se coloca para os municípios de pequeno e médio porte enquanto processos de transformação e produção do espaço. Atualmente, as relações de trabalho e de consumo são as principais motivações da integração campo-cidade, sendo essas

o principal objeto de estudo desta pesquisa.

Cabe mencionar, ainda, a urgência na superação de conceitos ultrapassados sobre rural-urbano e campo-cidade. Muitas vezes, o meio rural é tratado como sinônimo de falta de progresso e atraso tecnológico e cultural, enquanto o urbano representa os ideais de modernidade e globalização incentivados pelo capital. Souza (2013), defende esse ponto de vista ao afirmar:

“Superar os estereótipos proporcionará que as análises espaciais se aproximem do real, atendendo as necessidades da população, ao reduzir as contradições que estão postas. Os espaços devem incorporar serviços e funções diversas que atendam a todos os cidadãos independentemente do espaço ser denominado rural ou urbano.”

(SOUZA, 2013, p.28)

Desse modo, é preciso buscar não apenas por meio da produção acadêmica, mas também por decisões projetuais, quebrar os paradigmas que envolvem a relação entre zona rural e cidade. As sedes dos municípios brasileiros por vezes representam para a população da zona rural um local de congregação e trocas culturais, rompendo assim com os mitos de dependência total do rural para com o urbano. Esses conceitos apresentam uma relação de codependência que deve ser estudada e compreendida ser as amarras das definições pré-concebidas.

c. a importância do pequeno produtor rural para a economia nacional

Antes de relatar dados que comprovam a importância do pequeno produtor rural e da agricultura familiar no Brasil, é necessário primeiro recorrer à definição de agricultura familiar que consta no Decreto nº9.064, de 31 de maio de 2017, uma vez que “tem dinâmica e características distintas da agricultura não familiar” (IBGE, 2017). Segundo a legislação, pode-se considerar agricultor familiar e empreendedor familiar rural aqueles que praticam atividades rurais que correspondam aos seguintes requisitos:

1. Não detenha uma área superior a 04 (quatro) módulos fiscais (unidade de medida em hectares que representa a área média das propriedades rurais de cada município);
2. Utilize predominantemente a mão de obra da família no empreendimento;
3. Tenha percentual mínimo de cinquenta por cento da renda familiar proveniente das atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;
4. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Além disso, a definição abrange ainda silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos remanescentes de comunidades tradicionais que atendam aos requisitos anteriormente citados. A Política Nacional da Agricultura Familiar objetiva a descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação da políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; junto da participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Conforme aponta o Censo Agropecuário do IBGE realizado no ano de 2017, a produção proveniente dos pequenos produtores rurais atualmente é responsável por produzir mais de 70% dos gêneros alimentícios consumidos no cotidiano dos brasileiros, contando atualmente com 3,9 milhões de estabelecimentos que correspondem às características de agricultura familiar. Ou seja, apesar de não contarem com áreas expressivas de terrenos agricultáveis se comparada com a agricultura não-familiar, as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais inferem impacto positivo tanto para a economia quanto para a

saúde alimentar no território brasileiro. Mattei (2014) ressalta a importância dessas atividades para o país. Segundo ele:

“É justamente esta forma de produção que se encontra em evidência atualmente no meio rural brasileiro, ao agregar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que se cultuam valores e tradições. Isto tudo conforma uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais.”

(MATTEI, 2014, p.77)

Apesar de representar, de acordo com o Censo Agropecuário, 76,8% dos estabelecimentos de agricultura do país e movimentar cerca de 107 bilhões de reais na economia nacional, os pequenos produtores ocupam apenas 23% do território total destinado às atividades agropecuárias, evidenciando assim a forte desigualdade da distribuição fundiária brasileira. Quanto às porcentagens de gêneros alimentícios, essa atividade é responsável por cerca de 70% da produção total de feijão; 34% da produção de arroz; 87% da produção total de mandioca; 46% da produção de milho; 58% da produção de leite e 38% da produção de café em território nacional. Cabe mencionar ainda que esses alimentos são direcionados ao mercado nacional, sendo responsáveis, assim, pelo abastecimento de diversas famílias brasileiras.

Com base nesses dados, é possível constatar o papel decisivo dos agricultores familiares não apenas para a economia e para a produção nacional, mas também para a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, uma vez que essa modalidade de cultivo traz menos impactos ambientais negativos se comparada à produção executada em larga escala e voltada para a exportação. Portanto, mostra-se fundamental a existência de políticas públicas que viabilizem e incentivem a agricultura familiar e, futuramente, possam regulamentar uma transição gradual do atual modelo de exploração com viés de exportação para atividades mais sustentáveis, cultivando assim uma nova imagem para o rural brasileiro em que se destacam a produção dos trabalhadores e os baixos impactos ao meio ambiente.





Figura 3: Participação do MST Canindé no Grito dos Excluídos (2022).
Fonte: Brigada Mandacaru.

2.2 a zona rural e a cultura popular do Ceará

a. histórico da ocupação do campo no Ceará

Vimos nos tópicos anteriores que a ocupação do território nacional, em seu período de colonização, se deu inicialmente na zona costeira e posteriormente foi passando por um processo de interiorização com base nos diferentes ciclos econômicos e no desejo de assegurar a dominação territorial. No Nordeste, e principalmente no Ceará, não foi diferente. Silva e Alencar (2015) discorrem sobre o processo de interiorização. Segundo eles:

“O processo de interiorização foi motivado por diversos fatores. No Nordeste, por exemplo, além de uma medida preventiva à invasão de estrangeiros, os entradistas chegavam ao interior à procura de pastagem para o gado, formando, assim, as grandes fazendas que em apenas um século já se estendiam por quase toda a região.”

(SILVA e ALENCAR, 2015, p.55)

Especificamente no Ceará, o que se observa é um processo de colonização iniciado apenas depois de mais de um século do início do processo de colonização no Brasil. Esse processo tomou como base a apropriação de terras indígenas para fins pecuaristas. Embora essa forma de ocupação do território tenha dado origem a diversos povoados e fazendas, ele não foi acompanhado de uma base legal de divisão de terras nem públicas nem privadas.

De fato, não interessava aos grandes fazendeiros a demarcação de suas terras, uma vez que o gado era criado solto e sem essa divisão legal, os pastos puderam se expandir sem questões burocráticas. Outro fator que influenciou a demarcação tardia foi o fato de que ainda não havia um contingente populacional significativo no Ceará para ocupar toda a área do Estado nem para assegurar o respeito às fronteiras a serem estabelecidas.

A demarcação dos limites territoriais no Ceará, bem como em todo o Brasil, só contará com bases legais no final da década de 1930, em que foi estabelecida a Lei n. 331, de 02 de março de 1938. Essa lei, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi de fundamental

importância para a consolidação do território nacional, uma vez que estabelecia os parâmetros para a criação dos municípios no país.

Os municípios (ou termos, a definição de sua área de jurisdição) eram de certa forma autônomos entre si, uma vez que as Câmaras Municipais eram as instâncias responsáveis por eles e possuíam funções judiciais, político-administrativas e de autoridade policial. Os termos, por sua vez, deram origem às vilas, aglomerações territoriais que impulsionaram o adensamento da população e a criação de cruzamentos entre as rotas do gado, fluxos fundamentais para a realização de comércio e trocas culturais em solo cearense. Jucá Neto (2012) reitera o papel primordial da atividade pecuarista e da Igreja para o estabelecimento da atividade comercial no Ceará. De acordo com o autor:

“A instalação dos boiadeiros aliada à da Igreja - domesticando a população indígena que resistia à expansão do criatório - e à participação do Estado Português - com a fundação das vilas significou a possibilidade de capitalização em torno da atividade comercial da pecuária.”

(JUCÁ NETO, 2012, p.134)

O autor afirma ainda a importância de cada um dos atores sociais - população indígena, boiadeiros e vaqueiros, Igreja e Estado - na construção do desenho territorial formado ao longo dos séculos de ocupação do Ceará. Segundo ele:

“A conquista e a fixação foram pautadas por uma rede de consensos e intrigas. Os diversos agentes uniram-se das mais diversas formas e em tempos diferenciados, transformando o espaço. Alternam-se Estado e Igreja, Igreja e fazendeiros, fazendeiros e Estado, o Estado e os índios, marcando suas presenças no território, alterando lentamente, por todo o século XVIII, a paisagem natural do sertão e do litoral do Ceará.”

(JUCÁ NETO, 2012, p.158)

O povoamento do Ceará no período colonial foi regido pela criação de 16 vilas (Aquiraz, Fortaleza, Icó, Aracati, Viçosa, Caucaia, Baturité, Crato, Sobral, Granja, Quixeramobim, Guaraciaba do Norte, Russas, Tauá, Lavras da Mangabeira e Jardim), que por sua vez foram responsáveis pela origem dos 184 municípios atuais. A formação dos municípios, por sua vez, foi um processo marcado por sucessivas mudanças provocadas pelo constante processo de incorporação e desagregação de áreas.

Já no que diz respeito à criação e ocupação da zona rural, pode-se afirmar que foram motivadas pelo fortalecimento do conceito de município, que ganhou mais autonomia político-administrativa, pois sua administração passou a ser feita por um prefeito e uma câmara de vereadores. Ele, por sua vez, representa ainda a concretização das políticas públicas e dos ideais de cidadania por proporcionar aos cidadãos a oportunidade de exercer seus direitos e deveres, além do acesso à serviços.

O município se caracteriza ainda pelo protagonismo de seus distritos, que ao se desenvolverem podem optar por se desmembrarem dos municípios dos quais

fazem parte, além de apresentarem profundas contribuições para as dinâmicas de fluxos e de trocas culturais que caracterizam a municipalidade.

Por fim, pode-se concluir que a ocupação do território cearense ocorreu de maneira tardia e foi fortemente influenciada pela atividade da pecuária, responsável por levar a economia e a população cada vez mais para o interior do Estado. As grandes fazendas também possuem um papel fundamental nesse processo, representando aglomerados que foram responsáveis pela criação de pequenos núcleos populacionais, dando origem assim a parte dos distritos que conhecemos hoje. A forte fragmentação administrativa do Ceará se apresenta como um indicativo dos intensos processos de alteração dos limites municipais pelo crescimento e emancipação de alguns distritos.

Dessa forma, os distritos e as sedes dos municípios cearenses representam porções territoriais com fortes características econômicas e culturais que se fazem marcantes também na demarcação dos territórios no Estado.

b. impactos dos movimentos pendulares na rotina dos municípios cearenses

A temática dos deslocamentos diários entre sede e distritos municipais e até mesmo entre diferentes municípios que compõem as regiões metropolitanas do Ceará ainda não é muito explorada pelos teóricos. Entretanto, faz-se perceptível a grande capacidade geradora de fluxos que os movimentos pendulares representam, sejam eles entre municípios distintos ou, em menor escala mas ainda de grande importância, a relação complementar estabelecida entre cidade e campo no território interno dos municípios cearenses. Todas essas dinâmicas são motivadas pela formação de centralidades em diversas porções do território. Sobre a centralidade e seus graus de intensidade, Sousa (2019) afirma que:

“A diferenciação entre os lugares centrais ocorre a partir do grau de centralidade que exercem, e é medida pelo volume de funções centrais, ou seja, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa residente na região complementar desses centros (também podendo ser chamado de hinterlândia, área de mercado ou região de influência).”

(SOUSA, 2019, p.396)

Ou seja, os lugares centrais carregam em si a representação de um lugar de congregação de serviços e de trocas culturais entre o centro do fluxo e as regiões complementares a ele. No Ceará, pode-se observar que as centralidades ocorrem de maneira similar à definição mencionada. Geralmente, esses lugares -as sedes municipais, no caso -, representam o principal local de acesso à oportunidades de emprego, à educação, a serviços médicos, burocráticos ou de natureza diversa, além de, na maioria dos casos, serem ainda o território com maior concentração de equipamentos culturais e de comércio (popular ou formal). Motivados por essa centralidade, tem se tornado cada vez mais comum o deslocamento diário por meio de transportes coletivos que partem da zona rural com destino à zona urbana do município.

Assim, junto aos fluxos internos dos moradores, as cidades cearenses precisam gerir e abrigar também os fluxos dos cidadãos provenientes dos distritos. Nem sempre a gestão municipal consegue fornecer o amparo necessário a essa dinâmica. Mostra-se de fundamental importância a integração de estudos

geográficos, antropológicos e de relações urbanas a fim de compreender as particularidades dos movimentos pendulares locais para que assim possam ser traçadas as estratégias de gestão e proposição de equipamentos que pos-

sibilitem uma convivência harmônica entre os fluxos, tendo como foco principal o acolhimento adequado dos cidadãos que fazem esses deslocamentos diários.

c. a cultura popular cearense e suas contribuições para o fortalecimento territorial

A cultura popular no Ceará representa a resistência dos segmentos populares tradicionais à cultura comercial - também conhecida como cultura de massas-, que tem se tornado cada vez mais hegemônica por conta das intensas divulgações publicitárias nos meios de comunicação. O que se mostra atualmente é que a cultura comercial tem a tendência de homogeneizar os produtos culturais para as mais diversas regiões do mundo, transmitindo assim uma ilusão de que as manifestações locais são pouco praticadas nos dias de hoje ou se tornaram obsoletas.

Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessária a valorização do popular em detrimento da produção comercial, pois ele representa parte da identidade regional, além de aumentar a sensação de pertencimento ao território. Sobre essas manifestações culturais, Araújo (2019) afirma:

“A cultura popular, ao contrário da cultura de massas, promove o sentimento de pertença das pessoas ao seu território, e este envolvimento é exatamente o que os defensores da globalização mais temem. Nós somente lutamos pelo que amamos; quem não se ama se abandona. Se não amo meu espaço, o lugar que vivo, não irei lutar por ele, vou querer negá-lo. Negar nosso lugar é negar nossa identidade, porque é neste espaço-tempo das relações que nos tornamos gente. Nós constituímos o espaço e o espaço nos constitui.”

(ARAÚJO, 2019, p.08)

Após a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1946, houve a intensificação do processo de valorização da cultura popular, motivada por uma série de ordens nacionais a serem estabelecidas a respeito dessa “categoria cultural”. Esse acontecimento se reflete em nossa região a partir de um projeto de lei escrito por Getúlio Vargas em 1951 autorizando a criação do Banco do Nordeste do Brasil, dando particular ênfase ao artesanato. Após isso, o artesanato passou a ser valorizado apenas por seu caráter econômico, deixando

suas características culturais em segundo plano. Já no início da década de 1970, mais especificamente no ano de 1973, o artesanato cearense ganhou visibilidade através da publicação de uma edição do Anuário do Ceará chamada Artesanato e Moral.

Esses dois acontecimentos do século XX apontam para uma visão da definição de cultura popular por seu potencial gerador de empregos e outras motivações de viés econômico. Oliveira (2016) busca, por meio de seu texto, “instigar a reflexão sobre essa estrutura de entendimento da ‘cultura popular’”, evidenciando como os conceitos agregados a esse termo no país, em especial no estado do Ceará, trouxe para essa manifestação cultural o poder de “ferramenta para a melhoria sociopolítica e econômica do Brasil”. Sobre a agregação de significado à cultura popular, a autora ressalta:

“É como se, a partir de um determinado momento, ela servisse, ao mesmo tempo, para moralizar a sociedade, fortalecer os vínculos identitários, controlar migrações, desenvolver a economia, ocupar mão de obra, promover o patrimônio e reduzir o desemprego.”

(OLIVEIRA, 2016, p.03)

Sobre a cultura popular cearense, as publicações do Anuário do Ceará ao longo do século XX representaram forte contribuição para a sua visibilidade. Criado com a intenção de indicar o patrimônio histórico, geográfico e cultural do estado, foi responsável ainda por evidenciar a importância das manifestações locais como o artesanato e o folclore, além de trazer para a sociedade como um todo as discussões a respeito dessas práticas tão presentes no cotidiano mas que ao mesmo tempo eram pouco valorizadas pela sociedade da época (décadas de 1950 e 1960). Teve importância também, ao longo dos anos 1970, na exaltação do folclore, que passou a ser associado à tradição cearense, sendo a representação mais fiel da cultura local, enquanto o artesanato era tratado com enfoque maior na possibilidade de geração de renda e crescimento econômico.



Figura 4: Rendeiras em Prainha, Aquiraz-CE.
Fonte: Pinterest.

Pode-se observar ainda, nas décadas posteriores, a influência dele no movimento de inclusão da cultura popular como atrativo turístico, característica presente até os dias de hoje nas últimas gestões do governo estadual. Entretanto, é imprescindível que haja um olhar crítico sobre a aproximação da cultura popular com o turismo mercadológico objetivando evitar o seu esvaziamento de significado pela dinâmica do capital. Se esse processo não for acompanhado de estudos cautelosos junto da fiscalização das atividades turísticas, tradições populares como o artesanato, o folclore, as danças e demais práticas culturais passarão a ser apenas produtos da cultura de massas. Ao serem mantidas no imaginário e no cotidiano dos cearenses sem terem como foco sua capitalização, as tradições populares incentivam o fortalecimento comunitário junto da sensação de pertencimento ao território, características muito valiosas para a formação de sociedades regionais conscientes de seus direitos e engajadas nas lutas territoriais.

Oliveira (2021), a partir da análise do cenário sociopolítico e econômico atual, ressalta a necessidade de uma boa gestão da relação

entre atividade turística e tradições populares, ainda dotadas de significado, para que ela possa ser a ponte necessária entre o passado histórico e o momento atual sem o desvio de valores sociais. Conforme o que é defendido pela autora:

“Nesse cenário, a cultura popular, pela primeira vez, estava associada a uma nova temporalidade. Se para os folcloristas ela expressava uma relação inquestionável com o passado, dentro dessa nova dinâmica que discutimos aqui - em que o popular se torna mercadoria e indicador social, por exemplo - a relação que se estabelece é com o futuro, mas sem romper os vínculos com o passado.”

(OLIVEIRA, 2021, p.13)

É preciso transportar essas tradições até os dias atuais evitando o seu esquecimento, porém evitando que a modernidade carregue suas práticas de mercantilização e conversão de valores morais e sociais sobre a cultura popular, que além de herança dos nossos antepassados é, ainda, uma forma de nos conectarmos no presente a fim de reivindicar um futuro digno em toda a extensão do território estadual.

“A cultura popular, ao contrário da cultura de massas, promove o sentimento de pertença das pessoas ao seu território.”

(ARAÚJO, 2019, p.08)



Figura 5: Grupo Parafolclórico Xiquexique, Canindé-CE.
Fonte: Grupo Parafolclórico Xiquexique.

2.3 a zona rural e a cidade de Canindé

a. localização e breve histórico da cidade

Canindé é um município localizado nos sertões do Ceará, mais precisamente na região de planejamento do Sertão de Canindé, formada por 06 municípios ao total (Boa Viagem, Caridade, Canindé, Itatira, Madalena e Paramoti). A 120 quilômetros de distância da capital do estado, Fortaleza, possui 3.218,5 km² de extensão territorial e atualmente conta com uma população estimada de 77.484 habitantes, de acordo com a estimativa feita pelo IBGE no ano de 2021. Seu território é formado por 11 distritos, que são: Canindé, Bonito, Caiçara, Campos, Capitão Pedro Sampaio, Esperança, Iguaçu, Ipueira dos Gomes, Monte Alegre, Salitre e Targinos.

Além da subdivisão em distritos, integram o território também os assentamentos distribuídos ao longo de toda a zona rural. Antes de sua emancipação municipal, Canindé foi um distrito nomeado como São Francisco das Chagas de Canindé (1817), pertencente ao município de Quixeramobim quando em 1846 passou a ser uma vila formada a partir de desmembramentos de parte dos territórios de Fortaleza e Quixeramobim e assim prosseguiu até o ano de 1914, quando a vila foi elevada à categoria de cidade.

A história da formação territorial do município se confunde com a história das manifestações religiosas na localidade. Algumas bibliografias relatam que o português Francisco Xavier de Medeiros, que chegou em Canindé a partir da doação de sesmarias por parte da Coroa portuguesa, foi o responsável pela construção da primeira capela de devoção à São Francisco ainda no século XVIII. Posteriormente, essa pequena capela deu origem à Basílica Menor de São Francisco da Chagas de Canindé, nome pelo qual é conhecido o santuário atualmente.

A presença da capela em si não foi a única motivadora das migrações populacionais para essa localidade rural, mas sim um acontecimento na época de sua construção. De acordo com documentos diversos e relatos populares, um dos operários que trabalhavam na construção da capela caiu do de uma altura considerável e, ao longo de sua queda, fez uma prece a São Francisco por sua vida e após isso sua queda foi contida por uma trave e ele sobreviveu. A partir de então, grandes contingentes populacionais se deslocam até a cida-

de em busca do atendimento de suas preces e para participar dos tradicionais festejos de São Francisco.

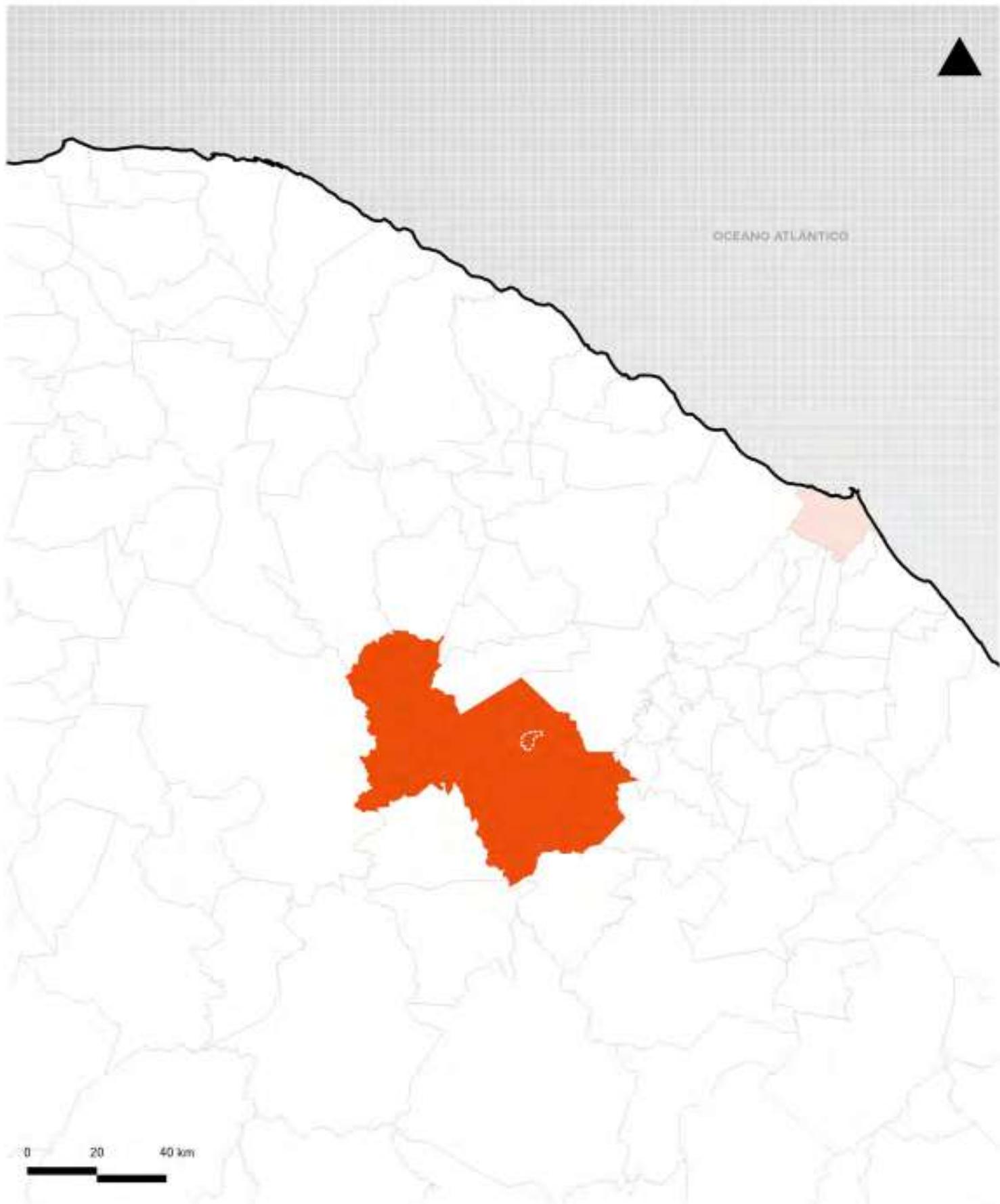
Outro fator que contribuiu para o estabelecimento do local enquanto cidade e para o acréscimo de estruturas de suporte (como o hospital) foi a chegada dos frades capuchinhos. Motivada pelo crescimento da religiosidade em torno naquela porção territorial, foi de fundamental importância para o crescimento da cidade. Em sua dissertação, Beserra (2013) afirma que a chegada dos frades teve impacto em duas frentes de ocupação: estabelecimento de infraestruturas e da fé católica no território. Segundo a autora:

“Os frades contribuíram em duas frentes principais: a primeira foi em relação à infraestrutura da Cidade, a exemplo da construção do primeiro grande hospital; já a segunda refere-se às contribuições na disseminação e consolidação do catolicismo naquela região.”

(BESERRA, 2013, p.113)

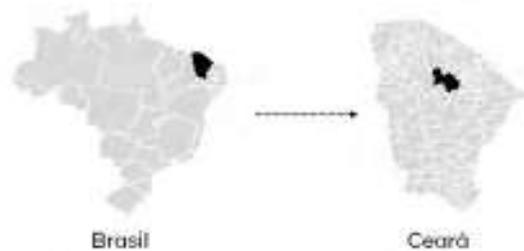
Apesar da presença da igreja católica ter trazido diversos equipamentos para a cidade, ela representa um fator de apagamento da presença da população indígena no território. Canindé é uma área de origem indígena, ocupada inicialmente pela nação Tapuia Canindé. Pode-se utilizar como a maior prova dessa afirmação a própria nomeação do município. Nome de origem indígena motivado pela presença marcante de araras-azuis de papo amarelo na região (arara-canindé), é responsável até os dias atuais por carregar a missão de não apagamento da presença dos povos indígenas no local. A tomada do território por parte dos portugueses na época das sesmarias trouxe muitos conflitos, lutas e mortes cujo resultado foi “a quase total extinção dos indígenas” (BESERRA 2013, p. 113).

Essa questão do apagamento da importância desses povos para a formação territorial do município se mostra mais grave ao percebermos que há poucos registros históricos sobre essa temática na região, além do fato de que “não há indícios de representação política indígena nas discussões do Território Sertões de Canindé” (BESERRA, 2013, p. 114).



MAAPA 01

localização do município



Brasil

Ceará

- legenda**
-  sede municipal
 -  limites municipais - Canindé
 -  limites estaduais - CE
 -  município de Fortaleza
 -  malha de municípios - CE

fonte
Elaborado pela autora a partir dos dados georreferenciados do IBGE Instituto de Pesquisa Estratégica Econômica do Ceará

Também é de grande importância para a caracterização do município de Canindé o conflito de terras. Possuindo conflitos que chamaram a atenção no cenário estadual nas décadas de 1960 e 70, o município até hoje é considerado referência nas lutas por reforma agrária. Foi a partir de desapropriações ordenadas pelo Estatuto da Terra (1964) que se iniciaram as lutas no Campo canindeense.

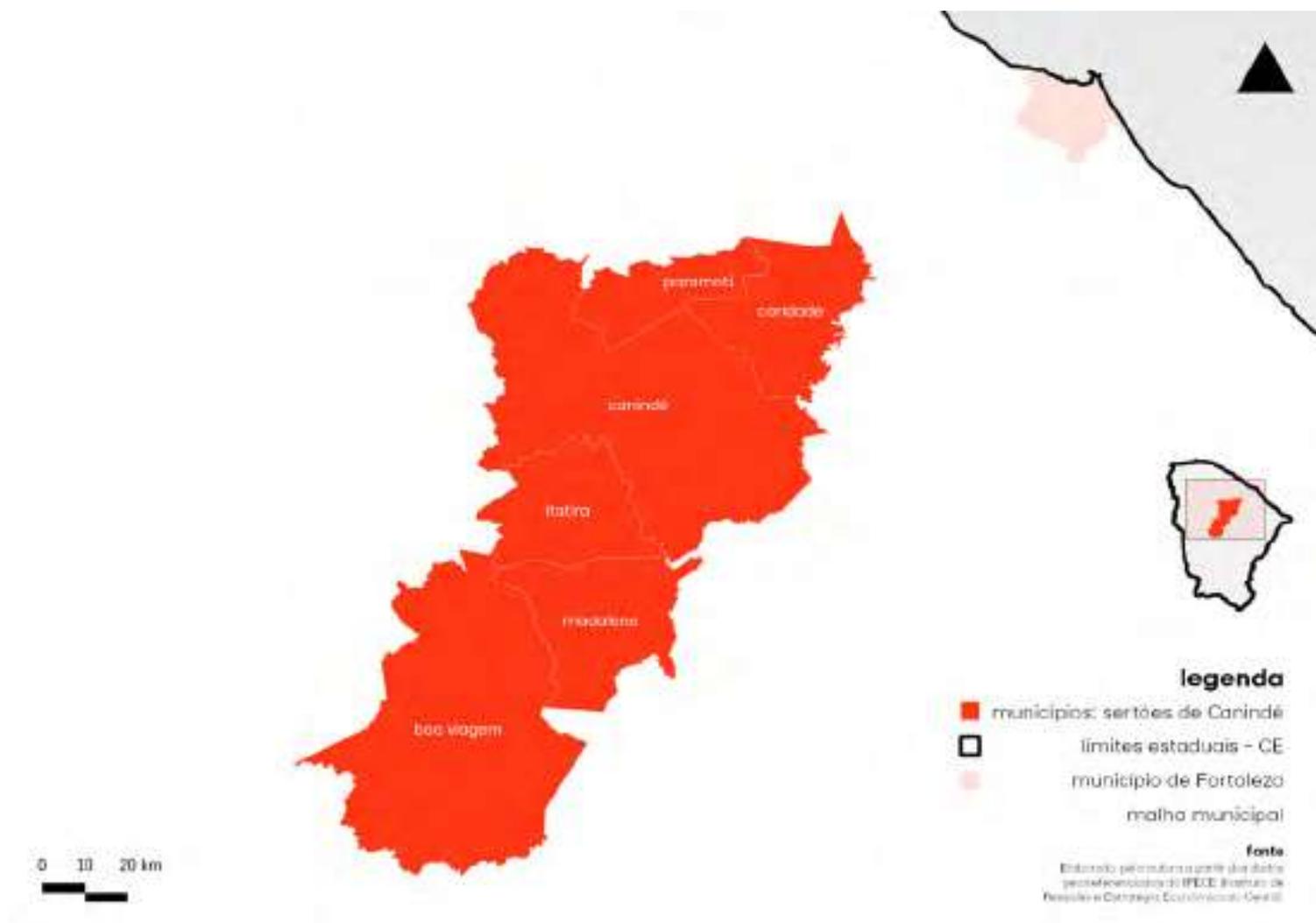
O sertão rural cearense sempre foi marcado pela lógica da “lei do patrão”, em que não havia espaço para as reivindicações por moradia e pelo direito à terra por parte dos trabalhadores camponeses. Foi na Fazenda Japuará que esse quadro começou a se reverter a partir das reivindicações camponesas, agora embasadas pela lei e apoiadas pelo sindicato e pela Igreja, instalando-se assim uma contraposição ao domínio dos grandes produtores rurais e proprietários de terras do sertão.

Por último, cabe ainda ressaltar a presença dos movimentos de mobilização por parte da sociedade civil e do governo. Geralmente as lutas sociais e territoriais que acontecem em Canindé ficam em segundo plano ao falarmos

do município, dando destaque apenas para a religiosidade e todos os fluxos relacionados a ela. Entretanto, os movimentos sociais presentes na cidade e no Campo se mostram como grandes constituintes socioculturais do território canindeense. Beserra (2013) sintetiza a questão das características do município ao afirmar:

“De uma maneira geral, Canindé, ao mesmo tempo em que apresenta fortes características religiosas, também apresenta uma sociedade civil que, por hora, é construída com atores políticos de discussão em torno das políticas públicas; sendo os principais mediadores organizativos do Município, de um lado, compondo a sociedade civil: o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Sem Terra, as ONGs, as Associações comunitárias, as Cooperativas, o Fórum dos Assentados e, de outro, compondo grupos tanto da sociedade civil como do governo: os Comitês Setoriais (mulheres e juventude), os CMDs, Conselhos de saúde e educação, Colegiado Territorial, entre outros.”

(BESERRA, 2013, p.119)



Mapa 2: Municípios que compõem a região de planejamento dos Sertões de Canindé.

b. distritos e assentamentos: o que são?

As discussões a respeito da relação de contraste/complementaridade entre cidade e campo e urbano e rural abordadas nos tópicos anteriores serão a base para os conteúdos a serem abordados neste tópico. Aqui, discutiremos sobre os distritos e assentamentos que compõem o território municipal de Canindé. De acordo com a divisão político-territorial proposta pelo IBGE, o território nacional faz uso da divisão por municípios, esses que por sua vez são formados por distritos. É delegada ao distrito que possui maior influência, densidade populacional e concentração de serviços a função de sede político-administrativa municipal.

No caso de Canindé, a cidade de mesmo nome possui essa função, tornando-se assim um ponto atrator de fluxos diversos diariamente. Se estabelece, assim, uma interação entre a sede e os distritos da zona rural, em que são realizadas trocas culturais e comerciais, além de mobilizações em favor de pautas sociais comuns, como a legislação municipal e projetos sociais.

Os distritos representam também uma forma de articulação para o engajamento da população em torno de lutas que envolvem o seu território. Vale ressaltar que o município de Canindé teve origem após sua emancipação distrital dos limites de Quixeramobim, evidenciando que o fortalecimento da sensação de pertencimento ao território junto da disponibilidade de serviços locais são grandes motivadores dos processos emancipatórios.

A legislação oficial define o distrito como integrante da zona urbana, porém os modos de vida variam entre cada um deles, podendo ser mais próximos do que entendemos como vida urbana ou das práticas diretamente atreladas ao modo de vida no espaço rural. A respeito das diferentes manifestações sócio-culturais dos distritos, Pina, Lima e Silva (2008) afirmam que:

“De fato, existem muitos distritos incluídos em realidades propriamente urbanas, principalmente quando estão localizados bem próximos ao distrito-sede. Porém, existem também os distritos que não estão conurbados com a sede do município, e muitos deles possuem os chamados “climas rurais” perceptíveis. Neles também ocorre a influência do meio urbano, sem dúvida, mas as condições advindas do campo prevalecem no contexto comportamental dos moradores.”

(PINA, LIMA E SILVA, 2008, p.138)

Em paralelo à divisão político-administrativa dos distritos surgem ainda os assentamentos rurais, organizações territoriais que são fruto direto da mobilização dos trabalhadores pelo direito à terra e pela concretização da reforma agrária. Tendo sua validação a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 1985 e, à nível estadual, pelo Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE), de 1986, os assentamentos são fruto do processo de desapropriação de terras que não estão cumprindo sua função social.

Vale ressaltar que desde o início dessas mobilizações, o Ceará tem sido referência no cenário nacional pelo expressivo número de projetos de assentamentos, tendo o PRRA-CE inclusive ultrapassado o número de conquistas atingidas pelo PNRA. Parte dessa conquista se deve ao Plano dos Cem Dias (1985-1989) elaborado durante a primeira gestão do governador Tasso Jereissati, que tinha como meta assentar mil famílias em parceria com o Governo Federal.

Entretanto, esses incentivos governamentais não teriam o mesmo impacto sem a forte mobilização dos trabalhadores rurais cearenses, em especial no município de Canindé, responsável pela criação de um dos assentamentos mais antigos do Ceará, o Ipueira da Vaca, fundado em 08 de janeiro de 1986.

Barreira e Alencar (2007), destacam que as conquistas regionais foram superiores aos números atingidos nacionalmente devido às “mobilizações dos trabalhadores rurais, com decidida participação da Igreja Católica e de alguns STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), como também, a forma como foram administrados os órgãos dos governos federal e estadual voltados para as políticas agrícola e agrária” (BARREIRA E ALENCAR, 2007, p. 130). Dessa forma, a viabilização da reforma agrária e de projetos de assentamentos no Ceará é fruto, em grande parte, do engajamento dos trabalhadores rurais.

Os assentamentos do município de Canindé são referência nacional pois, quase em sua totalidade, tiveram como agente motivador de suas formações a conquista de porções de terra sem uso que anteriormente eram de domínio dos latifundiários por meio da luta ativa, sendo poucos deles iniciados pela doação de terras. Segundo o levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em 2019, atualmente Canin-

dé conta com cerca de 88 assentamentos rurais, sendo 46 deles federais e 22 estaduais. Dentre esses assentamentos, é válido destacar o Ipueira da Vaca (1986), Jacurutu (1995), Todos os Santos (1995) e o Assentamento Vida Nova (1996), também conhecido como Transval. Juntos, esses assentamentos abrigam mais de 300 famílias, além do número de agregados que cresce anualmente, além de serem considerados exemplos de mobilização política e social entre os assentados, que fazem uma organização coletiva da terra. Sobre os conflitos que originaram esses assentamentos, Barreira e Alencar (2007), ressaltam a importância da consciência, por parte dos trabalhadores rurais, do direito ao permanecimento na terra de origem e da existência de leis que asseguram esse direito. Segundo os autores:

“Estes três conflitos que passaram a ser uma referência para o movimento dos trabalhadores rurais no Ceará, tiveram como ponto comum a luta pela aplicação do Estatuto da Terra, tendo como princípio dois aspectos: a permanência na terra onde trabalham e moram e o pagamento da renda de acordo com a lei.”

(BARREIRA E ALENCAR, 2007, p.129)

Destaca-se também a importante presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nessas localidades, possuindo representantes sindicais que participam ativamente da militância nos níveis regional e estadual. O MST, em parceria com o STR, foi responsável por mobilizar parte das ocupações que deram origem a cada um dos 88 assentamentos presentes no território municipal, tornando possível que a parcela de canindeenses da zona rural que anteriormente eram apenas empregados em grandes fazendas pudessem ter acesso à terra para garantir moradia e uma produção rural organizada.

Sobre as atividades agrícolas no território, elas são realizadas de forma coletiva e individual, em que cada família é responsável pelo seu roçado em uma área não parcelada, fortalecendo assim o trabalho e a organização comunitária. A respeito da divisão da terra e das atividades nos assentamentos de Canindé, Barreira e Alencar (2007) ressaltam ainda que:

“As terras nos assentamentos são exploradas quase que absolutamente de forma ‘mista’; ou seja, as atividades agrícolas e pecuárias são realizadas articuladas de forma individual, utilizando-se da força de trabalho familiar e coletivamente, com a participação das famílias assentadas.”

(BARREIRA E ALENCAR, 2007, p.137)

“Nós temos a agricultura coletiva e temos nossas partes individuais; o assentamento não é parcelado, e sim coletivo.”

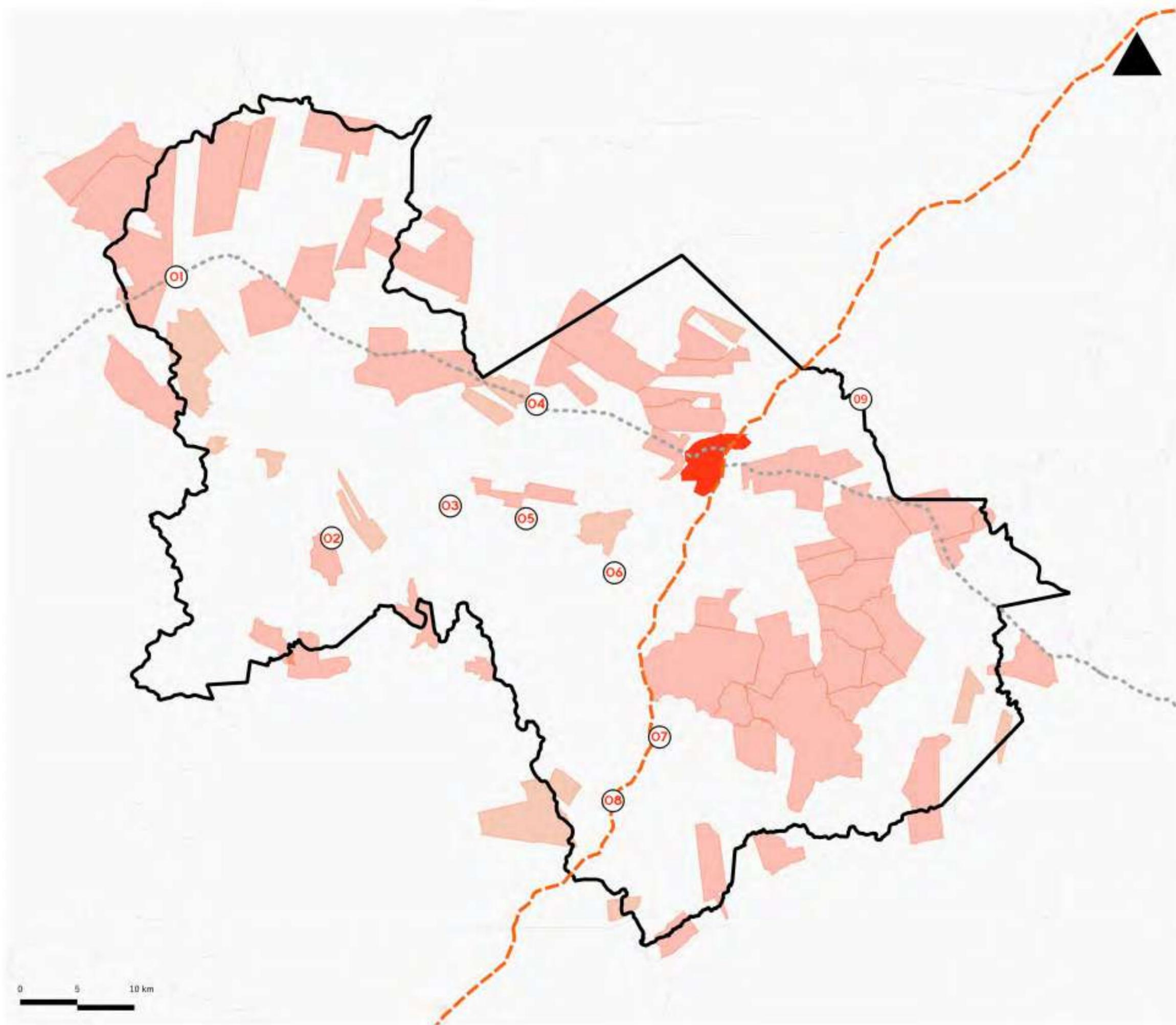
(Presidente da Associação dos Assentamentos de Vida Nova, no município de Canindé-CE.)

O forte poder de articulação entre os assentados rurais de Canindé é responsável pelo destaque nacional que o território recebe nos debates sobre reforma agrária a nível nacional. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) afirmou em seu portal de notícias em 2020 que o município é uma “referência de luta pela reforma agrária no Ceará”, ressaltando ainda que foi em Canindé que ocorreu a primeira desapropriação para fins de reforma agrária no Estado. Cerca de 20% dos 457 assentamentos rurais cearenses estão localizados em Canindé, evidenciando os resultados da luta camponesa aliada à luta sindical no município.

Os assentamentos de Canindé abrigam aproximadamente 5000 famílias, o que exige a presença de órgãos como o INCRA a fim de garantir benefícios e infraestrutura no território dos assentados. Porém, apesar dos grandes avanços conquistados, o acesso a esses serviços ainda não é pleno na zona rural, sendo necessários deslocamentos até a sede do município, que também é utilizada como ponto de encontro dos assentados. Dessa forma, fica evidente a necessidade de preparar a cidade para que ela possa dar o suporte adequado à essa parte da população canindeense que se desloca para a zona urbana, além de fornecer o espaço necessário para dar visibilidade à luta dos moradores dos distritos e assentamentos rurais.

“Foi em Canindé onde ocorreu a primeira desapropriação para fins de reforma agrária no estado, após um grande conflito de terras, que teve como alvo a Fazenda Japuara, em 1971.”

(Portal de Notícias do INCRA, 2020.)



- legenda**
- sedes distritais
 - BR-020
 - CE-257
 - sede municipal
 - limites municipais
 - assentamentos rurais
 - malha de municípios
- distritos da zona rural**
- 01 Salitre
 - 02 Vazante do Curu
 - 03 Bonito
 - 04 Calçara
 - 05 Capitão Pedro Sampaio
 - 06 Monte Alegre
 - 07 Campos
 - 08 Iguaçu
 - 09 Ipueira dos Gomes
- fonte**
Elaborado pelo autor a partir das bases georreferenciadas do IBGE Instituto de Pesquisas e Estatística Econômica do Ceará.



Mapa 3

município de Canindé

localização da sede, dos distritos e assentamentos

c. a questão dos “carros de horário”

No tópico anterior, vimos um breve panorama dos distritos e assentamentos rurais presentes no território de Canindé. Contando com mais de 3000km² de extensão territorial, demanda uma rede de transportes intramunicipal que possa interligar essas localidades com a sede administrativa do município. A partir dessa demanda, surgiu uma iniciativa de cunho particular de motoristas de transportes coletivos para realizar rotas diárias partindo das sedes distritais com destino à cidade, popularmente conhecidos pelo termo “carros de horário”. Essa rede de transportes, antigamente composta apenas por caminhões de carroceria aberta adaptados (o “pau de arara”), passou por aquisições recentes de ônibus motivadas pela legislação estadual.

O termo “carro de horário” se popularizou pela associação desses transportes com seus horários fixos de chegada (por volta das 06:30 da manhã, a depender da localidade de origem) e partida (a partir das 11:30) na cidade. Para que uma rota de transporte intramunicipal tenha seja autorizada, o motorista e proprietário do veículo necessita primeiro se filiar ao Sindicato dos Motoristas dos Carros de Horário de Canindé, local onde ficam registrados dados pessoais, do veículo a ser utilizado e as localidades da zona rural que a rota irá atender, sendo esses dados posteriormente compartilhados com a Guarda Municipal de Canindé, órgão responsável pela fiscalização do transporte de passageiros sob as melhores condições possíveis.

O transporte de cidadãos provenientes da zona rural é realizado de segunda à sexta-feira no período da manhã, representando assim um fluxo de certa constância na cidade. Os veículos acessam a sede do município principalmente pelas rodovias BR-020 e CE-257 e ficam estacionados em alguns pontos do centro

da cidade enquanto os cidadãos se deslocam pela cidade com diferentes motivações (busca por emprego, acesso à serviços, fazer compras, dentre outras).

Apesar de serem uma peça-chave para a facilitação da chegada dos cidadãos provenientes da zona rural na sede do município, o que se observa atualmente é que os transportes coletivos ainda não contam com um ponto de chegada adequado e planejado a partir das suas especificidades no centro de Canindé, evidenciando assim um potencial de estudo e organização dessa questão a fim de fazer um melhor aproveitamento desse fluxo de veículos e de pedestres na dinâmica da cidade.

Essa organização de fluxos é demandada ainda no Plano Diretor Participativo da cidade que, ao criar o Sistema Integrado de Circulação e Transporte (Capítulo V, art. 25), objetiva por meio do sistema de circulação:

“VI - reduzir o impacto do seccionamento da cidade causado pelas barreiras físicas constituídas pelos sistemas hídrico e rodoviário, mediante infraestruturas de transposição e integração urbanas; e VII - oferecer uma estrutura de circulação para transporte coletivo, alimentado por linhas de ônibus em vias coletoras, com acesso às áreas residenciais e centros de comércio e serviços, operada por veículos convencionais ou de pequeno porte, que se integrarão em estados de transbordo.”

(PDP/Canindé, 2000)

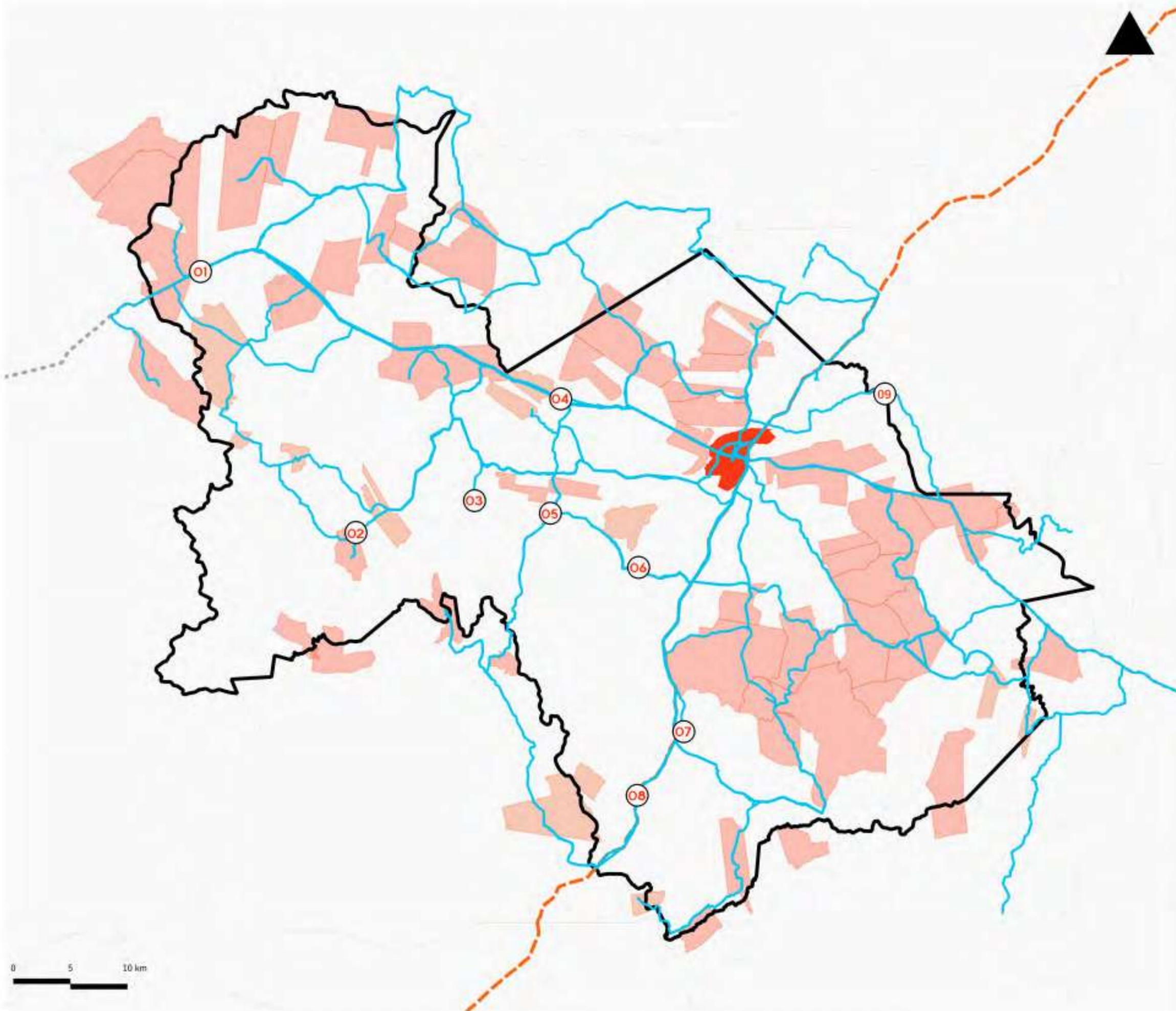
Assim sendo, a organização da chegada dos carros de horário na cidade apresenta benefícios não somente para cumprir os objetivos estabelecidos pela legislação urbana, mas também como uma forma de proporcionar um acolhimento adequado para a população da zona rural que precisa se deslocar diariamente até a sede do município.



Figura 6: Transportes coletivos intramunicipais estacionados ao redor do “Mercado Novo”.
Fonte: acervo da autora.



Figura 7: Canindeenses da zona rural aguardando o horário de saída do transporte.
Fonte: acervo da autora.



- legenda**
- sedes distritais
 - rotas: transporte intramunicipal
 - BR-020
 - - - CE-257
 - sede municipal
 - limites municipais
 - assentamentos rurais
 - malha de municípios
- distritos da zona rural**
- 01 Salitre
 - 02 Vazante do Curu
 - 03 Bonito
 - 04 Caiçara
 - 05 Capitão Pedro Sampaio
 - 06 Monte Alegre
 - 07 Campos
 - 08 Iguaçú
 - 09 Ipuera dos Gomes

fonte
 Elaborado pelo autor a partir dos dados
 georreferenciados do IPECE (Instituto de
 Pesquisas e Estatística Econômica do Ceará).
 Rotas dos transportes: Sindicato dos Motoristas
 dos Camions do Estado do Ceará.



Mapa 4
**município
 de Canindé**
 divisão territorial e rotas de
 transporte intramunicipal

0 5 10 km

Agricultor de Canindé, 2021.
Fonte: Infonet.



03

o Homem

introdução

Para entendermos a sensação de pertencimento ao território do homem do Campo, precisamos primeiramente de uma breve aproximação com a temática do camponês e do seu cotidiano. A rotina dos moradores da zona rural tem se modificado graças ao avanço dos meios de transporte e de comunicação, que são capazes de promover uma maior integração do homem do campo com a vida urbana, além de facilitar o acesso à sede municipal.

Devido a essa maior integração entre campo e cidade junto à dinamização das atividades desenvolvidas na zona rural (território comumente associado apenas com a agricultura e a pecuária), alguns pesquisadores se questionam sobre o desaparecimento das características típicas do sertanejo. Neste trabalho, será considerada a perspectiva de outro grupo de pesquisadores que afirma que não é apenas o modo de vida que define o ser camponês, mas também as características culturais que envolvem esse grupo de cidadãos. A fim de exemplificar o posicionamento adotado na pesquisa, cabe citar a afirmação de Bezerra (2011) sobre o povo camponês e a modificação das suas rotinas após a industrialização. A autora declara:

“[...]Hoje estes camponeses tem uma relação direta com muitos produtos industrializados. Então eles deixaram de ser camponeses? Bem, notamos na pesquisa que não se trata de analisar o que estas pessoas consomem, mas levantar a ideia de que a sociedade se modifica de acordo com o espaço e com o tempo: isso altera o que consomem e a forma como consomem. As pessoas que se inserem num padrão de vida e, ao modificá-lo, são introduzidos novos hábitos, porém o seu sentimento em relação à terra não muda.”

(BEZERRA, 2011, p.13)

O campo é tradicionalmente constituído por diversos atores sociais que possuem papéis específicos. Dentre eles, estão: o posseiro, pequeno agricultor que ocupa terras abandonadas legalmente e que pode, com o passar dos anos, reivindicar a posse da terra; o meeiro, trabalhador que não possui terras mas utiliza como moeda de troca a sua força de trabalho e seus equipamentos para garantir a posse de parte da produção; o grileiro, especulador de grandes porções de terras se apropriando delas com a falsificação de títulos de propriedade; e os peões, pessoas que não possuem relação de propriedade com porções de terra ou instrumentos de trabalho porém prestam serviços diversos, a depender da localidade rural onde



Figura 8: Habitantes da zona rural e vendedores ambulantes no Centro da cidade durante a manhã (2022). Fonte: acervo da autora.

estão inseridos.

A breve descrição desses personagens evidencia a característica do campo como espaço de luta constante dos camponeses para assegurar seus direitos, uma vez que os pequenos produtores e trabalhadores rurais enfrentam até os dias atuais as consequências de sistemas econômicos e políticos que favoreciam os latifundiários.

Entretanto, o retrato do campo nos municípios cearenses tem se modificado após

a diversificação das atividades, ampliação do acesso aos empregos na sede municipal, fortalecimento dos movimentos sociais que se manifestam por melhorias na qualidade de vida, acesso à educação e fortalecimento da cultura, dentre outros fatores. No tópico a seguir, será feita uma breve contextualização a respeito dos moradores da zona rural do município de Canindé e sua relação com os serviços localizados na cidade.

3.1 perfil do morador da zona rural de Canindé

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, cerca de 38% da população do município de Canindé vive na zona rural do município, em sua maioria, vivendo em domicílios particulares, fator que evidencia segurança de moradia nessas áreas, uma vez que não há ameaças de despejo ou pagamento de aluguel. Observa-se também que é comum na zona rural as propriedades serem divididas entre famílias, possibilitando que o cidadão desse território tenha contato com diversas gerações de familiares. Essa convivência

possui um importante papel no ensinamento de tradições, sejam elas laborais ou culturais, fortalecendo ainda mais a relação do camponês com sua terra, suas origens e com a comunidade na qual está inserido.

Por meio dessa relação com a terra, com a família e com as associações e cooperativas, o cidadão da zona rural de Canindé segue fortalecendo seus costumes e suas lutas apesar do contato mais intenso com o contexto urbano e seus meios de comunicação e transporte.



Figura 9: Público da zona rural se apropriando dos poucos espaços de sombra na praça Cruz Saldanha.
Fonte: acervo da autora.



Figura 10: Recebimento de sementes do programa Hora de Plantar na cidade de Canindé
Fonte: Ematerce.



Figura 11: Agricultor da zona rural comercializando produtos na feira do Sindicato.
Fonte: Brigada Mandacaru.

No que diz respeito à interação dessa população com os serviços presentes na cidade, é possível constatar que a sede do município desempenha um papel fundamental não apenas como concentradora de serviços, mas também como ponto de encontro e convivência entre moradores da zona rural de localidades distintas e deles com o morador da zona urbana.

Conforme abordado no tópico dos carros de horário a rede de transportes intramunicipal, com seus itinerários ofertados diariamente, é uma grande facilitadora dessas trocas culturais e comerciais, uma vez que oferece ao habitante da zona rural possibilidade de realizar viagens de curto período para resolver pendências, fazer compras, ter acesso aos serviços de clínicas médicas, dentre outras oportunidades presentes na cidade.

Nas últimas décadas o rural tem cada vez mais rompido as barreiras que limitavam os habitantes de seu território apenas às atividades de agricultura e pecuária. Em Canindé a situação não é diferente. Tem-se percebido cada vez mais a diversificação dos motivos que levam o homem do campo a se deslocar até a cidade. Pode-se citar, por exemplo, os adolescentes que vão até a sede todos os dias para frequentarem as aulas na Escola Estadual de Educação Profissional, local que possibilita a ampliação de perspectivas de vida por meio da educação.

Outro exemplo, mais relacionado com as tradições do campo, são os agricultores que semanalmente trazem seus produtos para revender na Feira de Agricultores de Canindé, local onde é possível adquirir frutas e hortaliças de origem orgânica e onde ocorre também as trocas culturais, pois a feira acaba se tornando um local de conversas sobre o cotidiano.

Além desse e de outros perfis de moradores da zona rural é importante citar, ainda, os que chegam à cidade por motivações religiosas, seja para pagar promessas, participar dos ritos organizados pelo Santuário de São Francisco ou apenas para conhecer pontos turísticos como o zoológico e o museu. Por último cabe mencionar os cidadãos que se deslocam por razões como ir ao banco, regularizar sua situação no Sindicato, buscar os serviços dos cartórios e outras razões burocráticas. As motivações que trazem o público da zona rural até a cidade são diversas e representam o fluxo constante principalmente do Centro da cidade.

A partir do mapa de pontos de interesse desse público na área central de Canindé, é possível ter uma compreensão dos seus fluxos enquanto pedestres, além de buscar espacializar, mesmo que de forma preliminar, esses dados de movimentação no centro, identificando assim possíveis locais que possam abrigar equipamentos de acolhimento e serviços voltados a essa parcela da população canindeense.

cidade de Canindé

rotas de transporte e terrenos possíveis no Centro

Mapa 4



- legenda**
- pontos de chegada
 - rotas de transporte
 - possíveis terrenos para intervenção
 - bairro - Centro
 - edificações - Centro

fonte:
Elaborado pela autora.



cidade de Canindé

pontos de interesse da população da zona rural no Centro

Mapa 5

- legenda**
- pontos de chegada
 - rotas de transporte
 - possíveis terrenos
 - bairro - Centro

fonte
Elaborado pelo autor.

- pontos de interesse**
- saúde
 - comércio
 - turística/religiosa
 - institucional
 - mobilidade

Manifestação nos arredores da Praça Cruz Saldanha, Canindé, 2021. Fonte: Brigada Mandacaru.

04

a Luta

introdução

Nos capítulos 2 e 3 abordamos as questões que envolvem o território e o habitante da zona rural. Neste tópico, será traçado um breve panorama sobre a situação de três atividades dos moradores da zona rural e pequenos produtores do município de Canindé: as feiras de agricultura familiar (bem como as manifestações culturais dessa população), a luta sindical e os movimentos sociais e, por último mas de fundamental importância para o fomento das demais atividades, as iniciativas de educação voltadas a esse público.

Os aspectos citados foram escolhidos como enfoque da pesquisa com o objetivo de compreender a dinâmica dos moradores e produtores rurais, além de uma aproximação com as possíveis atividades a serem realizadas no espaço a ser gerado com a proposta projetual. A Luta (pela terra, por direitos, dentre outras motivações) representa um importante fator de união dos trabalhadores rurais. Barreira e Alencar (2007) ressaltam essa característica ao afirmarem:

“O processo de luta, à proporção que é mais duradouro, envolve mais embates políticos, reforça os laços de solidariedade e de associativismo que desembocam nos trabalhos coletivos de exploração da terra.”

(BARREIRA e ALENCAR, 2007, p.138)

Dessa forma, torna-se fundamental o apoio à luta da população da zona rural principalmente no território de Canindé, uma vez que a zona rural do município é um expoente de fortalecimento comunitário, de conquistas, de produção agrícola familiar e de manifestações culturais, características que por vezes são postas em segundo plano pela gestão municipal ao conceber novos projetos voltados ao bem estar e formação dos cidadãos.



Figura 11: Roda cultural no Assentamento Tiracanga, Canindé.
Fonte: Brigada Mandacaru.

4.1 as feiras de agricultores e os espaços de congregação

Em linhas gerais, o povo da zona rural de Canindé, sejam eles assentados ou moradores dos distritos, estão muito engajados não apenas na produção de gêneros alimentícios por meio da agricultura familiar, mas também são responsáveis por iniciativas culturais comunitárias que representam uma grande contribuição para a cultura do município.

Neste tópico será abordado principalmente a Feira de Agricultores, que ocorre na

sede do município, e algumas iniciativas culturais organizadas pelo público da zona rural em suas localidades de origem. Tanto as feiras quanto os grupos de cultura são formas que essa parcela da população encontra para gerar espaços de congregação e de fortalecimento comunitários, sendo o último um dos principais destaques do Campo canindeense em território nacional.

“A tradição cultural já vem dos avós da gente e estamos aqui até hoje para manter, para não deixar se distanciar.”

(Habitante da Zona Rural de Canindé sobre a Feira de Agricultores e a tradição dos vaqueiros, 2019. Fonte: Portal G1.)

a. as diferentes feiras

Sobre a Feira de Agricultores, trata-se de um evento que acontece em duas escalas: a primeira trata-se de um evento de menor porte, organizado semanalmente pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Canindé às quartas-feiras ao longo da Rua Professora Mercês Santos, localizada no centro da cidade; e a segunda, intitulada Feira da Agricultura Familiar de Canindé, é um evento anual de maior porte organizado pela Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos de Canindé.

Geralmente associada à Feira de Ovinos e Caprinos no município e à tradicional missa dos vaqueiros - organizada pelo Santuário de São Francisco em homenagem ao Dia Nacional do Vaqueiro, 29 de agosto -, a Feira da Agricultura Familiar adquire uma escala regional e ocorre no Parque de Exposições José Clerton Facundo Bezerra, espaço localizado nas margens da Avenida Dr. Aramis Paiva, na entrada da cidade.

Diferentemente da Feira da Agricultura Familiar de Canindé, idealizado principalmente com a motivação de atrair turistas, a feira semanal dos agricultores associados ao Sindicato tem como foco as compras cotidianas realizadas no Centro pelos moradores da cidade e pelo público da zona rural que se desloca fazendo uso do transporte público intramunicipal (os “carros de horário”) sendo responsável, ainda,

por proporcionar interações diárias entre esses dois públicos. Próxima da Praça Cruz Saldanha (ver imagem ao lado), a feira do Sindicato possui uma relação direta com o principal ponto de chegada dos ônibus.

Outra disparidade entre as feiras pode ser percebida no fato de que mesmo sendo realizada semanalmente, a feira que é organizada pelo Sindicato ainda não conta com um local adequado para a sua realização. Para venderem os seus produtos, os feirantes precisam montar uma estrutura improvisada com lonas e caixas plásticas do tipo hortifrutí ao longo da rua destinada ao acontecimento da feira. Lá, são vendidas frutas, verduras, pescados e produtos artesanais como doces, manteigas e mel, todos de origem orgânica, sendo um evento importante para a aquisição de produtos que podem incrementar a saúde alimentar dos canindeenses.

Junto da questão do acolhimento ainda pouco planejado dos transportes intramunicipais, a feira semanal representa outro aspecto que necessita de maior atenção tanto por ser uma atividade na cidade que apresenta certa constância quanto pelo fato de ser uma forma de obtenção de renda para o povo da zona rural, junto da característica da feira como um espaço de diálogo entre a população da cidade e do campo.



IGREJA N. SRA. DAS DORES

IGREJA N. SRA. DAS DORES

PRAÇA CRUZ SALGANHA

AV. CHISSO CALUPOS

ATUAL LOCAL DA FEIRA

R. PROF. MENEZES SANTOS

MUSEU

R. SERRA MALACON COELHO

ZOOLOGICO

PRAÇA DOS ROMEIROS

0 50 100 m



Figura 12: Feira da Agricultura Familiar de Canindé, 2019.
Fonte: Portal G1.



Figura 13: Feira dos produtores rurais organizada pelo Sindicato, 2022.
Fonte: acervo da autora.



Figura 14: Interação entre diferentes gerações na feira organizada pelo Sindicato.
Fonte: acervo da autora.

b. iniciativas culturais na zona rural de Canindé

No que diz respeito às iniciativas culturais organizadas no território rural de Canindé, o que se observa é uma pluralidade de manifestações. Sejam elas grupos de dança, teatro, rodas de leitura e as Casas de Cultura presentes em alguns assentamentos, essas atividades contribuem para a formação cultural e cidadã dos assentados, ressaltando aspectos de coletividade, pertencimento ao território e transmissão de tradições locais para outras gerações.

Geralmente organizadas pelos moradores dos assentamentos, sendo poucas delas apoiadas financeiramente por iniciativas do governo estadual e ONGs (Organizações Não-Governamentais) e pelo INCRA, a organização dessas iniciativas parte de grupos ou sindicatos atuantes no campo como forma de dar visibilidade à cultura rural e envolver crianças, jovens e adultos em atividades além da produção agropecuária, trazendo assim novas perspectivas de futuro e conscientização social para os habitantes desse território.

O INCRA possui forte presença no município incentivando, por meio do Projeto de Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA), criado em 2003, o desenvolvimento de atividades que objetivam conectar, através da arte, gerações e afetos nos assentamentos onde atuam. Conforme o que consta na página web do projeto, a demanda de criação da rede surgiu a partir de reivindicações por parte dos assentados de reforma agrária pelo “direito à memória, valorização dos seus saberes e fazeres, mantendo vivas e renovando as tradições de cada assentamento, assim como gerando novos aprendizados e trocas de saberes”. Em Canindé, o Projeto está presente nos assentamentos Tiracanga, Todos os Santos, Monte Orebe e Gameleira. Ainda sobre a atuação do PACRA, a descrição do projeto afirma:

“Em conjunto com assentados e assentadas e algumas parcerias, o PACRA foi conseguindo proporcionar atividades de formação, criação, difusão, intercâmbio, registro e preservação da produção artístico-cultural dos assentamentos, valorizando a diversidade dessa produção, proporcionando uma nova

perspectiva para o desenvolvimento dos assentamentos rurais e gerando novas oportunidades de formação, geração de renda e de reconhecimento do assentados enquanto produtores de cultura.”

(Disponível em:
<https://redepacracvc.org/#sobre>)

Sobre os grupos culturais, cabe mencionar o Grupo de Dança Raízes da Terra (Assentamento Tiracanga), o Grupo de Teatro Carrapicho (Assentamento Todos os Santos) e as Casas de Cultura presentes nessas localidades: a Casa de Cultura da Reforma Agrária, na localidade Todos os Santos, e a Casa de Cultura Raízes da Terra, no assentamento Tiracanga. Esses e outros grupos de cultura são responsáveis por organizar, ao longo do ano, diversas mostras culturais, exposições de cinema comunitárias, aulas de instrumentos musicais como violão e percussão, saraus, rodas de leitura e outros eventos da mesma natureza.

Nesses grupos são feitas ainda rodas de conversa e debates sobre temas que envolvem o território do Campo e o camponês, como o direito à terra, a luta das mulheres agricultoras e chefes de família e discussões sobre projetos de lei em andamento que reforçam ou desfavorecem as práticas culturais na zona rural. Dessa forma, esses grupos fortalecem a cultura e as lutas locais, representando um espaço de manifestação democrática para os camponeses.

Apesar de toda a contribuição dessas atividades para a cultura regional de Canindé, ainda não há, no território do município, um local que possa acolhê-las em eventuais momentos de trocas culturais entre diferentes localidades, sejam elas rurais ou urbanas, dificultando o contato desses grupos com a cidade e, conseqüentemente, em grande parte dos casos, limitando a visibilidade dos mesmos apenas aos seus assentamentos de origem. Como forma de incentivar as trocas culturais, se mostra necessária a investigação de diferentes maneiras de gerar um local de congregação que possa funcionar como mediador e palco dessas atividades.



Figura 15: Grupo de Teatro Brilho do Sol, Assentamento Monte Orebe.
Fonte: Rede PACRA.



Figura 16: Reunião comunitária na Casa de Cultura da Reforma Agrária, Assentamento Todos os Santos.
Fonte: Casa de Cultura da Reforma Agrária.

4.2 a luta sindical e sua relação com o fortalecimento comunitário

Outro importante grande contribuinte para a conscientização sobre os direitos enquanto cidadão do campo e para o fortalecimento comunitário é a atuação do sindicato e dos movimentos sociais na zona rural de Canindé. Para fins de registro, neste tópico serão enfocados o Sindicato dos Produtores Rurais de Canindé e a Brigada Mandacarú, divisão regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) presente no município.

As duas instâncias mencionadas estão em constante contato com os moradores do campo e produtores rurais a fim de, no caso da primeira, prestar serviços burocráticos, de formação e articulação sindical entre seus filiados e, a segunda, colocar em discussão pautas sociais e políticas que envolvem o homem do campo, além de articular lutas e ocupações visando garantir o direito à terra em diferentes regiões do território, dentre outras atividades que envolvem ainda a educação do campo.

O Sindicato dos Produtores Rurais de Canindé atualmente conta com filiados provenientes das localidades de Canindé, Apuiarés, General Sampaio, Paramoti, Caridade e Itatira, evidenciando a grande extensão territorial contemplada pelos seus serviços, adquirindo assim um caráter de influência regional. Sua atuação possui forte relação com o INCRA, o SENAR (Secretaria Nacional de Aprendizagem Rural) e com a SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente).

Um importante serviço realizado por esse órgão é a realização de diversos cadastros e emissões de documentos eletrônicos para os produtores rurais que não possuem acesso à internet e/ou ainda não tem familiaridade com as ferramentas digitais que possibilitam a realização das inscrições online. Essa atividade é realizada pela subdivisão do sindicato intitulada Central de Serviços ao Produtor, que oferece serviços cadastrais no INCRA, Receita Federal, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ADA (Ato Declaratório Ambiental), CCIR (Certificado de Cadastro do Imóvel Rural), ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), o LAC/SEMACE (Licença Ambiental por Adesão e Compromisso) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Todos esses serviços são prestados de forma presencial: os produtores rurais se deslocam até a cidade de Canindé - grande parte fazendo uso dos "carros de horário" - portando seus documentos pessoais e das propriedades rurais a serem registradas e os funcionários da Central de Serviços preenchem os respectivos formulários online.

O sindicato é responsável ainda por solicitar a realização de cursos ofertados pelo SENAR voltados para a produção no meio rural. Geralmente o sindicato está apto a ouvir as demandas dos filiados, que se organizam em grupos do mesmo território ou de localidades diferentes mas com um interesse em comum. A partir dessa manifestação de interesse, o presidente do sindicato faz a solicitação formal ao SENAR, que leva os cursos para serem realizados na sede ou em locais acessíveis para a comunidade solicitante.

Outro serviço articulado pelo sindicato é a entrada no processo de aposentadoria dos agricultores. É na sede do sindicato que o filiado solicitante tem reuniões com o advogado que irá auxiliá-lo na causa.

Nesse local também ocorre a organização da feira de agricultores semanal da cidade. Há, ainda, a distribuição anual de sementes, mudas e essências florestais do Programa Hora de Plantar, realizada em parceria com a EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará). São organizadas ainda reuniões periódicas com os filiados, formação de grupos de trabalho para atender a uma demanda específica, além de novos serviços para atenderem demandas específicas e temporárias. No geral, esse órgão pode ser entendido como um ponto concentrador e articulador dos produtores rurais em sua região de abrangência.

Apesar de concentrar tantos serviços e oportunidades, o Sindicato dos Produtores Rurais ainda não conta com uma sede adequada para o bom funcionamento das atividades. O único local disponível para seu funcionamento é o espaço de átrio e sala de estar na residência de um senhor de idade, que cedeu esses setores de sua casa para o atendimento aos produtores rurais.

A sede provisória do sindicato não conta com elementos básicos de acolhimento como recepção, sanitários públicos, salas de reunião, dentre outros. Ismael, um dos funcionários do local, ao ser questionado a respeito da estrutura física do sindicato, afirmou que "ainda não é satisfatória e muitas vezes acaba dificultando o pleno atendimento às necessidades imediatas dos produtores rurais, além de não contar com um espaço em que possam ser realizados cursos e reuniões com mais participantes". Nesse sentido, mostra-se urgente o providenciamento de um espaço físico que possa acomodar o sindicato, órgão de fundamental importância para o fortalecimento comunitário, suas atividades e seus filiados de forma satisfatória.



Figura 17: Atual espaço sedido para abrigar a sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Canindé.
Fonte: acervo da autora.

Por último, cabe mencionar também a atuação do MST/Ceará no território municipal de Canindé. De acordo com o que foi abordado nos tópicos anteriores, Canindé é referência nacional em regularização fundiária e outras lutas do campo, porém esses feitos dificilmente teriam sido alcançados sem os trabalhos de articulação e conscientização social realizados por esse movimento ao longo de toda a história do território estudado.

A Brigada Mandacaru é uma divisão regional do MST e é responsável pelo fortalecimento das lutas do campo nos assentamentos presentes nos municípios de Canindé, Caridade, Paramoti e Itatira. São organizadas ocupações, ciclos de debate e formação, cirandas infantis, manifestações, incentivo à produção orgânica de alimentos e muitas outras atividades.

O movimento tem como um de seus objetivos estimular o desenvolvimento comunitário a partir do trabalho coletivo, bem como a organização de cooperativas agrícolas que visam transformar as vidas nos assentamentos e acampamentos presentes no território. Junto a isso, realiza cursos de formação em diversas áreas para aprimorar os conhecimentos dos produtores rurais e desenvolve assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária.

Em resumo, pode-se observar que a Brigada Mandacaru é um agente fundamental para o fortalecimento comunitário na zona rural de Canindé e dos demais municípios, além do fato de possuir ações que incentivam uma educação democrática para a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e de sua força enquanto classe trabalhadora e popular.



Figura 18: Formação em teatro e pintura para crianças do Grupo de Cultura Raízes da Terra, Assentamento Tiraçanga.
Fonte: Grupo de Cultura Raízes da Terra.



Figura 19: Distribuição de cestas básicas promovida pela Brigada Mandacaru (MST) em bairros de Canindé.
Fonte: Brigada Mandacaru.



Figura 20: Horta comunitária organizada pelos alunos da Escola do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré, Assentamento Santana da Cal.
Fonte: Escola Patativa do Assaré.

4.3 educação no Campo: formar cidadãos conscientes e oferecer novas oportunidades

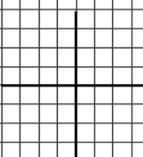
No tocante à educação para os moradores do campo, o município de Canindé conta com iniciativas de alfabetização de crianças e de jovens e adultos que não puderam concluir a educação básica. Já para os adolescentes que estão no ensino médio, o município oferece a opção de realizar essa etapa da educação de forma integrada a um curso técnico na Escola Estadual de Educação Profissional. Mesmo contando com poucas vagas em comparação à proporção da demanda do município, a escola profissionalizante tem se apresentado como uma alternativa para os jovens da zona rural, que se deslocam diariamente para terem aulas em período integral.

O município abriga também a Escola do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré, localizada no Assentamento Santana da Cal, no Distrito Bonito. A escola possui uma estrutura curricular específica para a Educação do Campo, com incentivo à preservação da natureza, ao cultivo de alimentos saudáveis, além de promover atividades comunitárias e culturais para os alunos e para a comunidade da zona rural. É possível perceber que a presença da Escola do Campo no município tem contribuído para a formação cidadã dos jovens da zona rural pois, mesmo os que não frequentam a escola conseguem ter contato com as pautas que são levantadas no ambiente educacional

por meio de conversas com amigos, parentes e até mesmo nas reuniões de associação dos moradores nos assentamentos.

Nos últimos anos, Canindé tem ampliado o horizonte de possibilidades para um futuro complementado pela formação educacional e profissional. Quanto à formação profissional, cabe mencionar a presença do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), uma iniciativa nacional que oferta bolsas de estudos para possibilitar que jovens e adultos concluam cursos de formação técnica. Atualmente, os cursos do PRONATEC em Canindé são ofertados por demanda, que pode vir de escolas estaduais, municipais, da prefeitura e de iniciativas como o Sindicato dos Produtores Rurais.

Ainda não há um local fixo para o acontecimento dos cursos, palestras e formações diversas, principalmente as que são voltadas ao atendimento de jovens e adultos da zona rural. Acredita-se que, ao conceber espaços de acolhimento para essas atividades educacionais, o município estará contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e com boas perspectivas de futuro, além da possibilidade de retorno desse conhecimento para o território, uma vez que os estudantes podem ter suas atuações profissionais voltadas para Canindé e demais regiões do sertão cearense.



parte **02**
PROCESSO

Marquise do Parque Ibirapuera,
São Paulo, 2019.
Fonte: Estadão.

05

diagrama, infraestrutura e arquitetura

introdução

Para iniciar a aproximação com a problemática de projeto, este capítulo aborda questões que estão diretamente relacionadas com os conceitos-base para a concepção de uma proposta arquitetônica, que são: o diagrama como ferramenta de projeto, a dimensão infraestrutural da arquitetura de edifícios públicos e arquitetura bioclimática. Esses três principais pontos de embasamento foram escolhidos com base na intenção de investigar a junção de conceitos para conceber um edifício público que seja ao mesmo tempo um concentrador de fluxos e atividades para a população de enfoque da pesquisa e que também possa ser, na dimensão conceitual da Arquitetura, um estudo experimental da combinação dessas ferramentas para conceber uma edificação de caráter permanente capaz de se adaptar a diferentes demandas de uso.

A motivação desse estudo partiu do interesse de projetar uma obra pública de caráter acolhedor, de livre apropriação por parte dos usuários e que de caráter permanente na paisagem onde se insere. Em seu livro Lições

de Arquitetura, o autor Herman Hertzberger aborda o conceito de obra pública e sua relação com a livre apropriação pelos usuários e traz a seguinte diretriz:

“O segredo é dar aos espaços públicos uma forma tal que a comunidade se sinta pessoalmente responsável por eles, fazendo com que cada membro da comunidade contribua à sua maneira para um ambiente com o qual possa se relacionar e se identificar.”

(HERTZBERGER, 2015, p. 45)

O capítulo terá como base os pensamentos de quatro autores: Josep Maria Montaner na temática do diagrama, Carlos Alberto Maciel e sua tese intitulada Arquitetura como Infraestrutura e, na abordagem sobre Arquitetura, os autores Herman Hertzberger e Armando de Holanda. Os pensamentos defendidos por cada um dos autores mencionados serão analisados e interpretados objetivando o embasamento teórico necessário para a prática projetual a ser abordada nos próximos capítulos.

“O essencial, portanto, é chegar a uma arquitetura que, quando os usuários decidem dar-lhe um uso diferente do que foi originalmente concebido pelo arquiteto, não seja perturbada a ponto de perder sua identidade.”

(HERTZBERGER, 2015, p.148)

5.1 arquitetura como infraestrutura

in-fra-es-tru-tu-ra

substantivo feminino

01. suporte ger. escondido ou invisível, que é base indispensável à edificação, à manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente.

02. base material ou econômica de uma sociedade ou de uma organização.

03. FILOS. conjunto de ações inconscientes que possibilitam ou determinam um ato consciente.

Neste tópico, será abordada a dimensão infraestrutural que as edificações públicas ou institucionais podem adquirir conforme as decisões projetuais de sua concepção. A base para este estudo será a tese de doutorado do autor Carlos Alberto Maciel (2015), que busca investigar o potencial que as edificações dessa natureza possuem de serem um suporte para abrigar as diferentes necessidades que se transformam ao longo do tempo. Como forma de introduzir as discussões sobre a temática, faz-se necessário compreender a definição de infraestrutura na Arquitetura a qual o trabalho se refere.

Usualmente, o termo tem relação com a constituição física e material dos edifícios, passando tanto pela estrutura do edifício (fundações, vigas, pilares etc.) quanto pelo sistema de instalações prediais, que dão suporte às atividades rotineiras no edifício. Na obra de Maciel (2015), esse conceito se expande ao introduzir a característica de a obra arquitetônica como um todo se tornar um dispositivo infraestrutural para o contexto na qual está inserida. Para que isso ocorra, o autor defende a necessidade de análise da infraestrutura em três níveis: territorial - que corresponde ao meio natural -, urbana - considerada como a rede de sistemas que

dão suporte à vida urbana- e predial, entendida como o conjunto de edificações que estão conectadas à infraestrutura urbana. As infraestruturas são, portanto, “elementos constituintes e transformadores da paisagem”. Maciel (2015) busca, ainda, compreender a relação entre os diferentes tipos de infraestrutura. De acordo com o autor:

“As infraestruturas, em todos os níveis - territorial, urbano e predial -, apresentam uma natureza comum e integrada, que consiste no provimento das condições mínimas para a existência humana, sem determinar funcionalmente as atividades que se desenrolam nos espaços por ela servidos.”

(MACIEL, 2015, p. 71)

Nesse sentido, o interesse em criar um projeto que possa abrigar diferentes atividades que não necessariamente partiram de um programa de necessidades pré-determinado surgiu a partir do questionamento do autor consultado sobre “investigar como, através de estratégias específicas de projeto, a arquitetura - o edifício - poderia ampliar seu seu potencial infraestrutural” (MACIEL, 2015, p. 72). A primeira medida a ser adotada seria ampliar os horizontes da arquitetura para além da pré-

determinação funcional a fim de fomentar o seu potencial de abertura funcional e simbólica por meio de diferentes organizações espaciais que incentivem diferentes apropriações. É tomada como ponto de partida a visão de que a organização espacial deve “servir para estimular a interação e a coesão social” (HERTZBERGER, 2015, p. 63).

A indeterminação funcional é uma das características da arquitetura contemporânea que auxiliam na construção comunitária de significados para o edifício. Nesse caso, o papel do arquiteto seria muito mais conceber um edifício que se comunique com a paisagem e que possa abrigar diversas atividades do que estruturar um programa rígido colocando, assim, em segundo plano a tradição histórica de fazer projetos que se orientem apenas ao funcionalismo. O significado do edifício passa a ser muito mais o fruto da apropriação dos usuários do que das intenções projetuais do profissional de arquitetura, auxiliando na construção democrática dos espaços. Sobre a questão do raciocínio infraestrutural nos projetos de arquitetura, Maciel (2015) afirma:

“A introdução de um raciocínio infraestrutural na concepção do edifício se colocaria como um possível caminho para a conciliação entre a ordem distante, que concebe a infraestrutura a partir de um raciocínio sistêmico e constitui uma materialidade inicial do edifício, e a ordem próxima, amplificando o potencial de transformação e de apropriação criativa do espaço.”

(MACIEL, 2015, p. 76)

Com o projeto a ser desenvolvido para abrigar as atividades da população da zona rural de Canindé que precisam se deslocar até a cidade, objetiva-se construir um espaço de suporte que se afaste da iconicidade arquitetônica e que esteja o mais próximo possível da construção de espaços permanentes, adaptáveis às futuras transformações do contexto no qual se insere e com maior possibilidade de apropriação por parte dos usuários.

A ideia de que a edificação possa ser concebida como uma infraestrutura de suporte perpassa pela necessidade de “limitar a influência da ordem distante à garantia do mínimo necessário para acolher a vida, [...] em um permanente equilíbrio entre a perfeição incompleta de uma estrutura perene e os diversos momentos de sua existência” (MACIEL, 2015, p. 78). Além disso, o raciocínio infraestrutural pode ser também um aliado na superação da obsolescência da edificação que poderá, dessa forma, ser um equipamento perene na paisagem independente das atividades que abriga ao longo do tempo que pode contribuir para a transformação do território.

“O conceito de infraestrutura como um suporte que estabelece uma base material para a vida, [...] permite um paralelo com os significados imateriais do conceito de infraestrutura, tanto como base que garante a existência das instituições, como com o conceito econômico e filosófico da infraestrutura.”

(MACIEL, 2015 p.72)

5.2 arquitetura bioclimática e suas estratégias para o local

ar-qui-te-tu-ra

substantivo feminino

01. arte e técnica de organizar espaços e criar ambientes para abrigar os diversos tipos de atividades humanas.

02. conjunto de princípios, normas, materiais e técnicas utilizadas para criar o espaço arquitetônico.

Visando fortalecer a relação da arquitetura com o local em que ela irá se inserir, torna-se importante a adoção de alguns conceitos e orientações da arquitetura bioclimática. Esta, por sua vez, tem por objetivo a otimização dos recursos naturais da região combinados para alcançar o conforto ambiental no interior das edificações, além de valorizar o contato dos usuários da arquitetura com a natureza circundante.

As técnicas tem como base alguns princípios básicos, que são: proporcionar ambientes confortáveis e saudáveis para os usuários, buscar a eficiência energética, evitar desperdícios de materiais e o uso de energias renováveis. Neste trabalho, o primeiro princípio da arquitetura bioclimática será tomado como base para o desenvolvimento do projeto.

Para o bom funcionamento da arquitetura como infraestrutura de suporte, é fundamental que se garanta a criação de espaços agradáveis que possam ser apropriados pelos usuários. Outra diretriz que será usada no projeto é a compreensão de que uma arquitetura adaptada ao clima é feita a partir do entendimento das particularidades ambientais e climáticas de seu entorno, uma vez que “o conhecimento do clima do local é fundamental para a adaptação dos edifícios às suas vicissitudes” (GALVÃO, 2016). De acordo com o que é defendido por Silva et al. (2012):

“Um dos fundamentos que contribuem para a arquitetura bioclimática é a compreensão de que não existe uma solução perfeita e aplicável a todas as situações, mas sim mecanismos que devem ser selecionados no sentido de se encontrar uma alternativa adequada para cada local.”

(SILVA et. al, 2012)

A busca por uma edificação confortável no contexto do sertão cearense incentivou a consulta do livro Roteiro Para Construir no Nordeste, de Armando de Holanda (1976). Nele, o autor estabelece algumas diretrizes básicas que os projetos executados nessa região do país devem seguir para que se consiga criar ambientes capazes de receber as mais diversas atividades humanas. Das nove diretrizes defendidas por Holanda (1976), foram escolhidas cinco principais que serão priorizadas no projeto a ser desenvolvido, que são:

- 1. Criar uma sombra**
- 2. Recuar as paredes**
- 3. Proteger as janelas**
- 4. Continuar os espaços**
- 5. Construir frondoso**

A ideia de criar uma sombra que possa abrigar atividades diversas é a ideia principal do projeto a ser desenvolvido, pois “as infraestruturas apresentam um potencial de definir sombra e abrigo, conferindo-lhes assim um potencial arquitetônico” (MACIEL, 2015). Para tornar a sombra um abrigo de usos diversos, ou seja, para que ela possa também ser uma infraestrutura, Holanda (1976) estabelece alguns princípios, que são: desobstrução do espaço interno, adoção de pés direitos altos e uso de materiais com bom isolamento térmico, características desejáveis para as edificações do sertão.

“Começemos por uma ampla sombra, por um abrigo protetor do sol e das chuvas tropicais; por uma sombra aberta, onde a brisa penetre e circule livremente, retirando o calor e umidade; por uma sombra amena, lançando mão de uma cobertura ventilada, que reflita e isole a radiação do sol; por uma sombra alta, com desafio de espaço e muito ar para respirar.”

(HOLANDA, 1976, p. 11 a 13)

Aliada à proposta de criar uma sombra, há ainda o recurso de recuar as paredes. As casas tradicionais cearenses – as chamadas “casas de alpendre” – são bons exemplos da combinação desses dois recursos. Ao criar um espaço de intervalo entre as vedações da edificação e o entorno, é criada uma proteção extra que diminui as trocas térmicas entre os ambientes internos e externos. “Entradas, alpendres e muitas outras formas de espaços de intervalo fornecem uma oportunidade para ‘acomodação’ entre mundos contíguos” (HERTZBERGER, 2015, p. 35). Outra função desempenhada pelo recuo das paredes é a de filtro de luz. A luz no Nordeste, por sua vez, é um grande potencial para a valorização dos objetos arquitetônicos do local, entretanto, seu excesso pode provocar desconfortos diversos na ocupação dos espaços. Dessa forma, Holanda (1976) orienta:

“Lancemos as paredes sob esta sombra, recuadas, protegidas do sol e do calor, das chuvas e da umidade, criando agradáveis áreas externas de viver: terraços, varandas, pérgolas, jardins sombreados; locais onde se possa estar em contato com a natureza e com o límpido céu do Nordeste.”

(HOLANDA, 1976, p. 15)

É importante atentar também para a proteção das janelas e demais aberturas para que se proteja o interior da edificação da entrada de luz e calor excessivo, além do resguardo dos ambientes internos durante o regime de chuvas. O autor aconselha evitar o uso de fachadas envidraçadas e outras soluções que dificultem a renovação de ar no interior da edifi-

cação a fim de obter espaços de convívio agradáveis em diferentes épocas do ano.

“A proteção das aberturas externas torna-se imprescindível nos trópicos, para a criação de ambientes amenos e a redução dos consumos de energia com refrigeração e iluminação artificiais.”

(HOLANDA, 1976, p. 25)

Por último, a criação de espaços fluidos junto de uma arquitetura adaptada ao contexto se mostram alternativas interessantes para a criação de espaços contínuos e que se comuniquem entre si e com o ambiente natural e urbano de suas proximidades. Nesse sentido, é importante pensarmos em como os acessos da edificação podem contribuir para a geração de espaços contínuos e convidativos à apropriação.

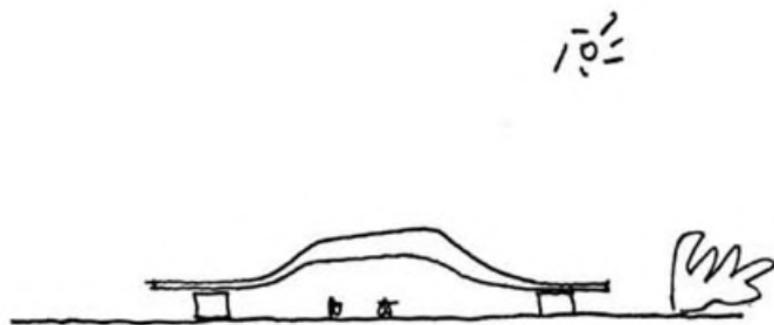
“Tentemos apreender a fluência entre a paisagem e a habitação, entre o exterior e o interior, para desenharmos portas que sejam um convite aos contatos entre os mundos coletivo e individual.”

(HOLANDA, 1976, p. 27)

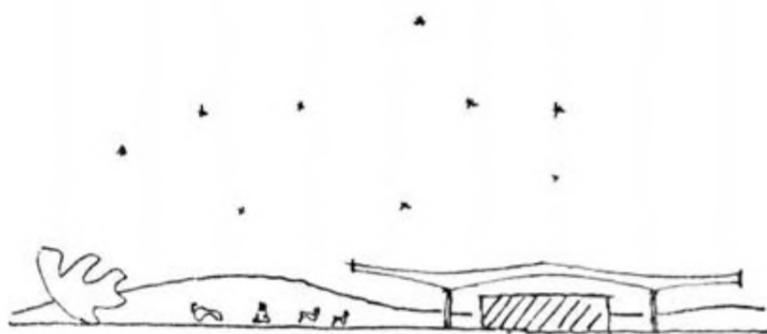
Acredita-se que, a partir dessas orientações para a construção de edificações no Nordeste, será possível conceber um equipamento plenamente conectado com o seu contexto e de permanência agradável para os usuários.

“Trabalhemos no sentido de uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a nele viver integralmente.”

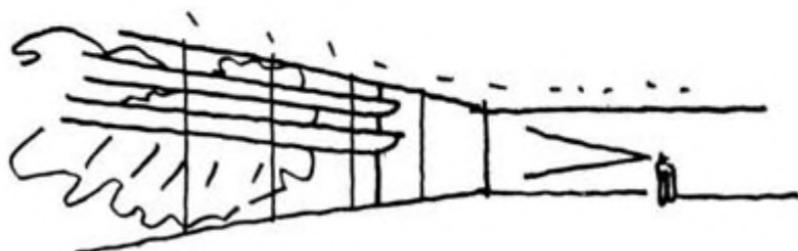
(HOLANDA, 1976, p.43)



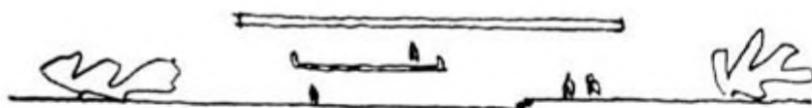
criar uma sombra



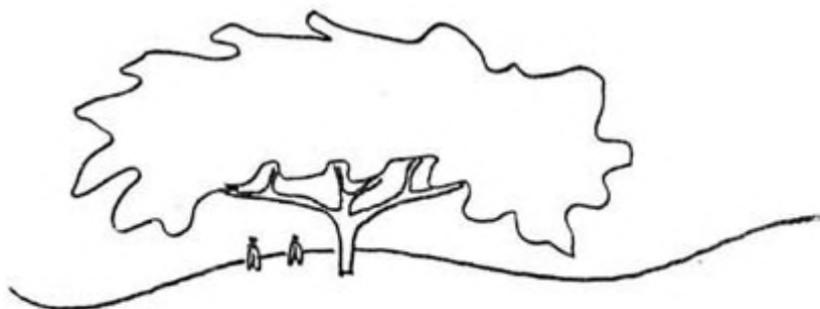
recuar as paredes



proteger as janelas



continuar os espaços



construir frondoso

Ilustrações retiradas do livro Roteiro Para Construir no Nordeste (1976), de Armando de Holanda.

5.3 o diagrama na arquitetura

di-a-gra-ma

substantivo masculino

01. representação gráfica de determinado fenômeno.
02. traçado em linhas gerais; delineação, bosquejo.

dis-po-si-ti-vo

substantivo masculino

01. mecanismo disposto para se obter certo fim.
02. conjunto de meios planejadamente dispostos com vista a um determinado fim.

Antes de investigar o uso do diagrama e dos dispositivos na arquitetura, é necessário primeiramente nos remetermos aos conceitos que envolvem esses termos. Conforme afirmado por Montaner (2017), “o próprio conceito de diagrama traz sua possibilidade de abertura, o fato essencial de que seus significados não são definidos, e sim em constante transformação” (MONTANER, 2017, p. 08), trazendo assim a possibilidade de adaptar o diagrama a diferentes contextos e para determinados fins. Nesta pesquisa, partiremos da definição de diagrama pelo filósofo Michael Foucault abordada na obra de Gilles Deleuze (1998), que teve grande influência na produção de imagens conceituais pelos arquitetos a partir da década de 1990. O filósofo entendia o diagrama como:

“(…) a exposição das relações de forças que constituem o poder (...) O diagrama, ou máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, que procede por ligações primárias não localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos.”

A partir dessa definição, o diagrama passou a ser de fundamental importância enquanto dispositivo gerador de ideias no campo da Arquitetura e Urbanismo. Por ter maior relação com o conceito do projeto do que com o partido arquitetônico propriamente dito, os diagramas “ultrapassam as limitações do partido arquitetônico, na medida em que permitem mutações e a produção de diferentes organizações espaciais a partir de um mesmo conceito ou ideia-chave” (FLORIO, 1998).

Nesse sentido, pode-se entender o diagrama em arquitetura como uma forma de abstração de conceitos que virão a ser adotados em novas criações, bem como pode ser utilizado como dispositivo de compreensão de conceitos presentes em obras já concebidas a fim de compreender suas relações espaciais e o processo de criação das mesmas. Montaner (2017) analisa a relação entre o diagrama e o exercício da Arquitetura e Urbanismo. Segundo o autor:

“Os diagramas são tomados como um ponto inicial, na medida em que se considera que a arquitetura e o urbanismo não podem avançar sem o esforço da abstração. (...) servem tanto para registrar ou mapear quanto para projetar e traçar trajetórias de uma característica que eles compartilham com o conceito de tipologia.”

(MONTANER, 2017, p. 08 e 10)

A incorporação do diagrama na arquitetura de forma mais abstrata coincidiu ainda com o crescimento da crítica ao funcionalismo excessivo das edificações iniciada nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período - iniciado a partir da década de 90 -, as obras arquitetônicas eram majoritariamente pensadas a partir de uma tipologia e/ou um programa de necessidades, sendo inclusive o diagrama orientado apenas como ferramenta de disposição do programa. Nos dias atuais, ele se adapta a diferentes âmbitos de análise conceitual, aprimorando a liberdade criativa do projetista.

Montaner (2017), reitera a importância dos diagramas na transformação do fazer arquitetônico nas últimas décadas ao afirmar que:

“Atualmente, os diagramas são utilizados e interpretados como uma superação tanto dos diagramas funcionalistas quanto do conceito de tipologia; isto é, tanto como uma crítica ao esquematismo e à obsessão pelo novo do racionalismo, quanto como uma ruptura com a rigidez e o rigor, a repetição e o historicismo da crítica tipológica.”

(MONTANER, 2017, p. 11 e 12)

Aliado ao diagrama, o processo de projeto a ser desenvolvido fará uso de dispositivos espaciais para análise de obras arquitetônicas a serem utilizadas como referências projetuais. Objetiva-se, com esse processo, a extração de conceitos e técnicas que possam ser adaptadas ao contexto local do projeto. Nesse caso, os diagramas serão utilizados para representar dispositivos fomentadores da criatividade

captados nas obras. Cardoso et al. (2010) aborda o conceito de dispositivo que será utilizado neste trabalho, sendo diretamente relacionado ao processo criativo. De acordo com os autores:

“Por dispositivo entender-se-á [...] o conjunto de práticas que traçam processos em desequilíbrio que engendram a emergência do novo. Esse tem o objetivo de responder a uma urgência, de conseguir um efeito, e surge como uma estratégia para superar uma ruptura, um colapso ocorrido, que é fonte primária para sua evolução e nova criação. Encontramos processos criativos semelhantes em diversas áreas, na natureza, nas artes, na arquitetura, sendo o dispositivo inerente aos diversos sistemas (cognitivos).”

(CARDOSO et al., 2010, p. 182)

O exercício da extração de dispositivos por meio dos diagramas tem como finalidade auxiliar no processo de concepção de um projeto arquitetônico que não se limite apenas à disposição de um programa de necessidades e que possa ser também uma forma de os usuários terem contato com conceitos de arquitetura aplicados na obra. O processo segue o que é defendido por Montaner (2017) em sua afirmação:

“Faz sentido ter os diagramas operacionais como ponto de partida, se for a partir do registro da realidade, da riqueza da experiência e da vontade sistemática de ação; isto é, enquanto ponto culminante do conhecimento sobre a vida e das aspirações da ação.”

(MONTANER, 2017, p. 17)

Os dispositivos espaciais diagramáticos são, portanto, uma maneira de pensar a arquitetura como instrumento de ação prática na realidade onde está inserida, distanciando-se da elaboração de um projeto arquitetônico fechado em si próprio que desconsidera o contexto urbano e antropológico do local.

“Os diagramas são adequados para projetar abertamente o futuro e responder aos novos impulsos sociais, culturais, energéticos e ambientais.”

(MONTANER, 2017, p.12)

5.4 referências arquitetônicas e diretrizes

Nos itens a seguir serão discutidas algumas referências arquitetônicas que serão utilizadas como base para o exercício criativo do projeto a ser desenvolvido neste trabalho, bem como a extração dos dispositivos projetuais presentes nos projetos analisados.

a. CEU Pimentas

- **Referência:** ArchDaily
- **Ano:** 2010
- **Localização:** Guarulhos, São Paulo - Brasil
- **Autoria:** Biselli + Katchborian arquitetos
- **Destaque:** **circulação horizontal central como suporte para usos anexos**

Localizado em uma zona de Guarulhos que não conta com muitos equipamentos comunitários voltados ao ensino, lazer e esporte, o CEU Pimentas surge na paisagem com um grande projeto linear (16.000m²). A principal diretriz de seu partido arquitetônico é a cobertura metálica de expressivo comprimento longitudinal que abriga blocos com usos variados em suas bordas. Assim, a riqueza espacial é gerada pela interação entre esses elementos e nas variações de altura entre a cobertura central e os blocos.

A marcante presença do vazio central como articulador do projeto foi a principal mo-

tivação da escolha desta obra como referência para o presente trabalho, uma vez que esse vazio adquire uma dimensão infraestrutural ao se mostrar como um ponto articulador entre as diferentes partes do programa de necessidades. Essa cobertura transmite ainda a intenção projetual de que essa seria a estrutura “perene” da edificação, sendo responsável por acolher esses blocos de programa de necessidades que podem ser retirados e modificados ao longo do tempo. Destaca-se ainda a construção desse vazio central como praça coberta para o edifício, trazendo um caráter mais convidativo para adentrar neste equipamento cultural.



Figura 21: Vista aérea do CEU Pimentas.
Fonte: ArchDaily.



Figura 22: Entrada principal do CEU Pimentas.
Fonte: ArchDaily.



Figura 23: Pátio interno do CEU Pimentas.
Fonte: ArchDaily.

A extração do dispositivo projetual partiu do desenho técnico da planta do pavimento térreo, onde é possível observar a relação entre o vazio central e os blocos do programa de necessidades, que apresentam entradas independentes entre si, ressaltando as possibilidades de remoção do programa sem que a infraestrutura - representada aqui pela área

sob a cobertura metálica - da edificação seja alterada. Tendo como ferramenta a abstração diagramática dessa representação figurativa do edifício, será possível dar novos significados e interpretações para a relação estudada a fim de extrair uma das principais diretrizes do projeto a ser desenvolvido no território de Canindé.

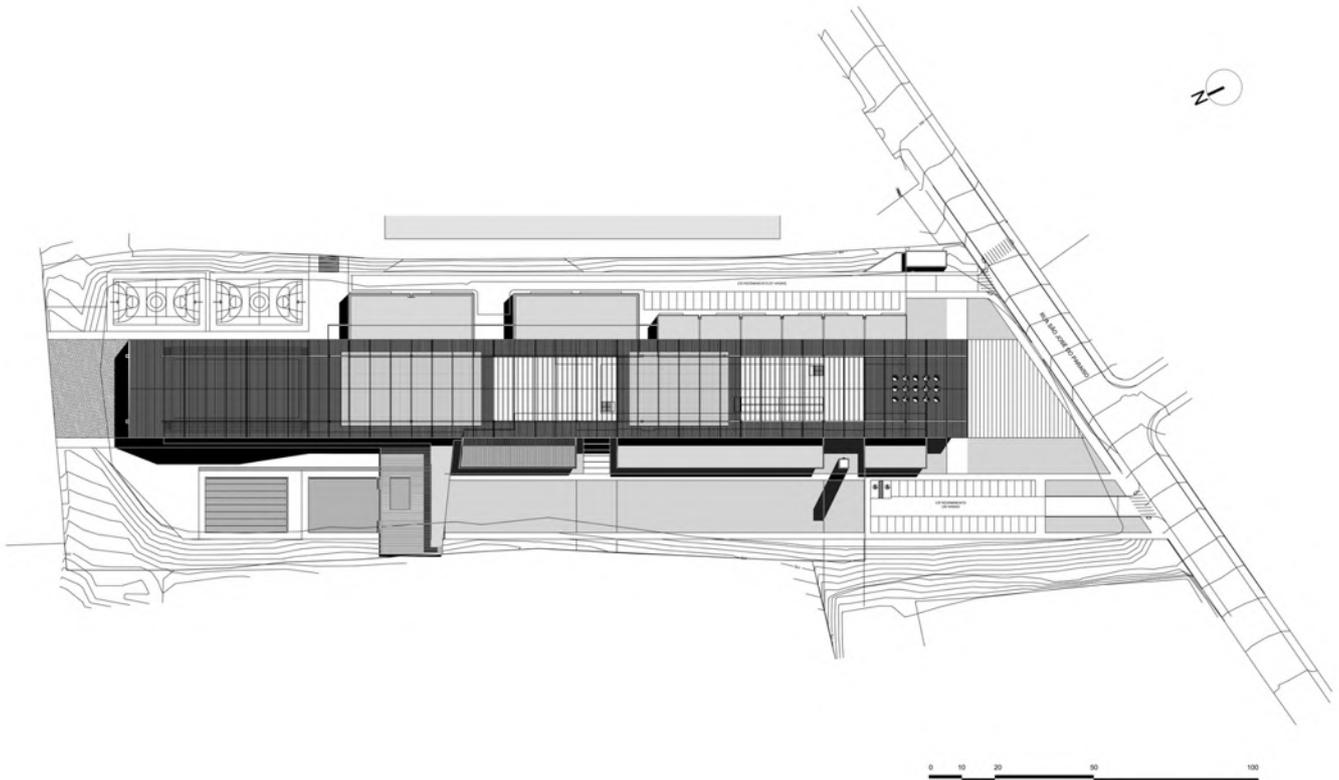


Figura 24: Planta de Implantação e Cobertura, CEU Pimentas. Fonte: ArchDaily.

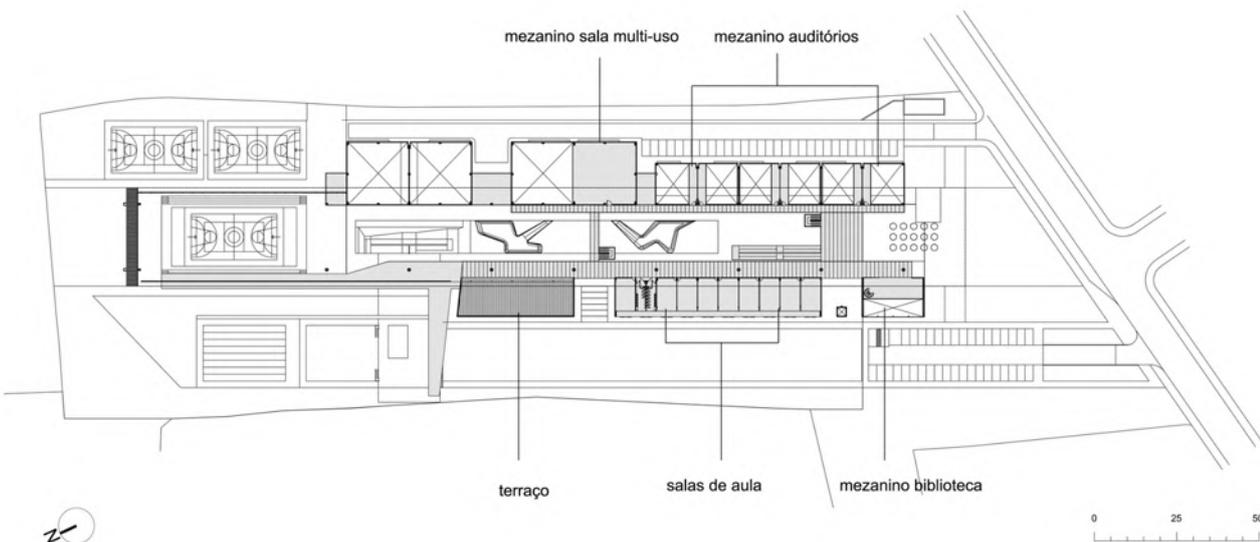
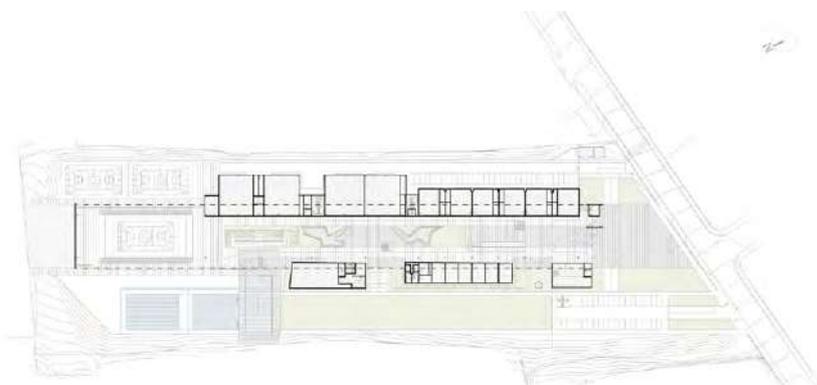


Figura 25: Planta do Pavimento Térreo, CEU Pimentas. Fonte: ArchDaily.

dispositivo

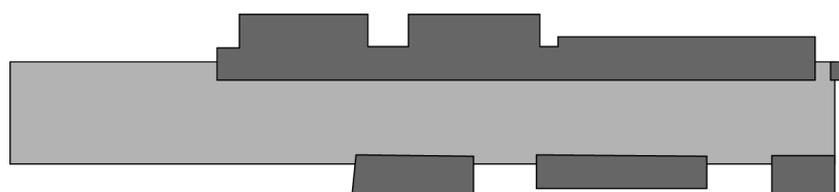
desenho escolhido: planta



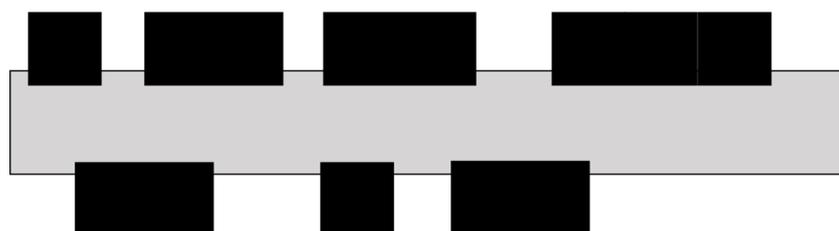
simplificação do desenho



demarcação de espaços cobertos fechados e abertos



dispositivo: vazio + anexos



b. Complexo Praça dos Museus na USP

- **Referência:** ArchDaily
- **Ano:** 2012 - em construção
- **Localização:** São Paulo, São Paulo - Brasil
- **Autoria:** Paulo Mendes da Rocha e Piratinin-ga Arquitetos Associados
- **Destaque:** estrutura linear e sua relação com a topografia

O segundo projeto referência se articula em um terreno com cerca de 80.000m², no Campus Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (USP). Consiste em um conjunto de museus composto pelo Museu de Zoologia (MZO), Museu de Arqueologia (MAE), Edifício Expositivo (EEX) e por um edifício destinado a abrigar outras atividades culturais (EAC). A intervenção caracteriza-se por ser um conjunto de museus situado em um terreno de topografia acidentada, grande quantidade de vegetação e uma nascente de água, sendo os museus instalações independentes entre si.

Nessa referência, o aspecto que chamou mais atenção foi o eixo de circulação entre

esses volumes compostos por formas simples. Esse eixo linear de circulação, por sua vez, possui uma galeria de exposições. O aspecto mais relevante desse elemento para ser extraído como referência para o equipamento a ser desenvolvido é sua relação com a topografia do sítio. A forma se mantém linear independentemente das diferentes alturas que o terreno possui, inclusive se conectando a pavimentos diferentes em cada um dos quatro edifícios que conecta, consistindo-se assim em uma espécie de “rua aérea”. O dispositivo projetual foi extraído a partir de um corte longitudinal dessa conexão, evidenciando sua relação com o meio natural e as edificações.

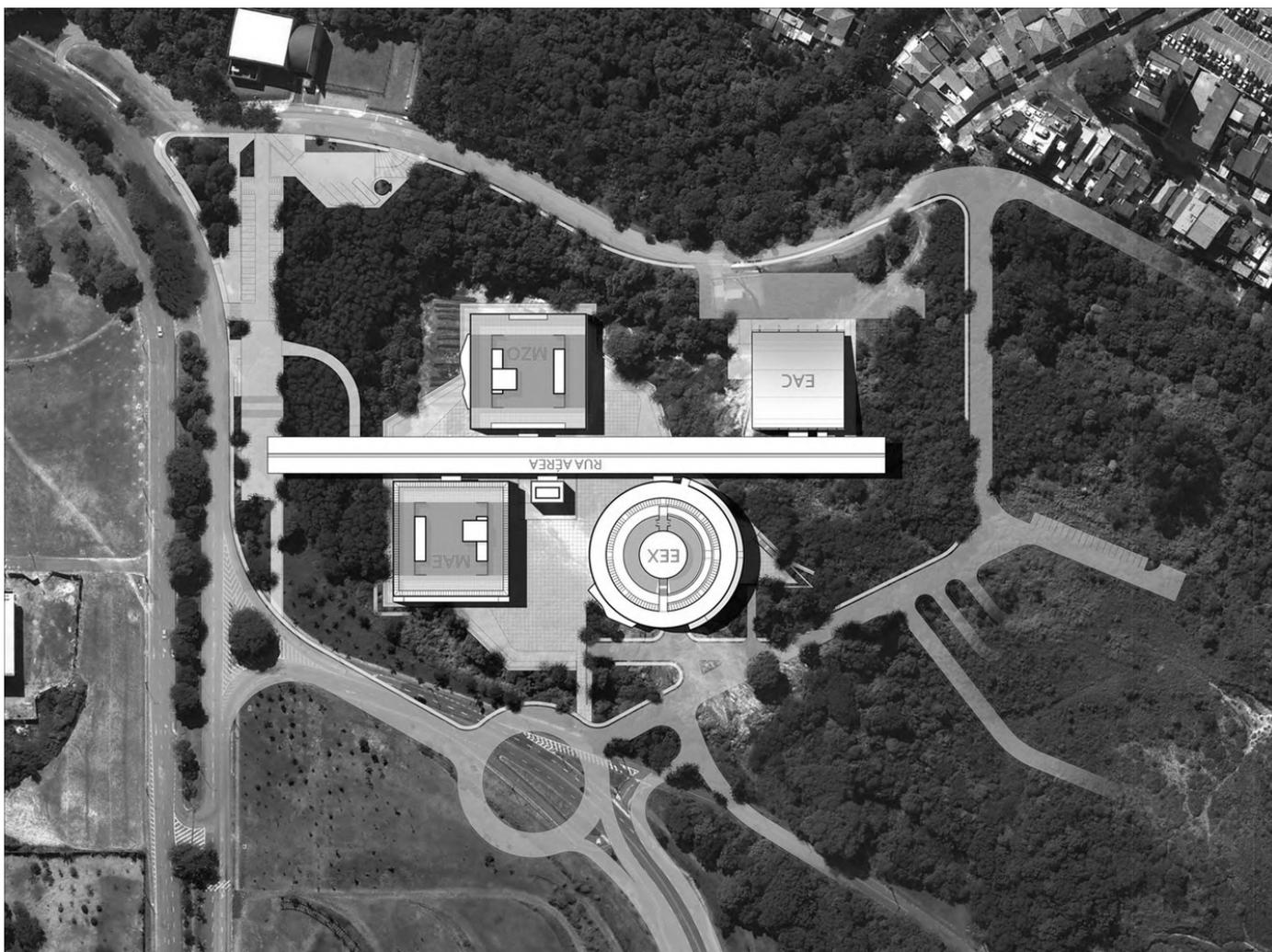


Figura 26: Esquema de implantação da Praça dos Museus.
Fonte: ArchDaily.

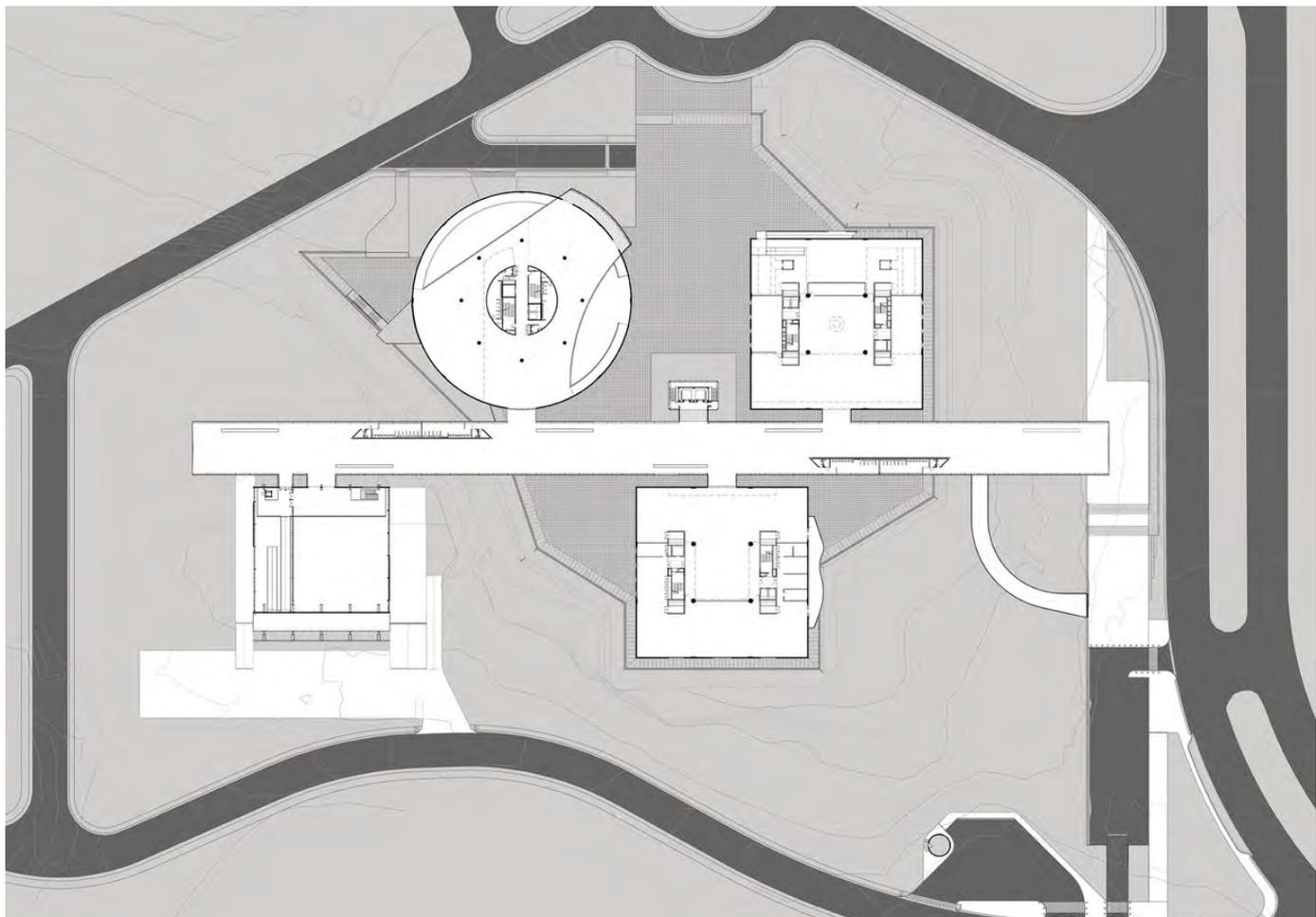


Figura 27: Planta do nível zero da Praça dos Museus.
Fonte: ArchDaily.

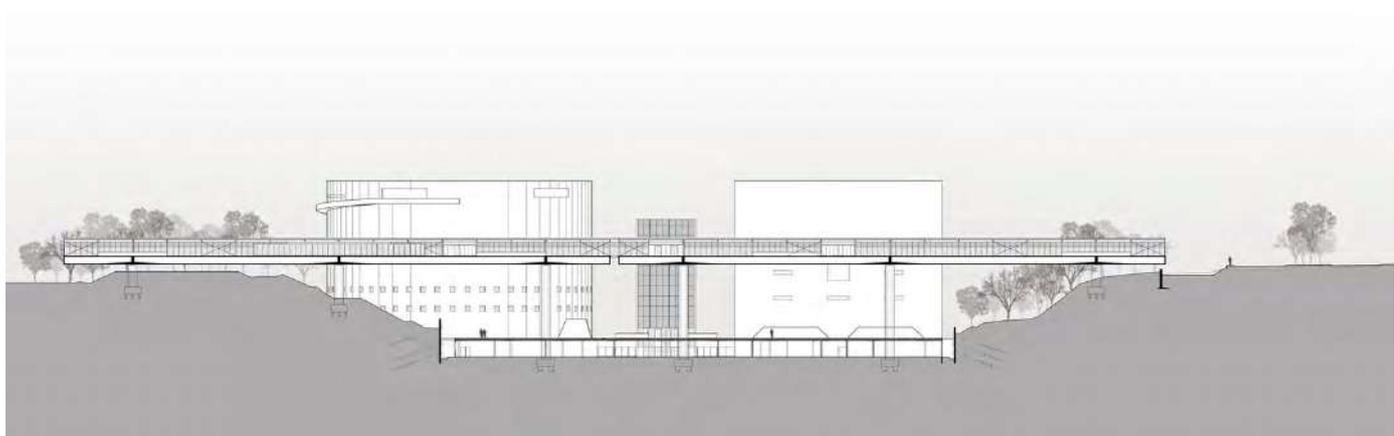
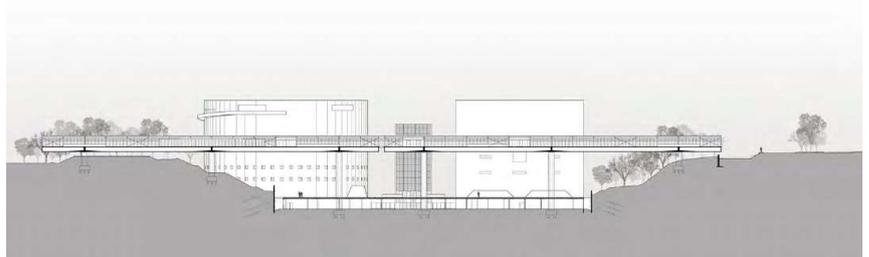


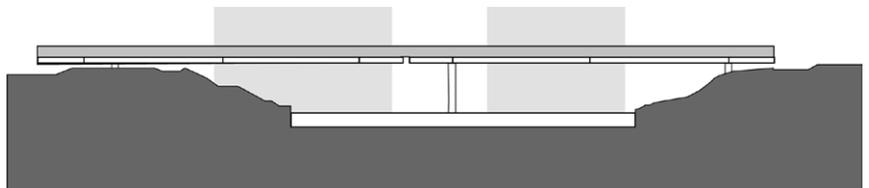
Figura 28: Corte longitudinal C da Praça dos Museus.
Fonte: ArchDaily.

dispositivo

desenho escolhido: corte



simplificação do desenho



demarcação: elemento constante em relação à topografia



dispositivo: linearidade como elemento da paisagem



c. Lune de Sang Pavilion - Galpão 1

- **Referência:** ArchDaily
- **Ano:** 2018
- **Localização:** Northern Tablelands - Austrália
- **Autoria:** CHROFI
- **Destaque:** vazio sombreado e ritmo estrutural

O último integrante da sequência de referências projetuais é um armazém que possui cerca de 1.300m², está localizado na Austrália e faz parte de um empreendimento intergeracional que pretende realizar transformações em uma antiga propriedade produtora de laticínios. O projeto se encontra em um sítio amplo e está cercado de uma paisagem natural nativa onde foram plantadas árvores que serão cuidadas em uma estimativa de 50 a 300 anos ou até atingirem a sua maturidade, quando serão extraídas para comercialização e substituídas por outras de mesma espécie, produzindo assim a madeira de reflorestamento. Com base nisso, o projeto do armazém tem como principal diretriz a compreensão do local, da paisagem e do tempo, sendo necessário assim um forte senso de permanência para esta edificação.

O escritório CHROFI, responsável pelo projeto, definiu o galpão como uma construção

rítmica que pousa sobre um elemento da paisagem construído: o pequeno arrimo que sustenta a estrutura da cobertura. Mesmo se tratando de um programa relativamente simples (um espaço principal e um lateral), o galpão se destaca por sua inserção na paisagem e pelo ritmo de seus elementos estruturais de concreto que são a base para a cobertura do galpão e, ao mesmo tempo, atuam como elementos de proteção solar e molduras para as diferentes vistas da paisagem. Os detalhes estruturais do projeto só são percebidos em seu entorno imediato, assegurando assim o protagonismo da paisagem natural nas perspectivas.

O dispositivo projetual foi obtido a partir de um desenho técnico da fachada da edificação a fim de demarcar o ritmo estrutural bem como os vazios que são criados em suas reentrâncias. A partir deste diagrama, foi iniciado o processo de abstração da referência projetual.



Figura 29: Átrio do Lune de Sang Pavilion.
Fonte: ArchDaily.



Figura 30: Relação com a natureza - Lune de Sang Pavilion.
Fonte: ArchDaily.

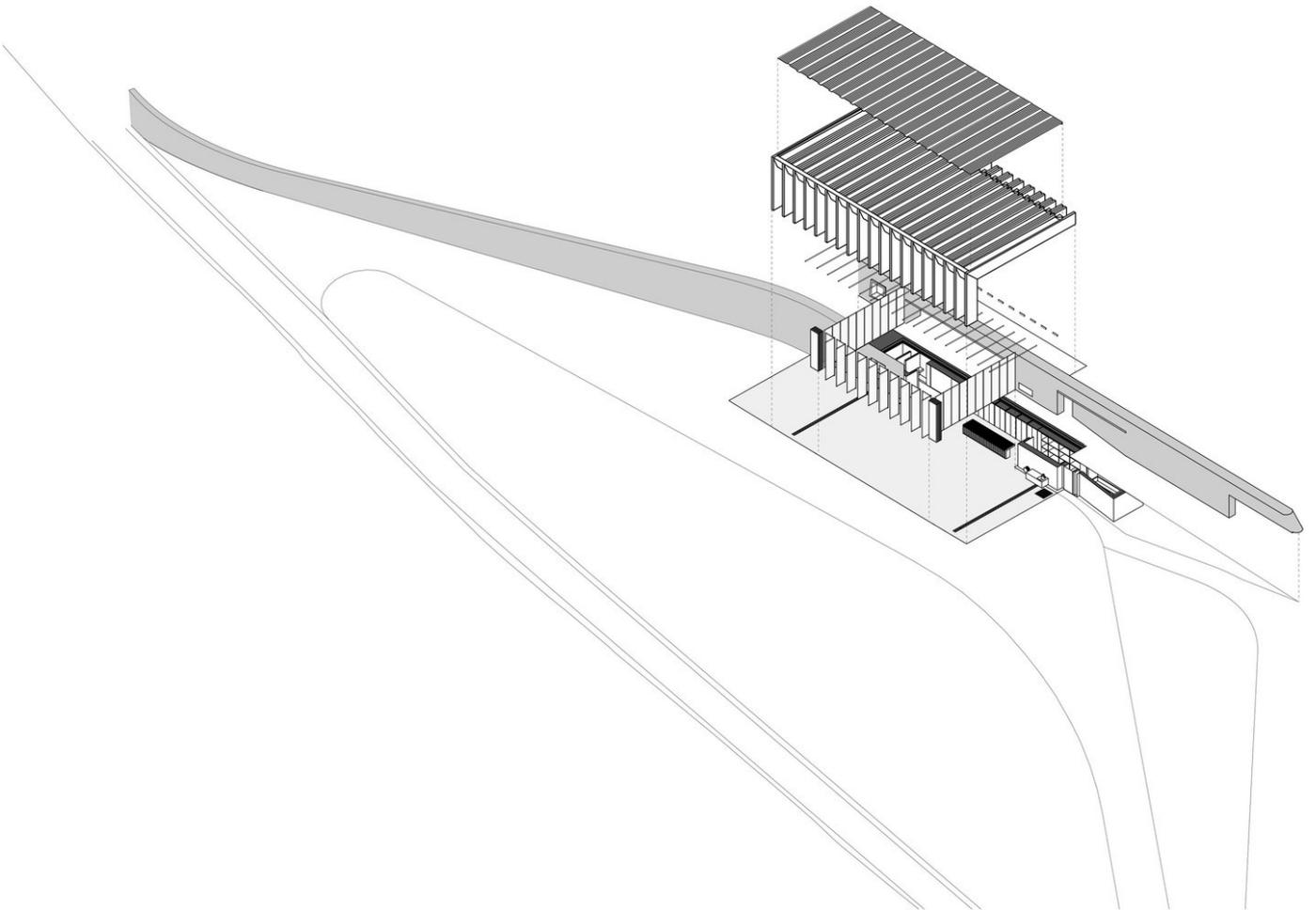


Figura 31: Perspectiva Explodida - Lune de Sang Pavilion.
Fonte: ArchDaily.

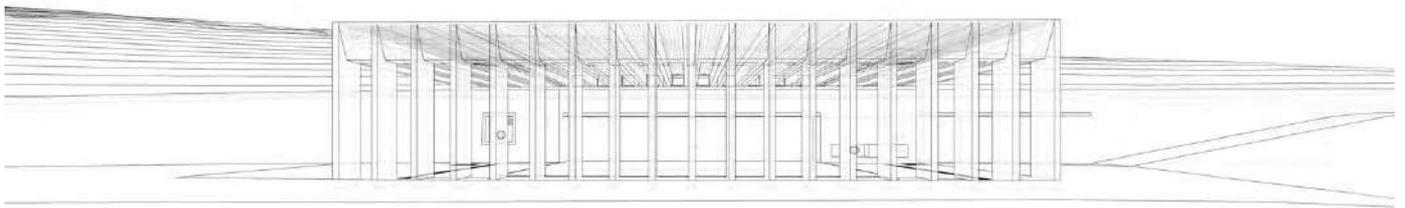


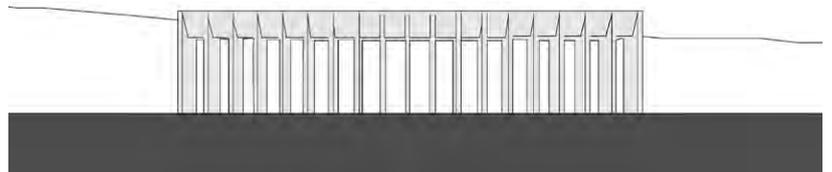
Figura 32: Fachada - Lune de Sang Pavilion.
Fonte: ArchDaily.

dispositivo

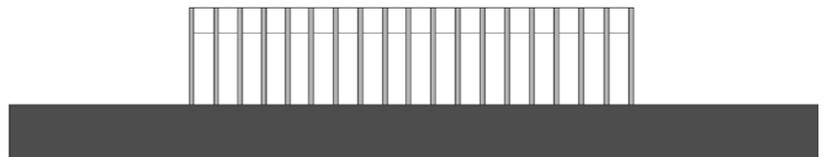
desenho escolhido: fachada



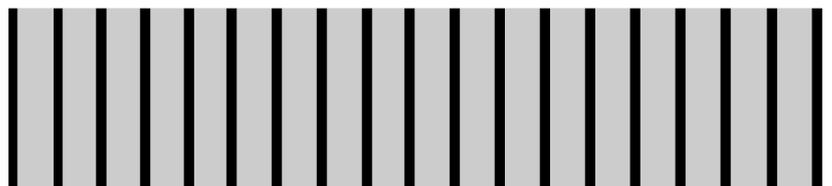
simplificação do desenho



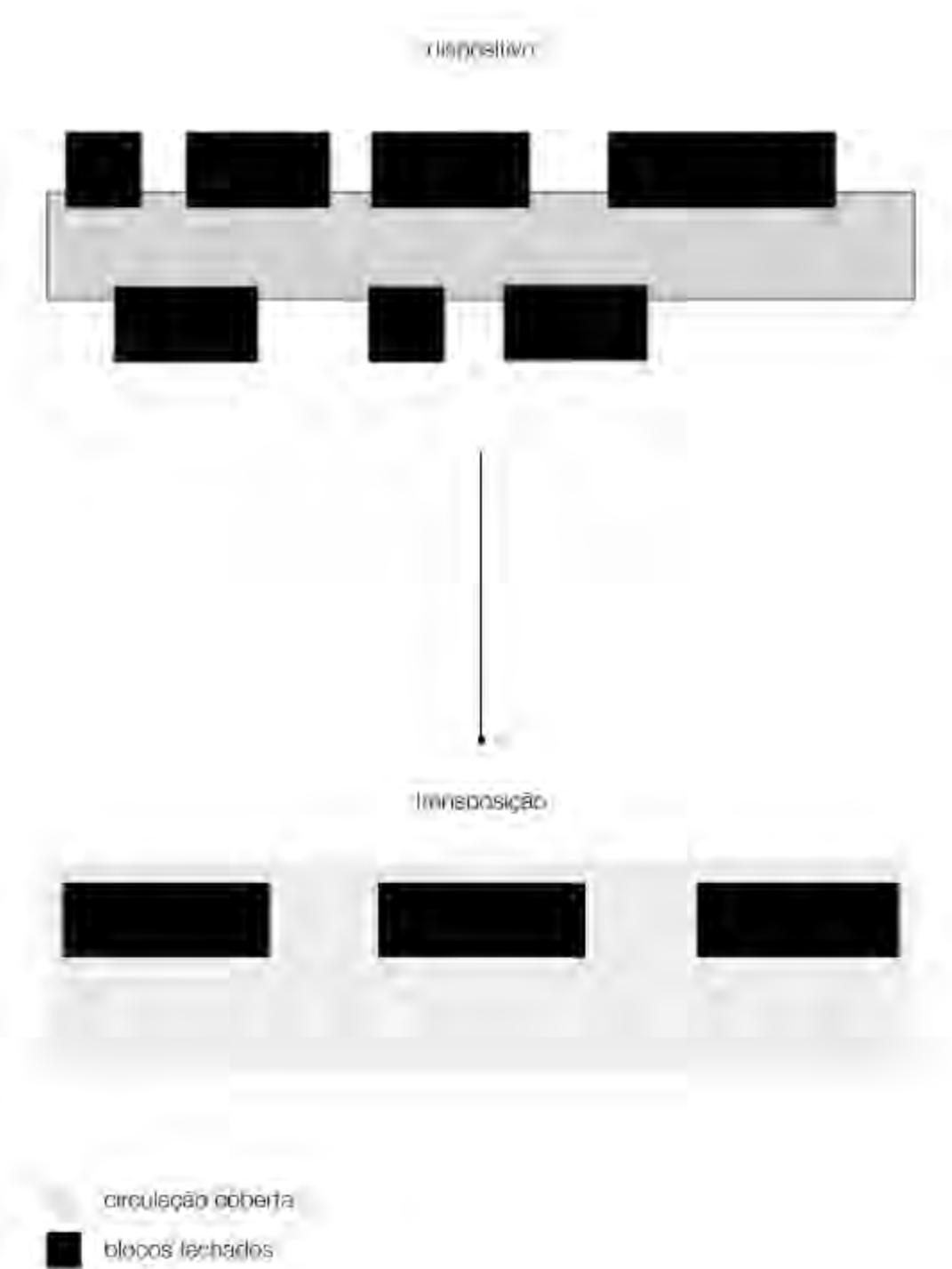
demarcação de ritmo:
cheios e vazios



dispositivo: composição
ritmica



transposição dos dispositivos



dispositivo



transposição



- terreno em corte
- volume edificado

dispositivo



transposição



- área aberta
- junção de ritmos
- modulação

Via paisagística ao lado do terreno escolhido, 2022.
Fonte: Acervo da autora.

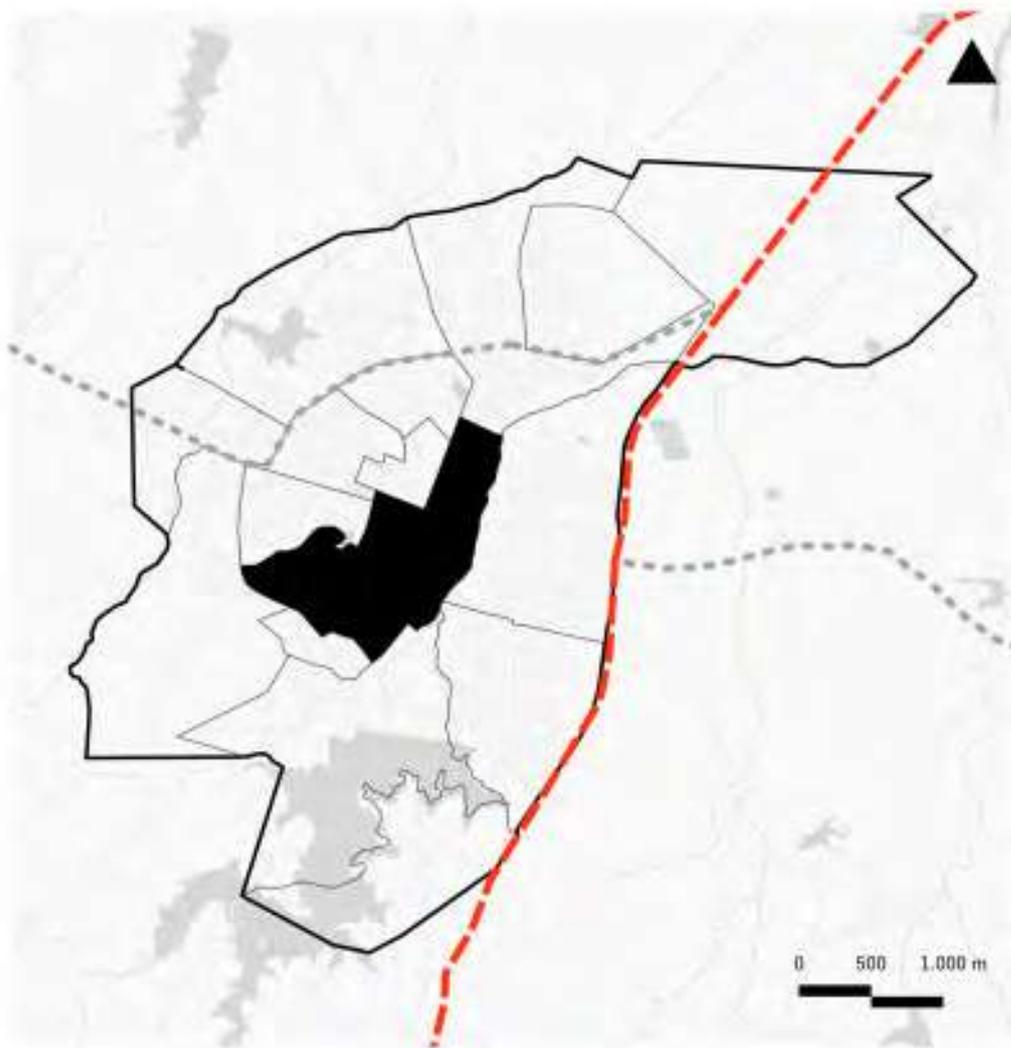
introdução

Após uma aproximação com o contexto histórico do local e o tipo de intervenção almejada para a área, neste capítulo serão abordadas algumas questões físico-territoriais da cidade de Canindé, mais especificamente do bairro Centro. Para melhor entendermos o sítio de Canindé, foi realizado um estudo da topografia a nível municipal e da cidade sede. Notou-se que o território municipal possui diferenças de altitude, sendo a sua sede o local de cotas mais baixas. A sede, por sua vez, tem suas menores altitudes no território do Centro e, à medida que a cidade cresceu, as regiões mais altas foram ocupadas com usos diversos.

Foi escolhido este bairro como foco dos estudos após a análise dos pontos de chegada do transporte coletivo intramunicipal, bem como após o mapeamento dos pontos de interesse do público da zona rural ao chegarem na cidade. Esses pontos são de natureza turística/religiosa, institucional, comercial e serviços de saúde, como o Hospital de Canindé, que atende pacientes de outros municípios do sertão do Ceará.

O mapeamento foi realizado com base em observações de campo aliadas à espacialização das rotas desses transportes, informação fornecida pelo presidente do Sindicato dos Motoristas dos Carros de Horário de Canindé e que serviu como base para a confecção dos mapas. Cabe destacar que os pontos de interesse cotidianos do produtor rural e morador do campo na cidade de Canindé não estão necessariamente relacionados com a dinâmica do turismo religioso da cidade, uma vez que o foco do mapeamento foram os locais que os mesmos frequentam semanalmente com as mais diversas finalidades.

Nos tópicos a seguir será abordado o processo de escolha do terreno para abrigar a intervenção, bem como um breve diagnóstico do sítio e do entorno e uma análise físico-ambiental visando uma melhor compreensão do clima local e das estratégias bioclimáticas recomendadas para proporcionar conforto ambiental aos usuários do projeto.



Mapa 6

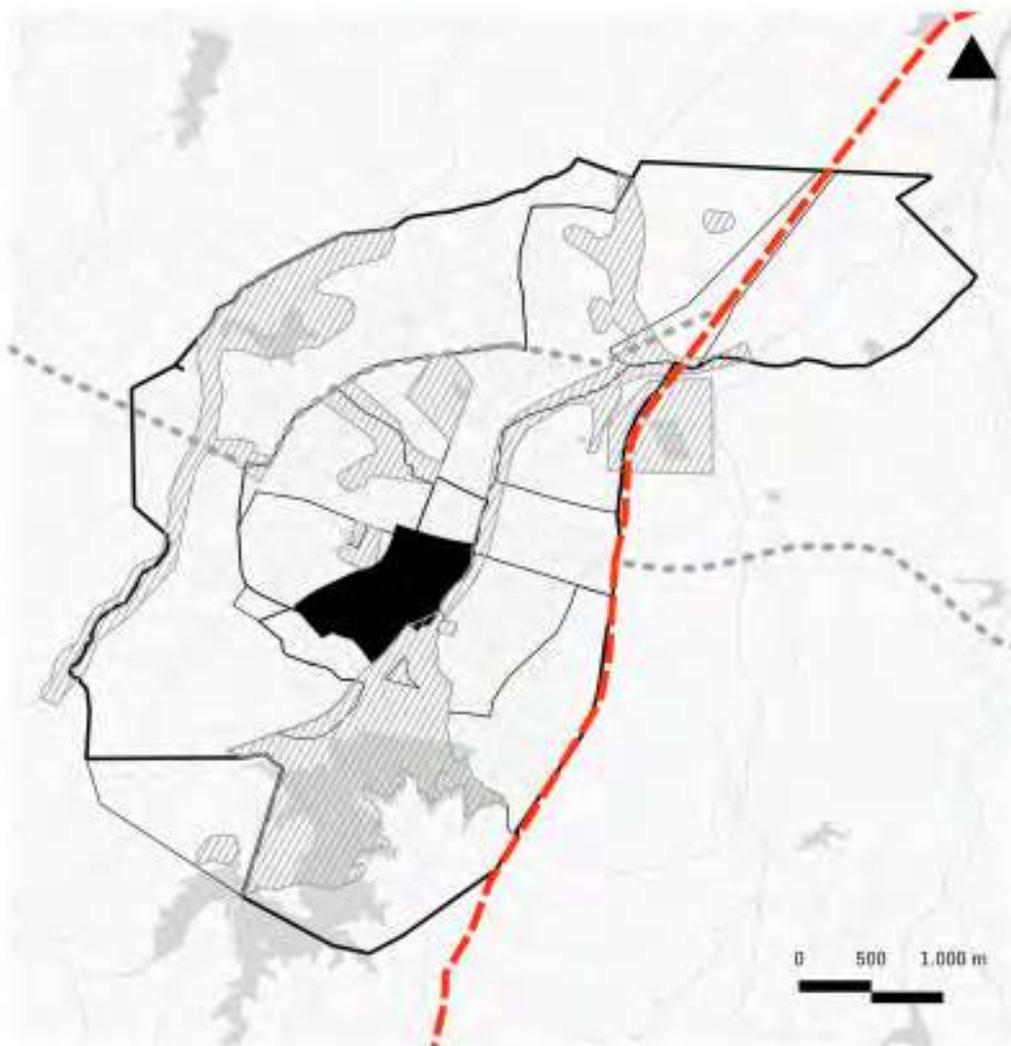
bairro
centro

legenda

-  BR-020
-  CE-257
-  bairro - Centro
-  malha de bairros
-  sede municipal

fonte

Elaborado pelo autor a partir de dados geométricos do IBGE



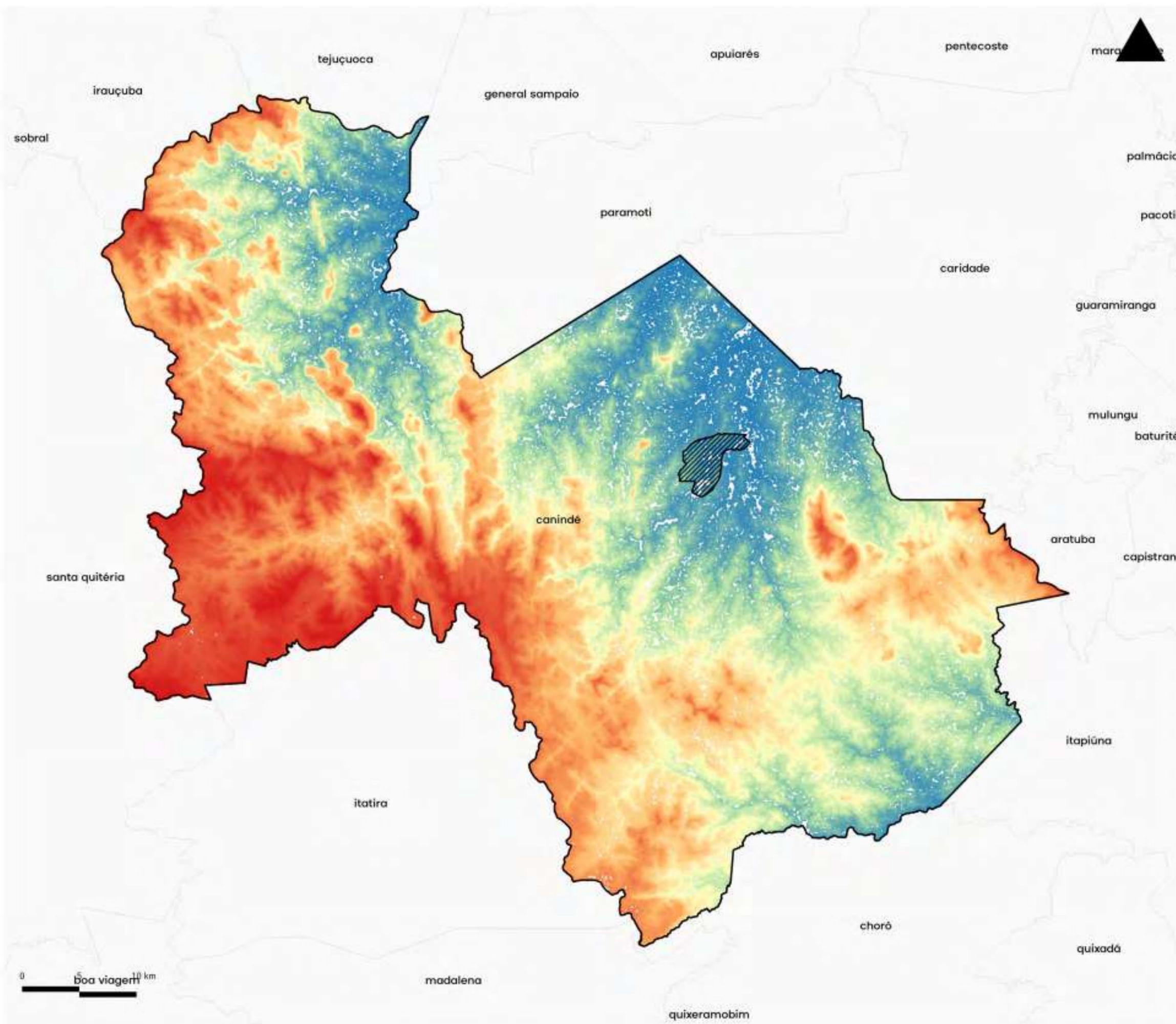
Zoneamento
zpi

legenda

-  BR-020
-  CE-257
-  zona ZPI
-  zoneamento urbano
-  sede municipal

fonte

Elaborado pelo autor



legenda
 □ limites municipais
 ▨ sede do município
 ▭ malha de municípios - CE

altitude (m)

117

465

1047

fonte

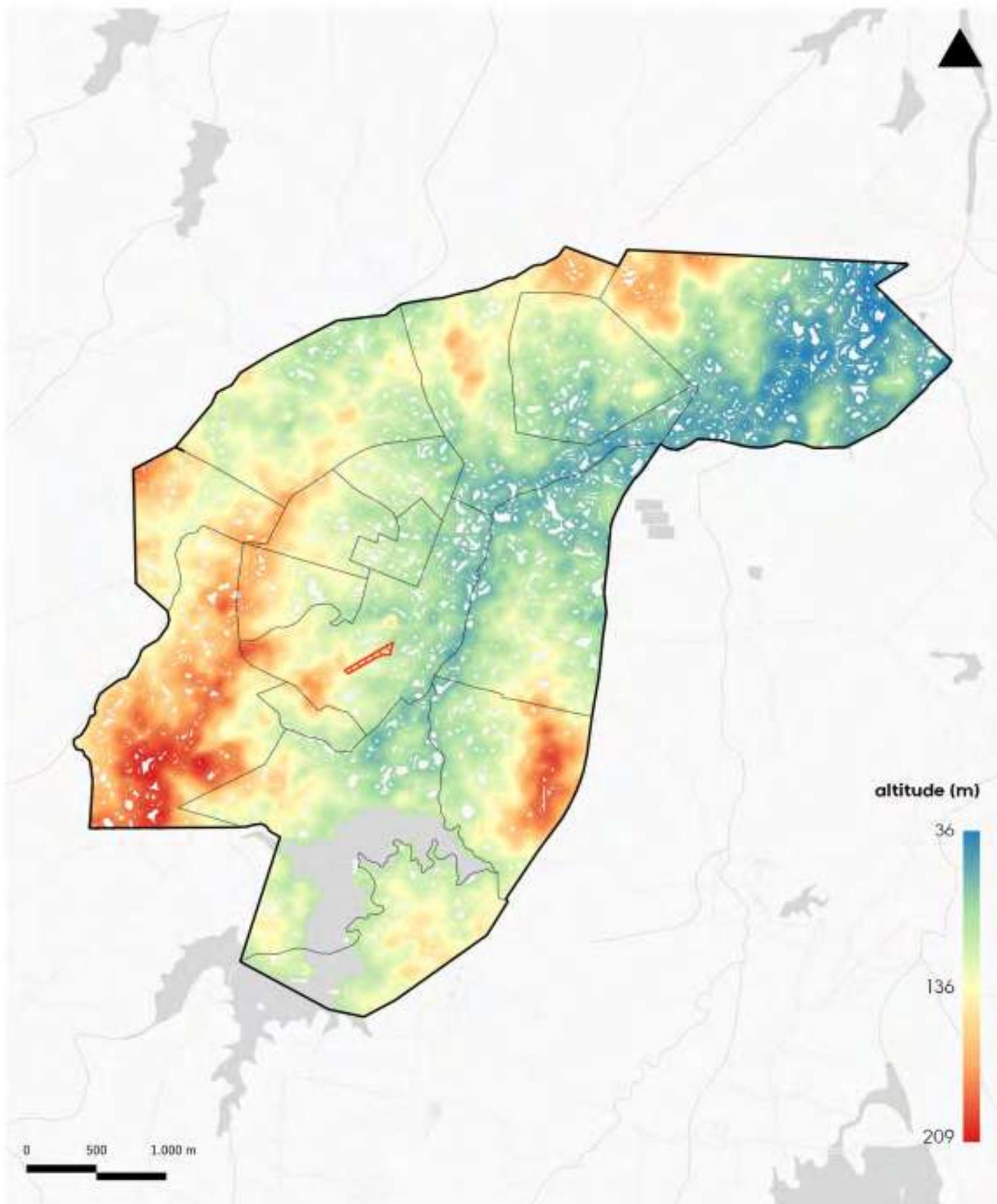
Elaborado pelo autor com base em
 imagem georreferenciada de alta resolução
 (gridado: 10m).



Mapa 8

**município
 de Canindé**

elevação topográfica



**cidade
de Canindé**
elevação topográfica

Mapa 9



- legenda**
- sede do município
 - divisão de bairros
 - terreno escolhido

fonte
Elaborado pela autora com base em
imagem georreferenciada de alta
resolução (precisão: 1m).



Figura 33: Rua de acesso ao Terreno 01.
Fonte: acervo da autora.

6.1 a escolha do local de intervenção

Tendo como base os conceitos de conceber a arquitetura como uma infraestrutura para o local e os fluxos na qual se insere junto da noção dos serviços definidos como basilares da proposta (sindicato, abrigo para cursos profissionalizantes e usos culturais diversos), decidiu-se realizar um breve estudo dos terrenos livres que poderiam abrigar o projeto. De acordo com o que foi explicado na introdução do capítulo, o processo de escolha foi iniciado com a sobreposição dos locais de interesse do público da zona rural na cidade, dos pontos de chegada do transporte intramunicipal e do mapeamento de terrenos vazios nas proximidades dessas marcações.

Como resultado desse estudo, obtiveram-se quatro terrenos localizados no bairro Centro. Três deles possuíam áreas menores que 700 m² - opções 02, 03 e 04 do mapa -, característica que, aliada aos parâmetros urbanísticos do Centro - que não permitem um ín-

dice de aproveitamento maior que 1.00 para os terrenos -, dificultaria a elaboração de uma arquitetura com dimensões infraestruturais com uma boa comunicação com a paisagem e que fosse um abrigo em meio à dinâmica do centro.

Por fim, foi escolhido o terreno 01 por suas grandes dimensões e seu potencial de integração com a paisagem de uma parte do Centro de Canindé que conta com boa pavimentação, acesso às redes de água e esgoto, dentre outros fatores, mas que atualmente é utilizada em períodos muito curtos do ano. É necessário, assim, que a proposta possa se adaptar aos fluxos existentes e criar novos, porém levando em consideração a dinâmica do turismo religioso, presente em todo o território central da cidade. Para essa decisão foi considerado ainda o potencial de diferentes visões da localidade, uma vez que o projeto estará localizado em uma região de cotas mais altas, possibilitando uma vista privilegiada da cidade.



Figura 34: Vista do Terreno 01.
Fonte: acervo da autora.



Figura 35: Comunicação visual do Terreno 01 com o Centro de Canindé.
Fonte: acervo da autora.

cidade de Canindé

rotas de transporte e terrenos possíveis no Centro

Mapa 10



legenda

- pontos de chegada
- rotas de transporte
- possíveis terrenos para intervenção
- bairro - Centro
- edificações - Centro

fonte

Elaborado pela autora.



cidade de Canindé

pontos de interesse da população da zona rural no Centro

Mapa 11



- legenda**
- pontos de chegada
 - rotas de transporte
 - possíveis terrenos
 - bairro - Centro
- fonte**
Elaborado pelo autor.

- pontos de interesse**
- saúde
 - comércio
 - turística/religiosa
 - institucional
 - mobilidade



Figura 36: Demarcação da área de intervenção.
Fonte: elaborado pela autora com base em imagem do Google Earth.

6.2 diagnóstico da área

A partir da escolha do terreno e dos mapeamentos que a embasaram, foram feitos dois mapas para compreender como se dá a ocupação e o fluxo dos moradores da zona rural no Centro da sede do município, bem como a relação de proximidade da área com os tópicos analisados. Para isso, foram elaborados dois mapas: o primeiro traçando uma conexão entre os pontos de interesse pelas ruas e avenidas do bairro e o segundo trabalhando com manchas para espacializar melhor as proporções de ocupação ao longo do bairro estudado.

O terreno escolhido conta com aproximadamente 14.300m² e atualmente encontra-se desocupado, sendo um espaço residual nas proximidades da Praça de Assis - ou Praça dos Romeiros -, equipamento religioso e cultural onde são realizadas apresentações de peças e as celebrações dos festejos tradicionais de São Francisco. Outros equipamentos próximos são o Museu da cidade e o Zoológico São Francisco, importantes equipamentos municipais. Apesar de possuir um grau significativo de urbanização - pavimentação nivelada em pedra, calçadas com sinalização podotátil, sombreamento da rua pela vegetação -, a área que abrigará o

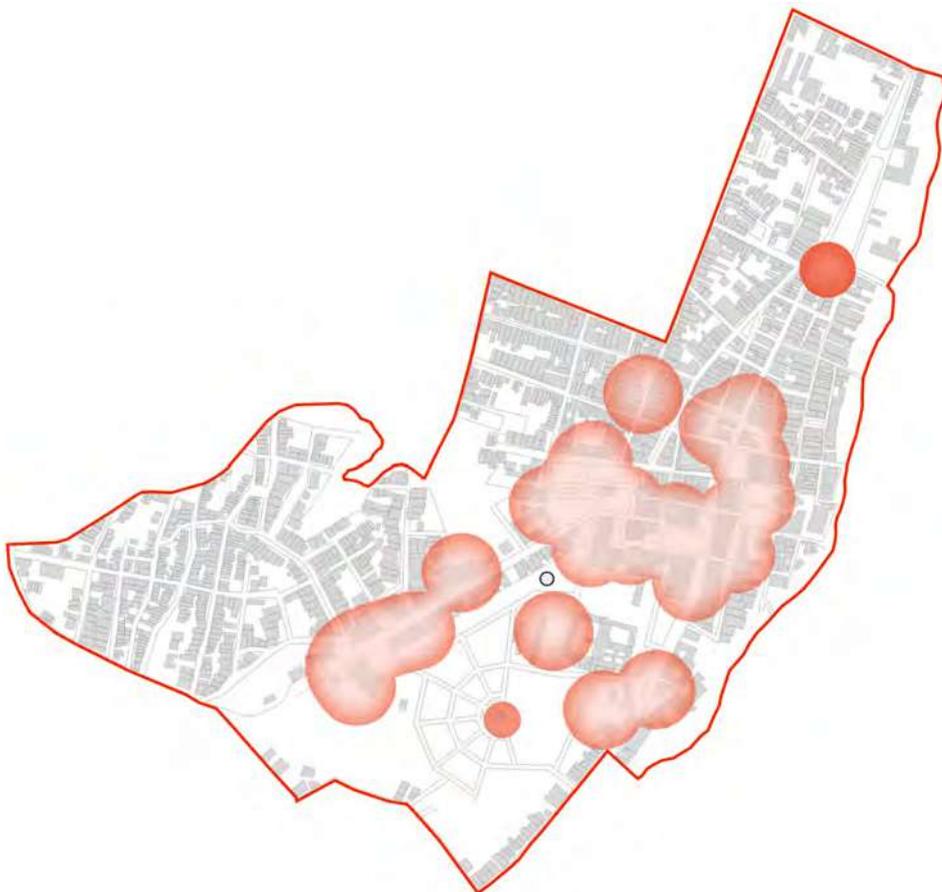
projeto não é plenamente utilizada no cotidiano da cidade, apresentando assim um potencial de criar fluxos a partir de uma intervenção que considere a movimentação do período de romarias mas que possa incentivar a ocupação dessa parte do Centro nos demais períodos do ano.

Já no tocante à legislação, assim como quase todo o bairro Centro, o terreno encontra-se na área de ZP1 (Zona de Proteção do Patrimônio Cultural). Por se tratar da zona central da cidade, a área não conta com muitas restrições de usos do solo, desde que os equipamentos a serem construídos não descaracterizem os pontos turísticos e religiosos da cidade, como a Basílica de São Francisco e a Igreja de Nossa Senhora das Dores, por exemplo.

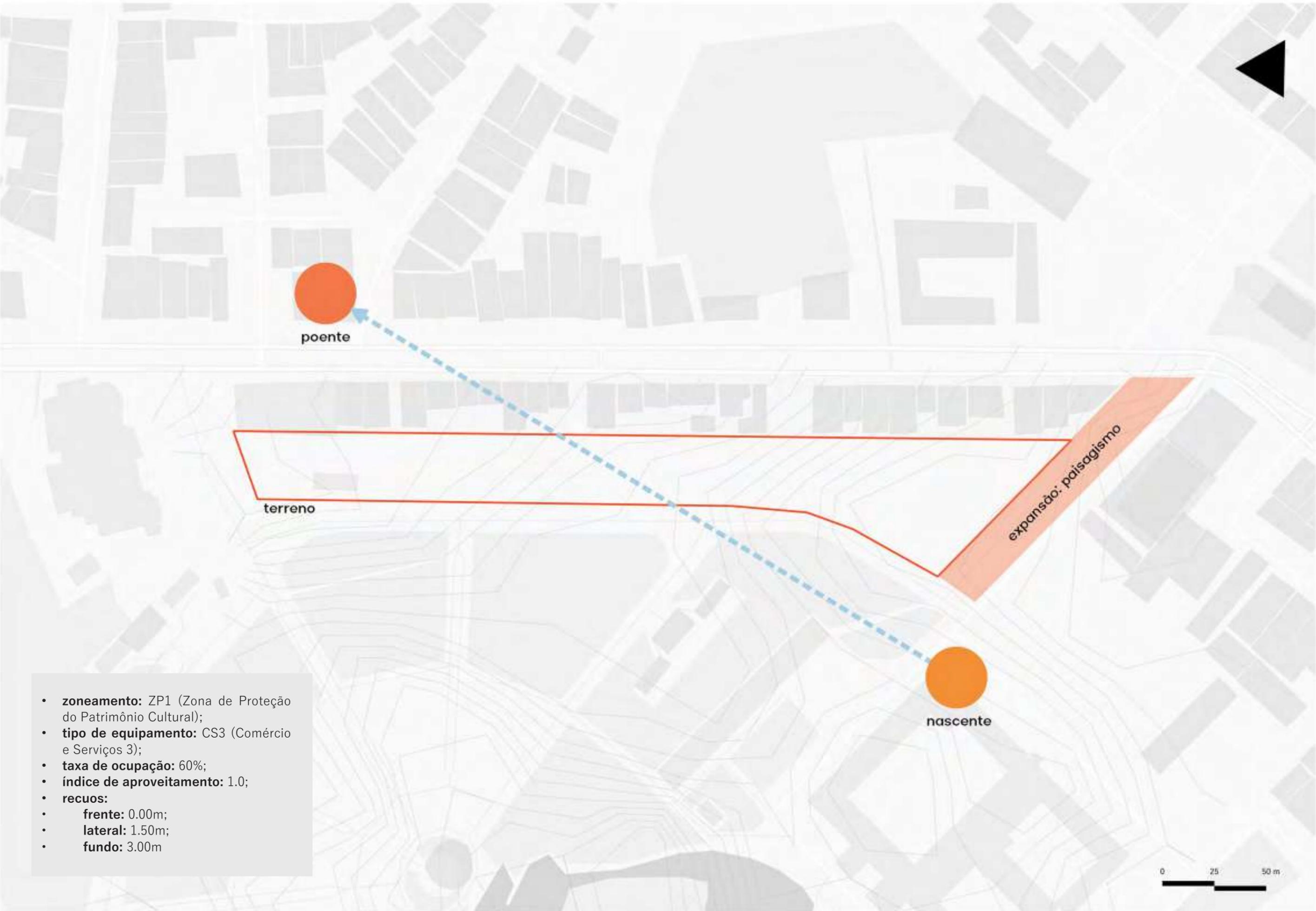
O equipamento a ser projetado se encaixa na definição de CS3 (Comércio e Serviços 3), contida no Plano Diretor Participativo de 2000, se tratando de um equipamento de grande porte com mais de 900m². A legislação vigente na cidade não define parâmetros construtivos para esse tipo de equipamento, porém serão considerados os parâmetros mínimos recomendados para usos culturais e comerciais.



Mapa 12: Demarcação dos pontos de interesse no Centro e suas ligações pelas vias;
Fonte: elaborado pela autora.



Mapa 13: Manchas de ocupação do Centro de Canindé pela população da Zona Rural;
Fonte: elaborado pela autora.



6.3 análise físico-ambiental

Foram analisados os usos presentes no entorno imediato do terreno e a classificação das vias próximas. A sede urbana de Canindé conta com vias do tipo expressa (BR-020), arterial, coletora, local e paisagística, sendo a maior parte das vias da cidade classificadas como locais e coletoras. Nas proximidades do terreno, pode-se encontrar vias locais, coletoras e paisagísticas. As vias paisagísticas tem o acesso de veículos automotores proibido, buscando valorizar a experiência dos pedestres em seu contato com a paisagem. Já as vias locais e coletoras não possuem restrição de circulação de veículos, sendo diferenciadas apenas por sua proximidade das áreas residenciais e das vias arteriais da cidade.

No tocante aos usos das edificações do entorno, o que se observa é o predomínio dos usos residenciais e culturais/religiosos, evidenciando que a área pode receber novas atividades que não interfiram nas pré-existências e que não causem grandes impactos na paisagem. Pretende-se propor o uso da Rua Raimundo Costa Ribeiro como um ponto de embarque e desembarque para os transportes cujas rotas foram estudadas para que o equipamento - já localizado em uma área próxima dos pontos normalmente visitados -, tenha o seu acesso cada vez mais facilitado para os moradores do Campo e produtores rurais.

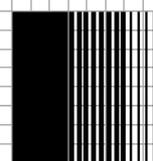
Outro ponto de análise foram as condicionantes climáticas do local e as estratégias bioclimáticas cuja adoção é recomendada para projetos nessa área. Canindé se encontra na zona bioclimática 7 (Z7), possui ventos predominantes vindos da direção leste e sudeste e temperaturas anuais que variam de 27 a 34°C ao longo do ano. Por se tratar de uma região de sertão, as estratégias bioclimáticas para edificações recomendadas são a ventilação natural, o sombreamento e o resfriamento evaporativo. A partir da interpretação desses dados, espera-se conceber um projeto adequado aos contextos natural, urbano e cultural do município.



Mapa 14: Classificação viária segundo a Legislação de Canindé.
 Fonte: elaborado pela autora.



Mapa 15: Usos das edificações presentes no entorno da intervenção.
 Fonte: elaborado pela autora.



parte **03**

PROJETO

07
projeto

Neste tópico serão abordadas questões específicas da proposta de projeto, como sua caracterização, justificativa, programa de necessidades básico e representações gráficas da proposta preliminar que será desenvolvida nas próximas etapas do presente trabalho.

7.1 caracterização

Diante dos conceitos estudados nos capítulos anteriores, foi decidido que proposta abrangerá três pontos principais das atividades dos moradores do campo e produtores rurais: o sindicato, com a proposta de uma nova sede para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé; as atividades culturais, incentivadas pela criação de espaços multifuncionais para abrigar eventos diversos; e a educação, pois será criado um pequeno núcleo educacional que possibilita a oferta de cursos técnicos que são realizados sob demanda das comunidades rurais. Intenciona-se que o projeto possa ser um suporte para diversos usos ao longo do tempo e conforme às necessidades, podendo inclusive abrigar novos serviços e atividades da gestão municipal conforme as demandas da população.

Outro aspecto a ser incorporado no projeto é a possibilidade de abrigar as sementes, mudas e essências florestais fornecidas pelos programas governamentais de incentivo à agricultura familiar. Ao incorporar essas e outras funções, o edifício poderá se consolidar como um ponto concentrador de fluxos na dinâmica municipal. Visando a conclusão desses objetivos, o projeto parte de uma estrutura arquitetônica de circulação central servindo como articuladora dos fluxos entre os setores do programa de necessidades que será distribuído dentro da macroestrutura principal. Dessa forma, espera-se que o edifício tenha as características necessárias para se consolidar como uma infraestrutura na cidade, ou seja, que possa ser um suporte para as diferentes manifestações da vida dos cidadãos.

7.2 justificativa

Foi tomada a decisão de não associar o projeto a uma tipologia de edifício específica com o objetivo de não limitar seu processo de criação apenas ao atendimento de uma função específica, mas sim que se possa buscar a dimensão infraestrutural da arquitetura. Em outras palavras, os estudos conceituais se concentram mais na criação de espaços sombreados que possam abrigar funções múltiplas e que o edifício possa ser um suporte para a apropriação por parte dos moradores da zona rural que o frequentam. Os principais conceitos que guiaram a proposta foram: adequação à paisagem pré-existente, criação de espaços arquitetônicos que possam superar a funcionalidade enquanto premissa de projeto junto de uma macroestrutura que possibilita o abrigo de diversos blocos edificadas sem que sua quali-

dade arquitetônica seja prejudicada.

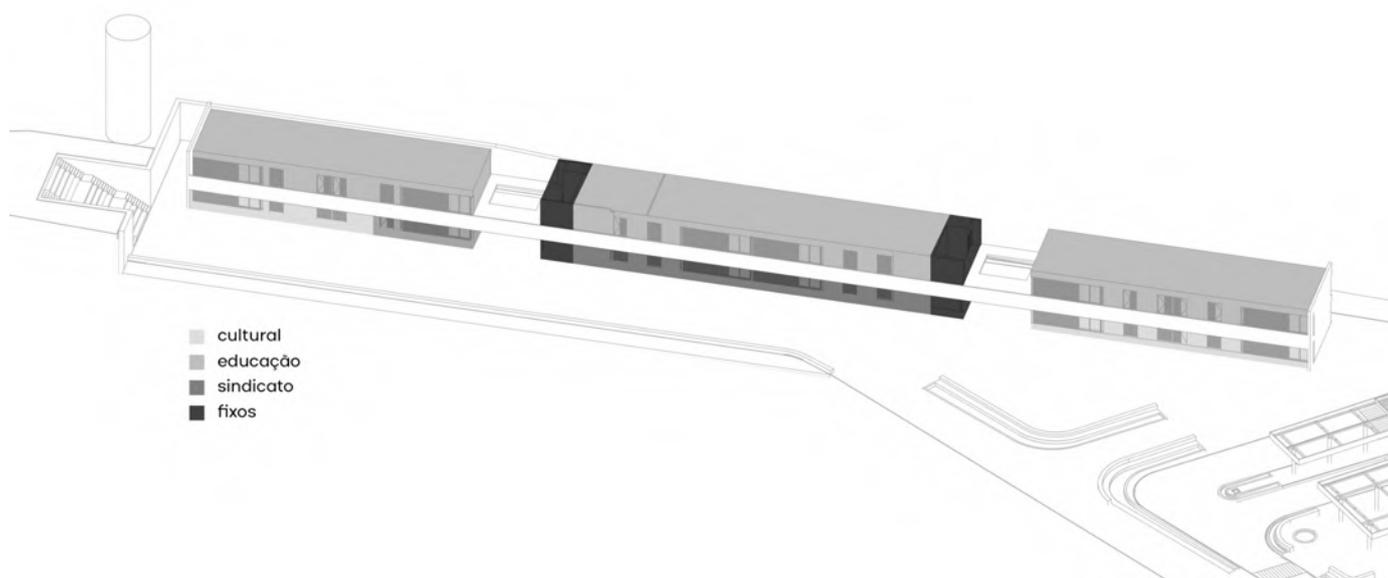
O sítio escolhido para abrigar o equipamento impõe alguns desafios construtivos devido ao seu desnível de aproximadamente 15 metros, mas ao mesmo tempo evidencia uma grande potencialidade para a intervenção, que além de proporcionar o adequado acolhimento ao público do Campo ao chegarem na cidade, terá visuais privilegiadas de seu entorno, sendo inclusive um novo marco na paisagem. Por último, é importante mencionar a capacidade do entorno do terreno escolhido de ser utilizado como um ponto de embarque e desembarque para os passageiros do transporte intramunicipal, os “carros de horário”. Com o projeto que será apresentado a seguir, espera-se que parte das demandas apontadas nos capítulos anteriores possam ser atendidas, colocando sempre

em primeiro plano o bem-estar de seus usuários e suas atividades sediadas na cidade, independente da natureza das mesmas.

A intervenção é composta por três elementos: o Espaço Kanindés, intervenção arquitetônica responsável por abrigar o programa de necessidades e uma grande área polivalente

capaz de abrigar inclusive a Feira dos Agricultores de Canindé; o Terminal de Passageiros Arievaldo Viana, ponto de embarque e desembarque para os “carros de horário” e demais veículos da Sede e a Praça do Campo, intervenção paisagística que se conecta com as áreas edificadas.

7.3 o programa



listagem de ambientes

cultural

- recepção
- casa do lixo
- casa de bombas
- depósito - materiais de limpeza
- cozinha
- refeitório
- camarim
- auditório
- área polivalente

educação

- secretaria
- coordenação pedagógica
- arquivo
- depósito - material escolar
- laboratório de informática
- almoxarifado - informática
- almoxarifado
- sala dos professores
- copa
- sala do diretor
- salas de aula
- biblioteca

sindicato

- secretaria/área de espera
- atendimento - Central de Serviços ao Produtor
- sala de reunião
- sala do diretor
- arquivo morto
- consultório
- comunicação
- jurídico
- estocagem de sementes
- estocagem de mudas e essências florestais

fixos

- sanitários/vestiários
- bloco de circulação vertical: escada + plataforma elevada

parâmetros urbanísticos

- área construída: 4.931,98m²
- área ocupada: 3.893,98m²
- área permeável: 10.340m²
- taxa de permeabilidade: 72%
- taxa de ocupação: 27% (máx. 60%)
- índice de aproveitamento: 0,34 (máx. 1,0)
- altura máxima: 13,6m

7.4 o projeto



espaço Kanindés

O projeto é formado por dois elementos principais: uma estrutura metálica treliçada de dimensões 21.60 x 140.00 metros e o bloco rígido de programa. Sua concepção foi baseada no módulo de 1.20 metros objetivando o ritmo estrutural e maior racionalização do processo de projeto.

Os pórticos formados seguiram uma distribuição ritmada a cada 8.40 metros. Essa estrutura treliçada recebeu um invólucro em telha do tipo termoacústica opaca, alternando em alguns casos com telhas translúcidas visando o sombreamento da área polivalente e uma proteção térmica extra para o bloco rígido; junto da criação de um shed e painel perfurado voltados para o poente que possibilitam a ventilação cruzada. Buscou-se que o edifício ficasse o mais bloqueado possível dos impactos do 'vento seco' (comum em algumas épocas do ano na cidade), sem que se perdesse totalmente as características de iluminação e ventilação naturais, permitindo com que elas atinjam o espaço interno de maneira filtrada.

Já a modulação estrutural do bloco rígido seguiu uma grelha de 8.40x8.40m e a estrutura foi pré-dimensionada com a materialidade do concreto armado (vigas de seção 30x70cm e pilares 30x30cm). Decidiu-se primeiro o posicionamento dos fixos (sanitários + circulação vertical) para que posteriormente fosse lançado o programa, dividido em 3 sub-blocos para a criação de vazios intermediários. As esquadrias seguem uma modulação de 80cm de largura, variando entre janelas em veneziana (ou veneziana + painel opaco, no caso dos sanitários) e portas opacas, todos com dimensões verticais indo de piso a teto para que se evite o uso de vergas.

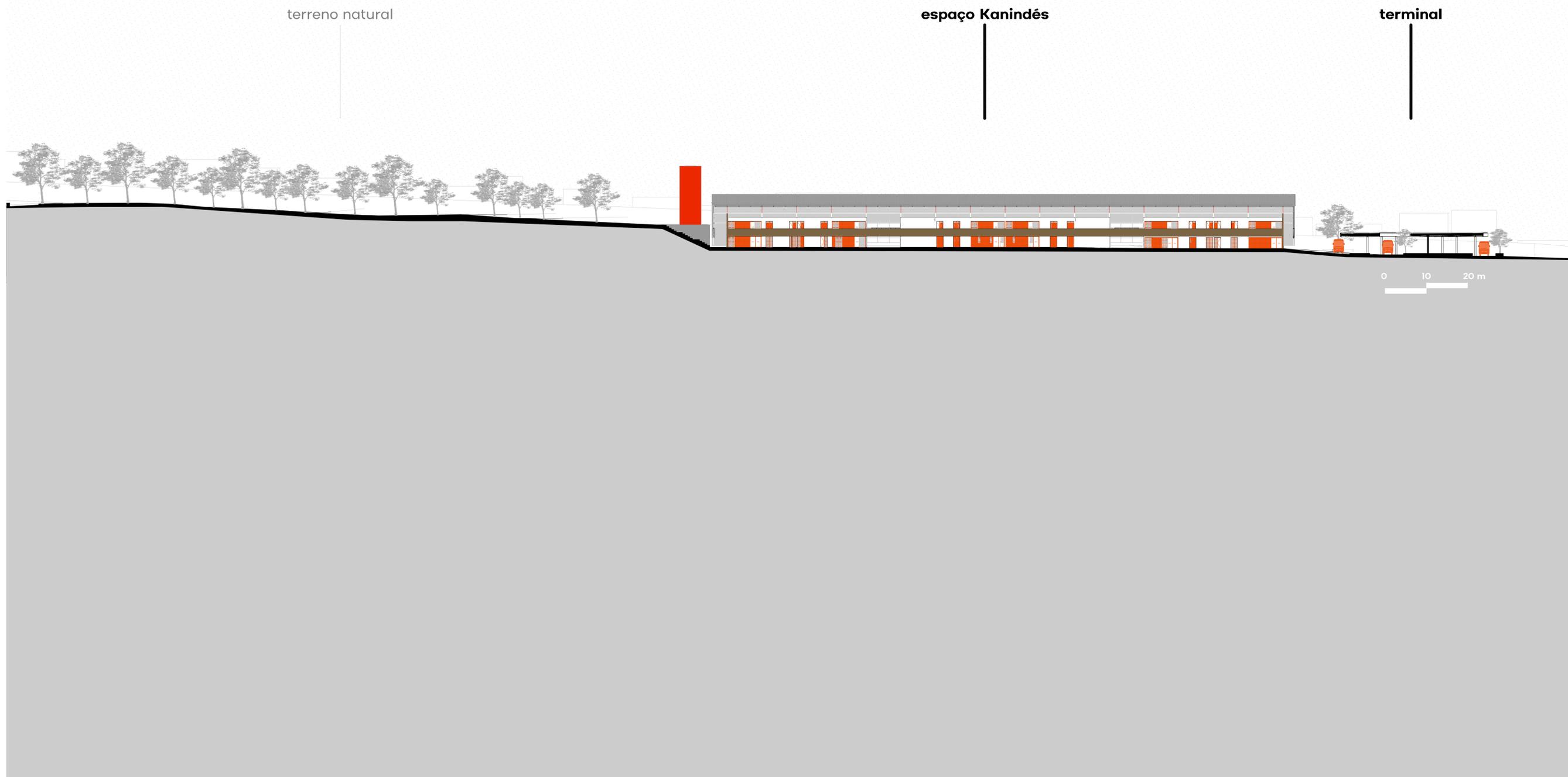
Nas áreas de maior abertura, foram implementadas a combinação de uma esquadria de correr em alumínio e vidro de 4 folhas com um painel de venezianas também móvel que possibilita o aumento da privacidade. A circulação horizontal no pavimento superior é possibilitada pela passarela voltada para o interior da edificação, possibilitando ainda a comunicação visual com o entorno.

planta de situação



corte a - contexto

escala 1:500



tipos de telha

- telha termoacústica trapezoidal opaca RT40/980 cor BRANCA
- telha translúcida trapezoidal RT40/980 cor BRANCO LEITOSO

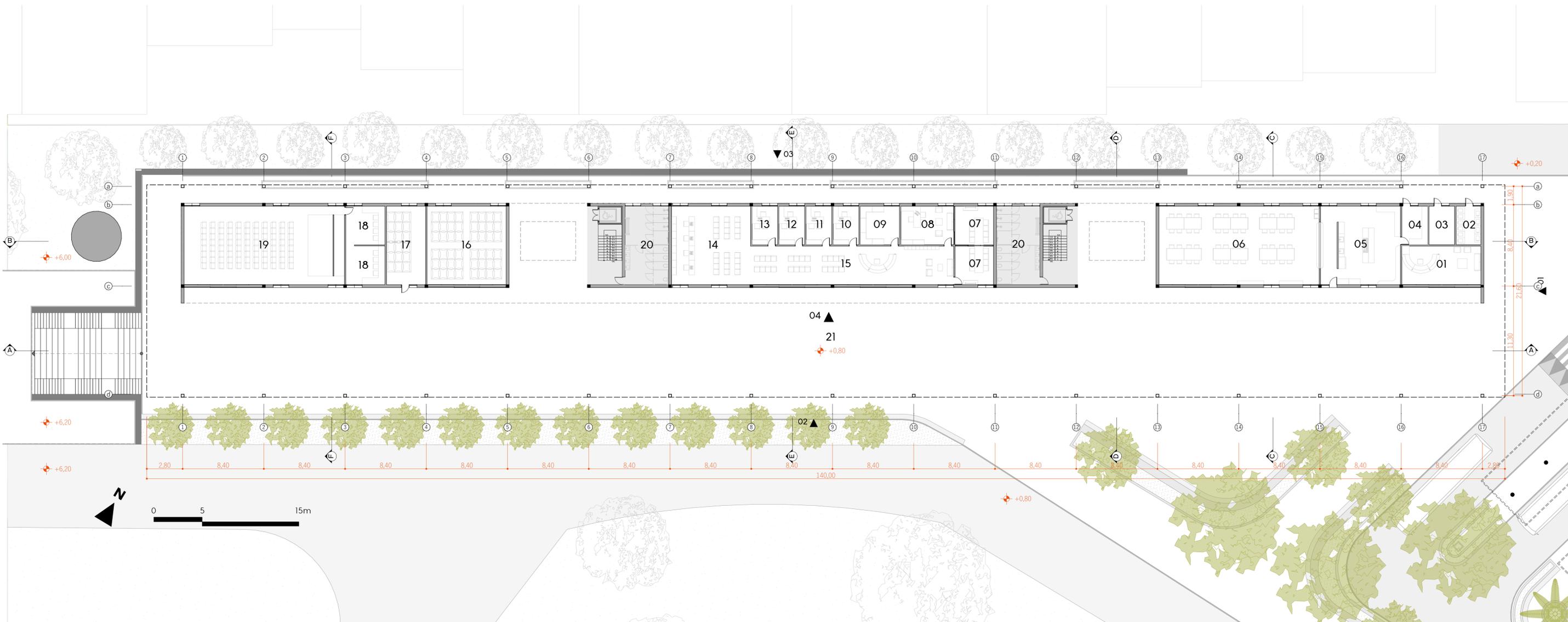


planta baixa | **implantação e cobertura**
escala 1:500



ambientes

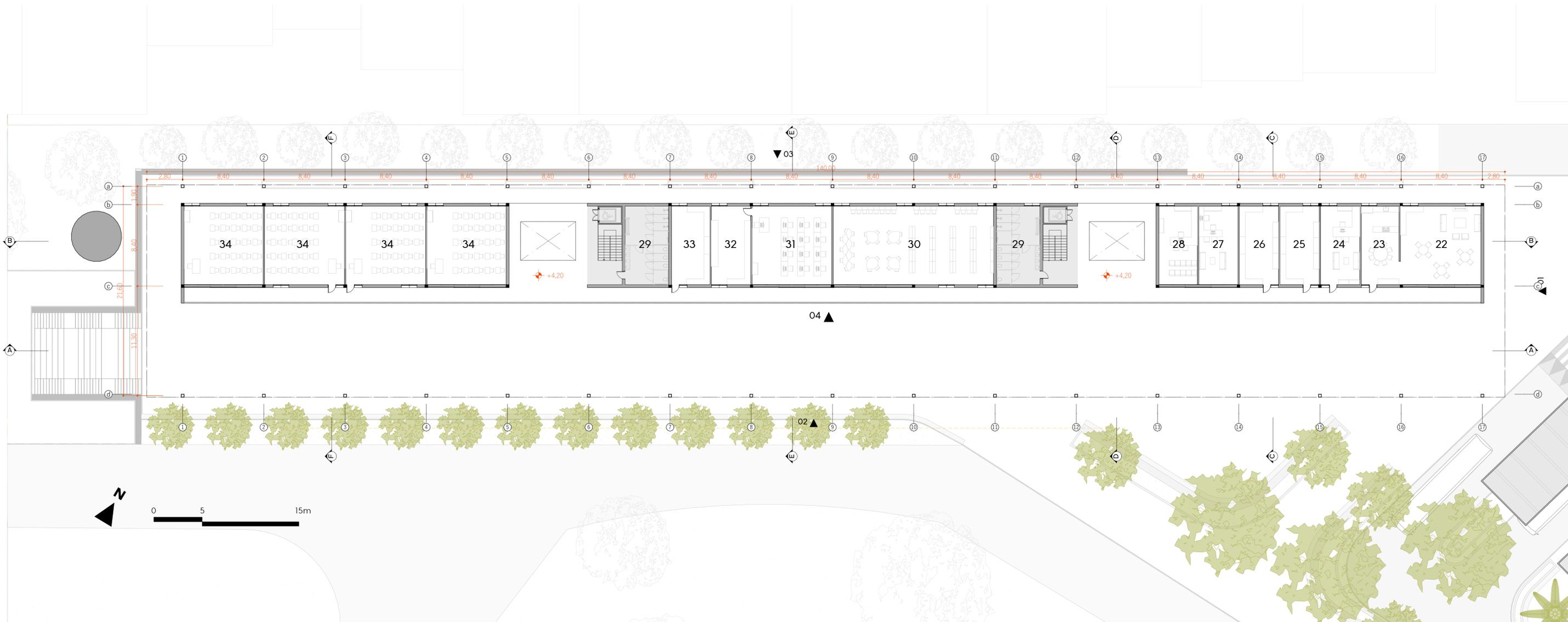
- 01 recepção
- 02 casa de lixo
- 03 casa de bombas
- 04 depósito - materiais de limpeza
- 05 cozinha
- 06 refeitório
- 07 sala de reunião
- 08 sala do diretor
- 09 arquivo morto
- 10 jurídico
- 11 consultório
- 12 consultório
- 13 comunicação
- 14 atendimento - Central de Serviços ao Produtor
- 15 secretaria/área de espera
- 16 estocagem de sementes
- 17 estocagem de mudas e essências florestais
- 18 camarim
- 19 auditório
- 20 sanitário / vestiário
- 21 área multiuso



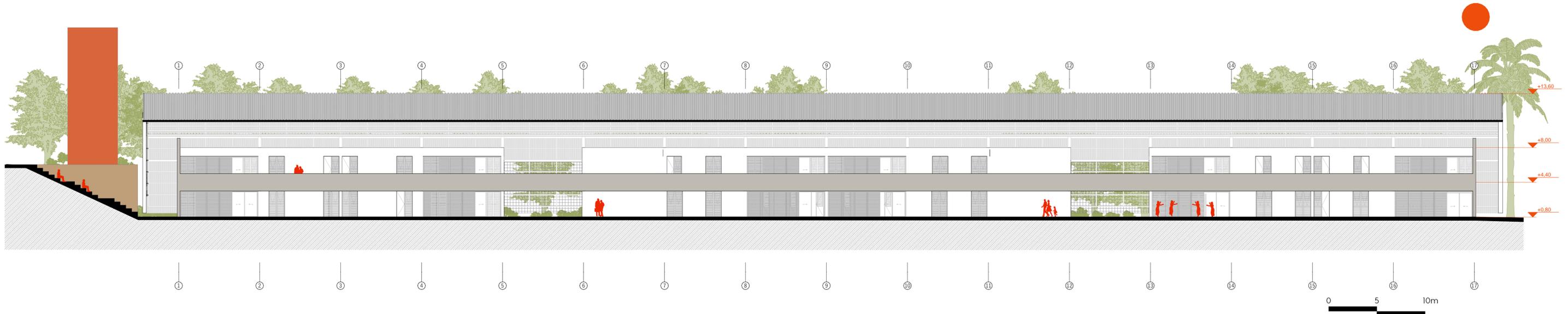
planta baixa | pavimento térreo
 escala 1:200

ambientes

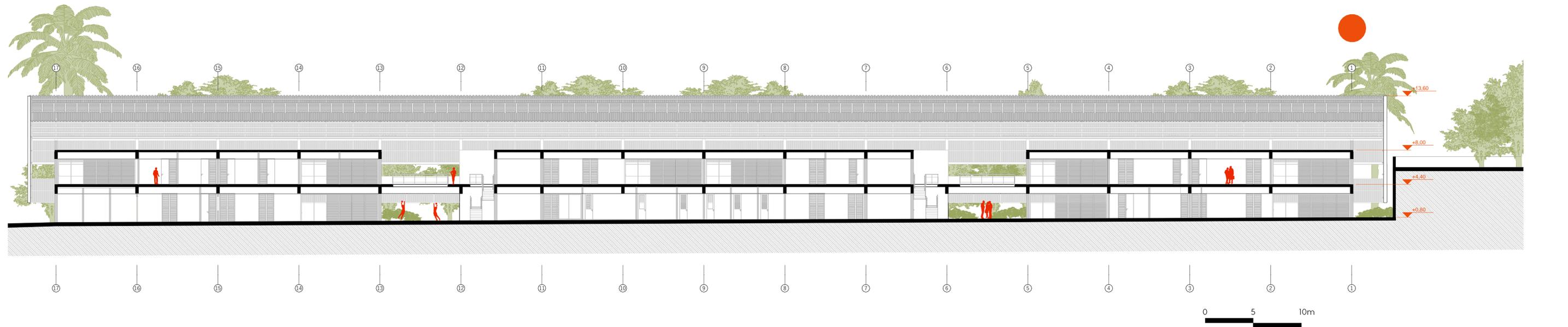
- 22 sala dos professores
- 23 copa
- 24 sala do diretor
- 25 depósito - material escolar
- 26 arquivo
- 27 coordenação pedagógica
- 28 secretária
- 29 sanitário / vestiário
- 30 biblioteca
- 31 laboratório de informática
- 32 almoxarifado - informática
- 33 almoxarifado
- 34 sala de aula



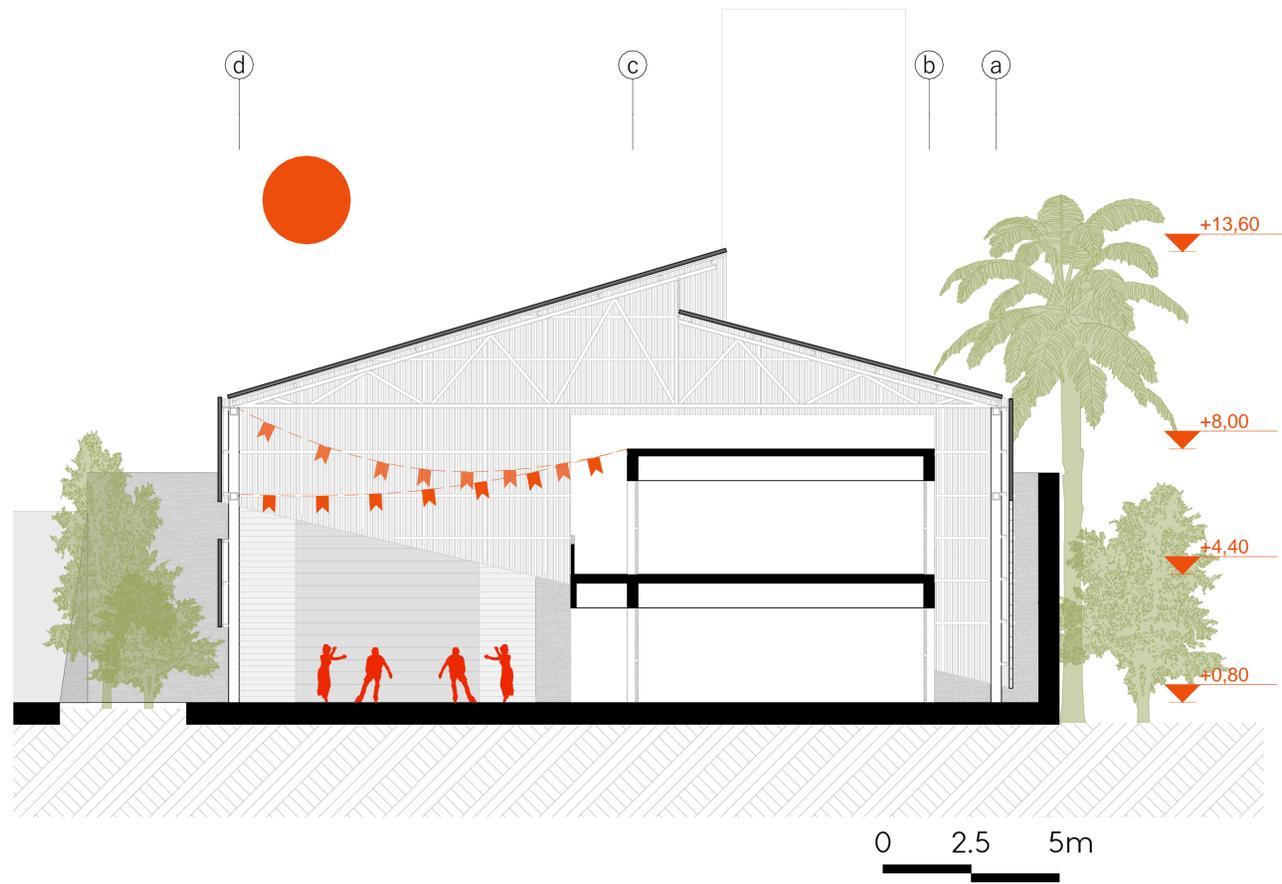
planta baixa | primeiro pavimento
escala 1:200



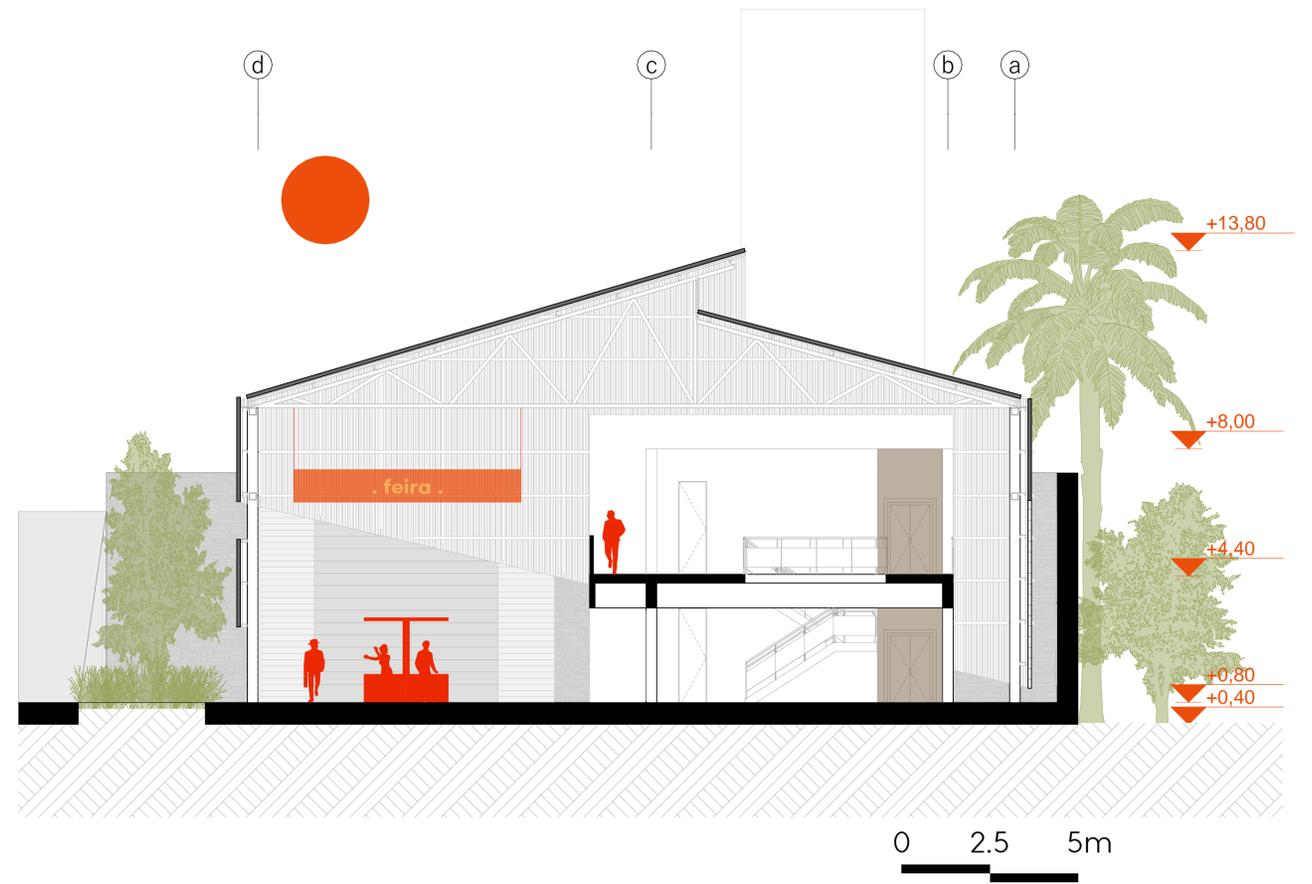
cortes | **corte A**
 escala 1:200



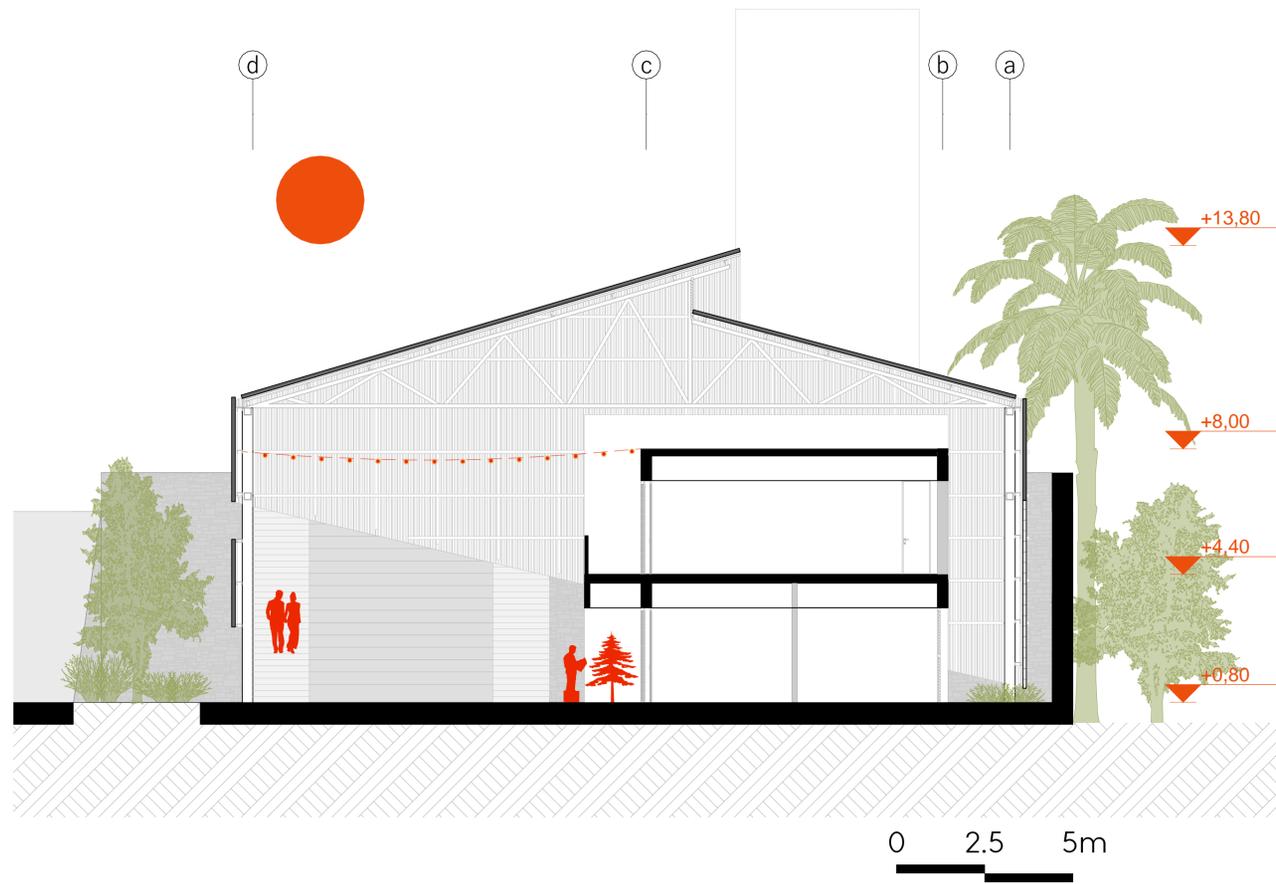
cortes | **corte B**
 escala 1:200



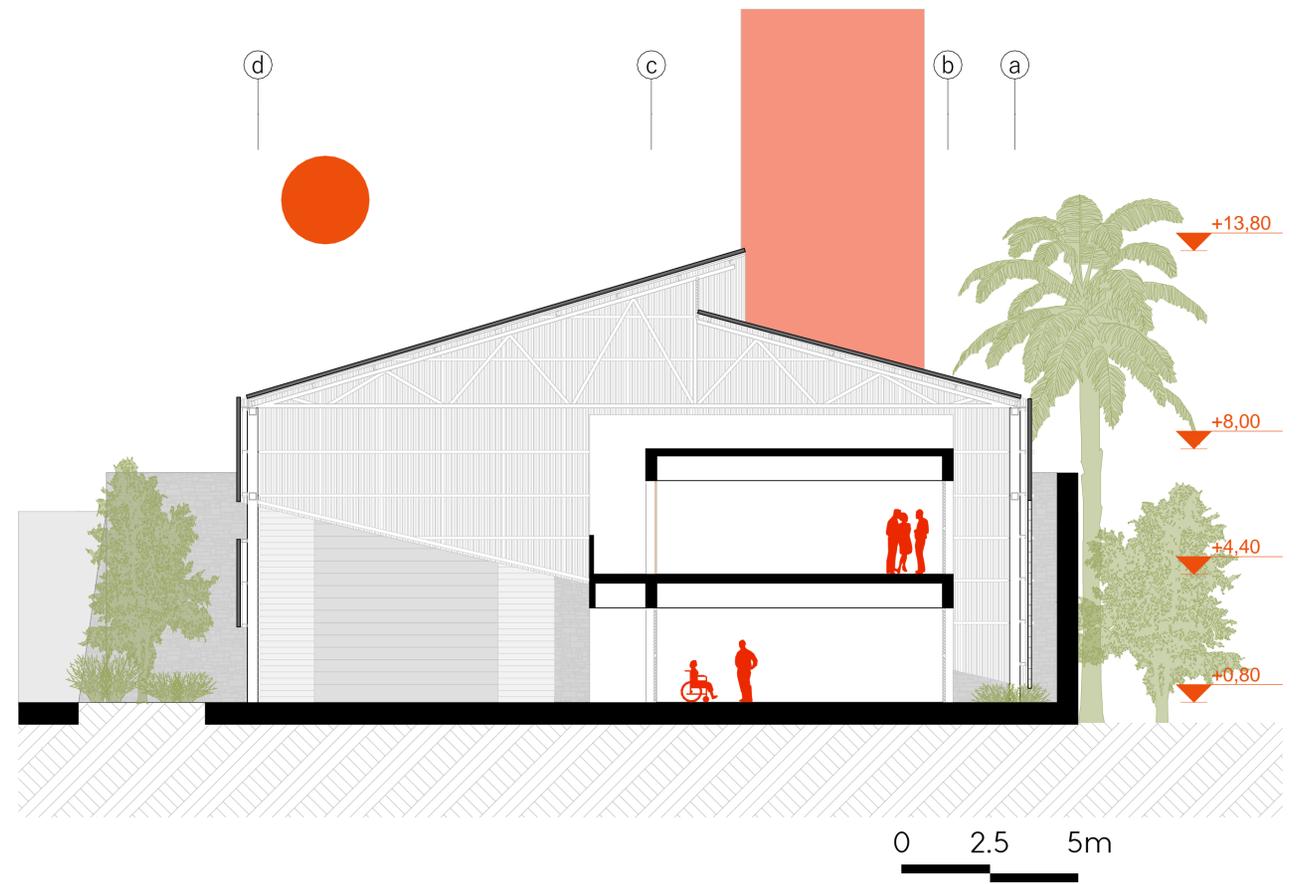
cortes | **corte C**
 escala 1:100



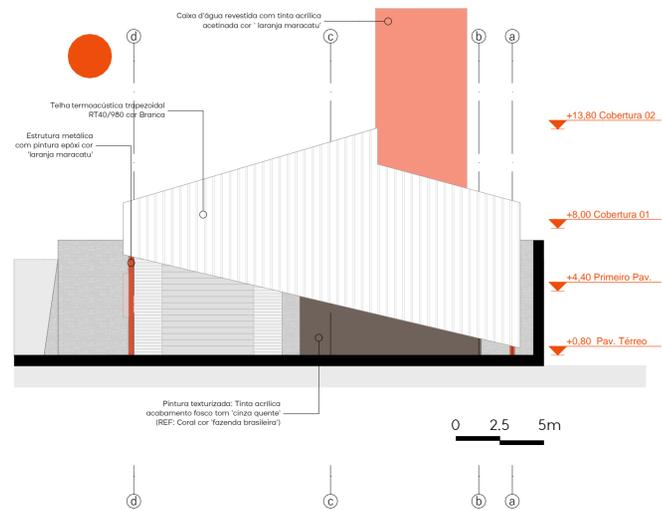
cortes | **corte D**
 escala 1:100



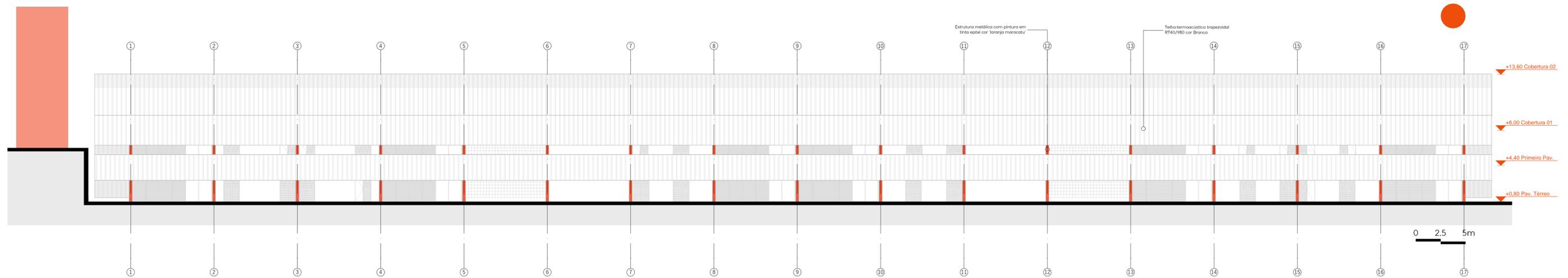
cortes | **corte E**
 escala 1:100



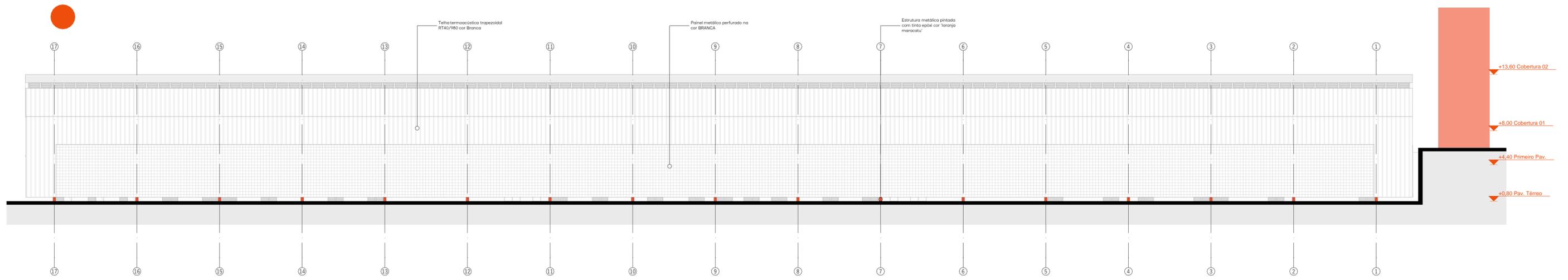
cortes | **corte F**
 escala 1:100



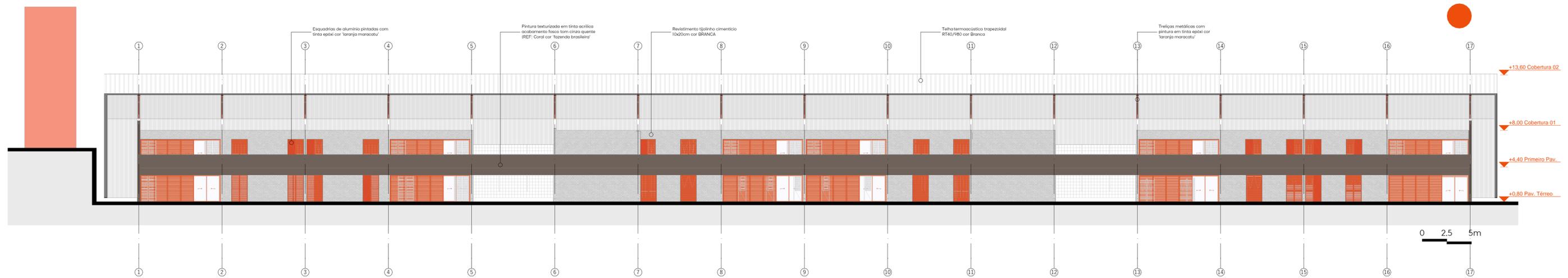
fachadas | **fachada 01**
escala 1:200



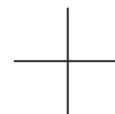
fachadas | **fachada 02**
escala 1:200



fachadas | **fachada 03**
 escala 1:200



fachadas | **fachada 04**
 escala 1:200

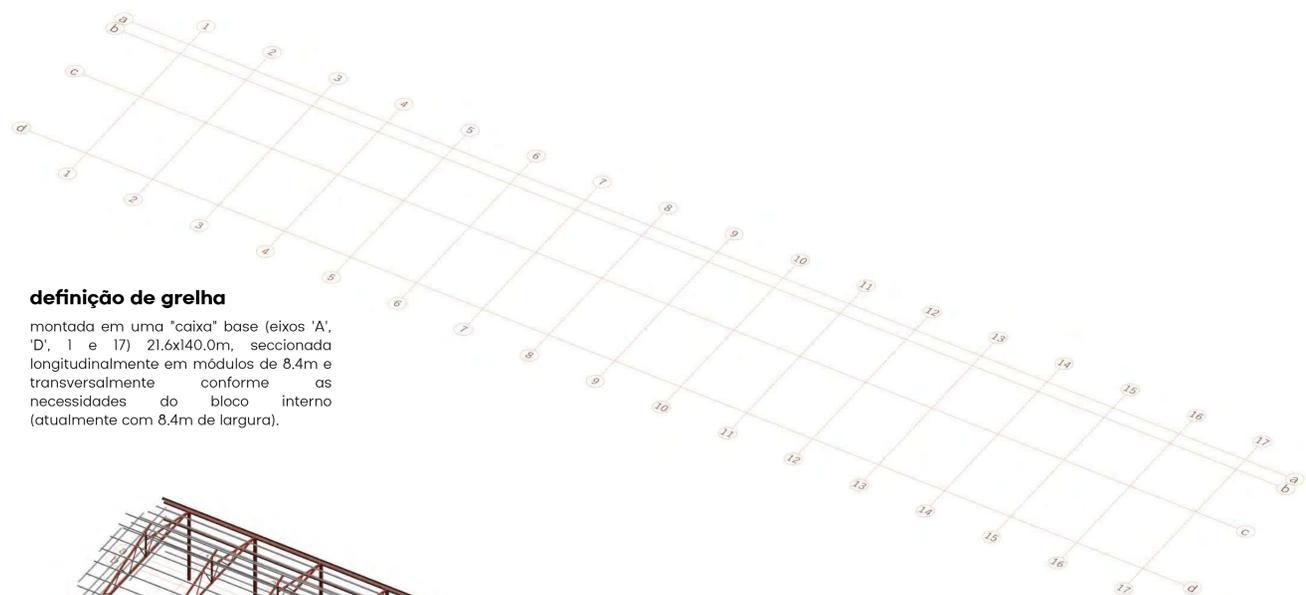


terminal de passageiros

Arievaldo Viana

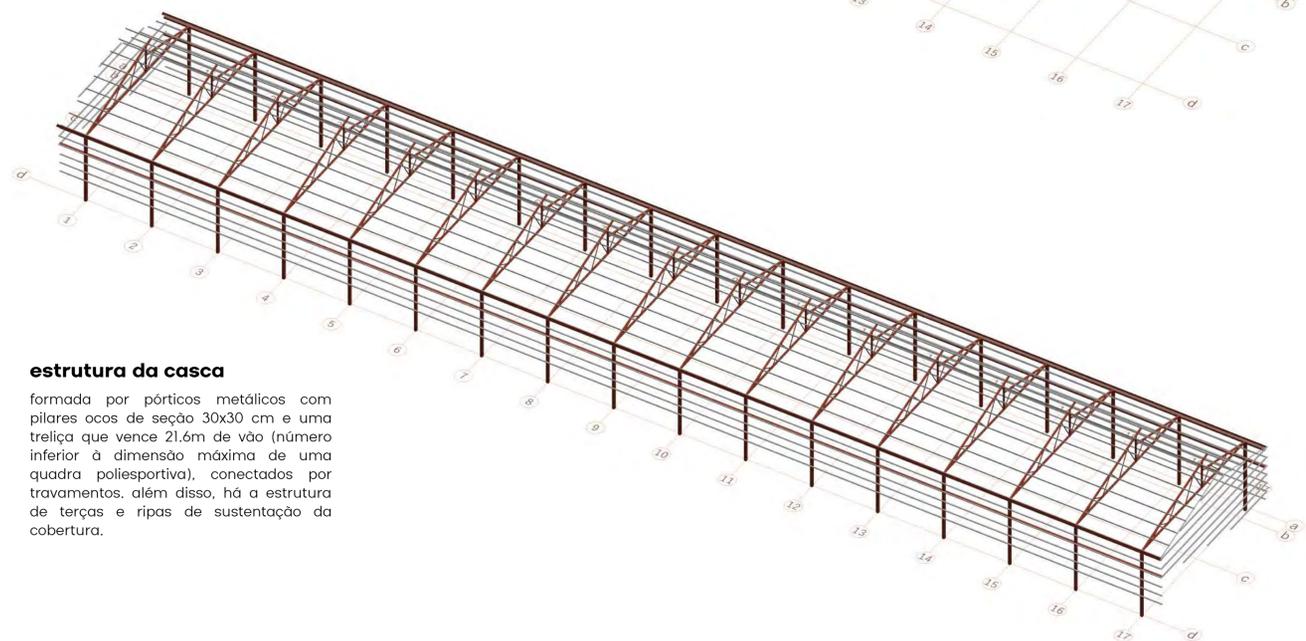
No terminal, optou-se por uma estrutura mais simples a fim de evidenciar a expressão formal do Espaço Kanindés como característica do conjunto. Dessa forma, a partir de uma modulação baseada em múltiplos de 1.20m, foram alocados pilares circulares de concreto armado e topo com perfil metálico (para dar mais leveza à conexão viga/pilar) associados a vigas metálicas, que por sua vez sustentam a cobertura em telha termoacústica. Foram criadas duas plataformas cobertas e duas descobertas (a primeira associada ao leito viário e a segunda ao Espaço), sendo as primeiras interconectadas por um pergolado metálico coberto com telhas translúcidas.

O principal vão do terminal foi alocado com o objetivo de fornecer maior abrigo aos passageiros e, ainda, abrigar atividades diversas e de menor porte que demandem maior comunicação com o tráfego de veículos. Assim como o Espaço, o Terminal busca também alcançar a dimensão infraestrutural da arquitetura e ser um articulador de fluxos. O nome do terminal foi escolhido em homenagem ao poeta, cordelista e ilustrador Arievaldo Viana, falecido em 2020.



definição de grelha

montada em uma "caixa" base (eixos 'A', 'D', 1 e 17) 21.6x140,0m, seccionada longitudinalmente em módulos de 8.4m e transversalmente conforme as necessidades do bloco interno (atualmente com 8.4m de largura).



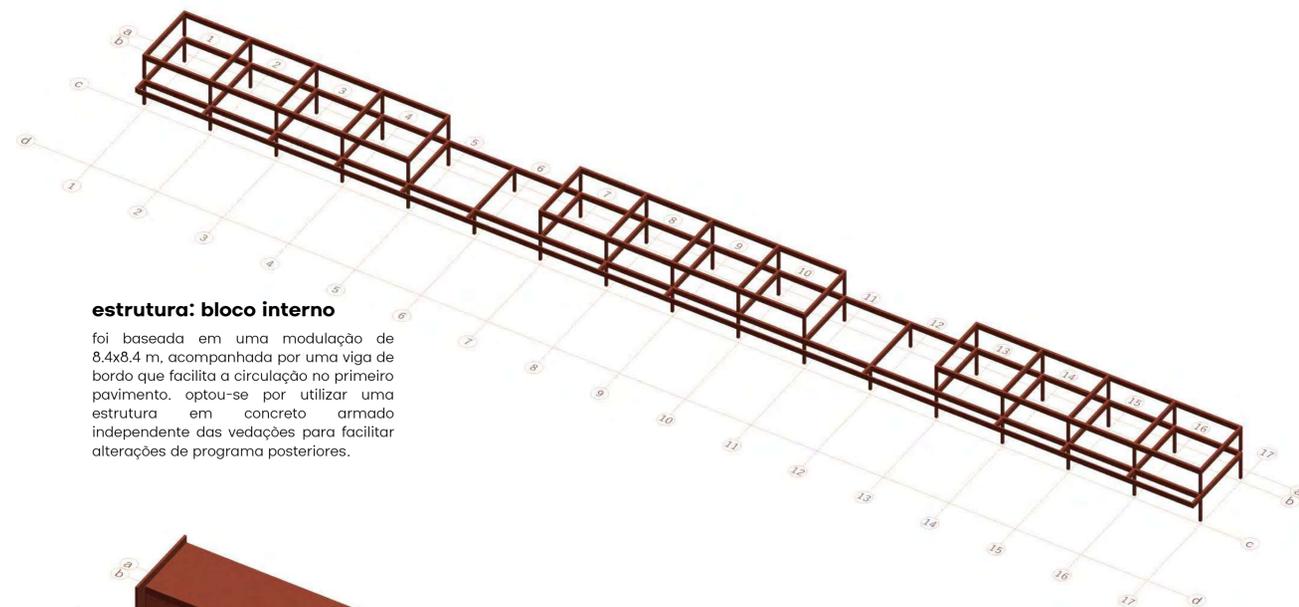
estrutura da casca

formada por pórticos metálicos com pilares ocos de seção 30x30 cm e uma treliça que vence 21.6m de vão (número inferior à dimensão máxima de uma quadra poliesportiva), conectados por travamentos. além disso, há a estrutura de terças e ripas de sustentação da cobertura.



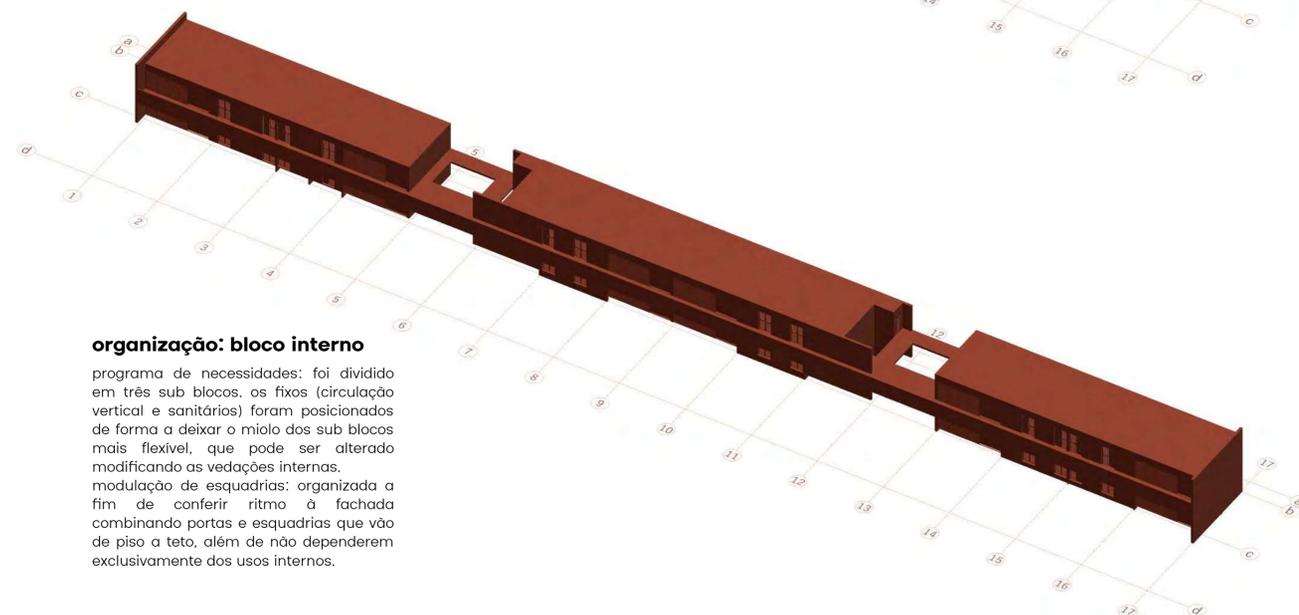
materialidade da casca

composta por telhas termoacústicas na cor branca e inserções de telhas translúcidas em alguns pontos da modulação, as laterais da casca são encobertas a fim de aumentar a proteção solar e reduzir os impactos da entrada de 'vento seco', típico de alguns períodos do ano em Canindé, mas sem bloquear completamente a entrada de luz natural. há ainda um shed e o painel perfurado na lateral mais coberta da casca que facilita a ventilação cruzada.



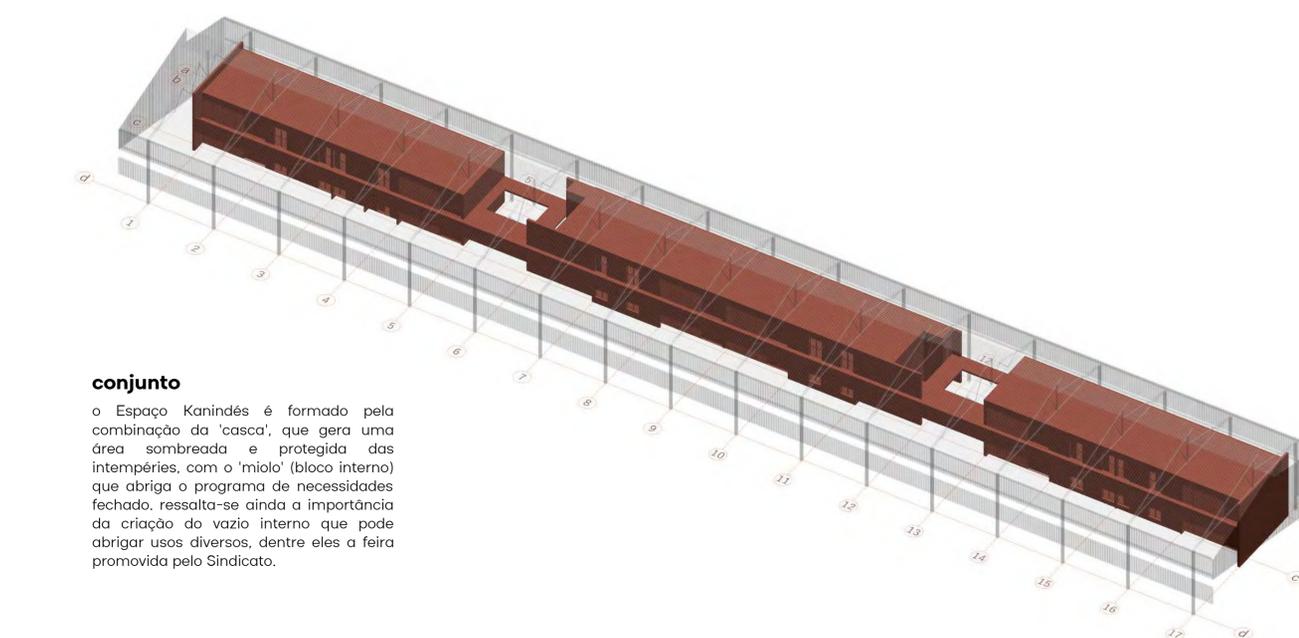
estrutura: bloco interno

foi baseada em uma modulação de 8.4x8.4 m, acompanhada por uma viga de bordo que facilita a circulação no primeiro pavimento. optou-se por utilizar uma estrutura em concreto armado independente das vedações para facilitar alterações de programa posteriores.



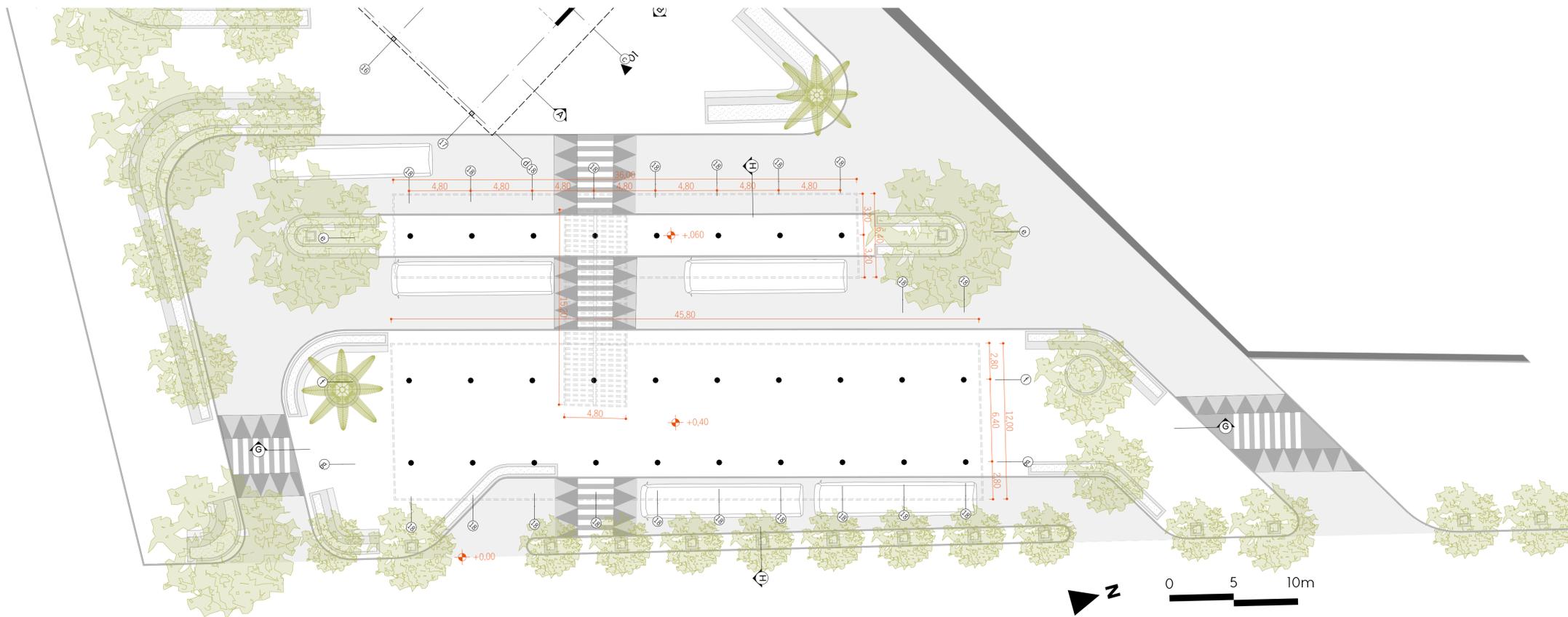
organização: bloco interno

programa de necessidades: foi dividido em três sub blocos, os fixos (circulação vertical e sanitários) foram posicionados de forma a deixar o miolo dos sub blocos mais flexível, que pode ser alterado modificando as vedações internas. modulação de esquadrias: organizada a fim de conferir ritmo à fachada combinando portas e esquadrias que vão de piso a teto, além de não dependerem exclusivamente dos usos internos.

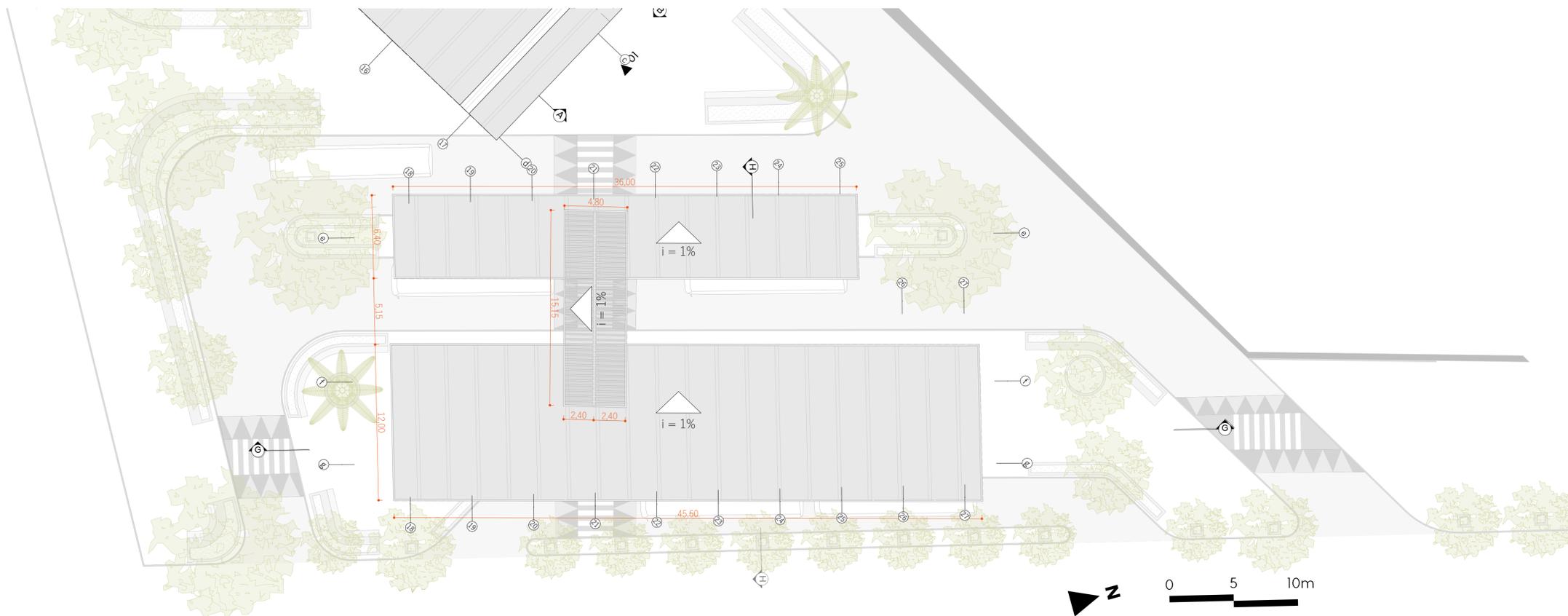


conjunto

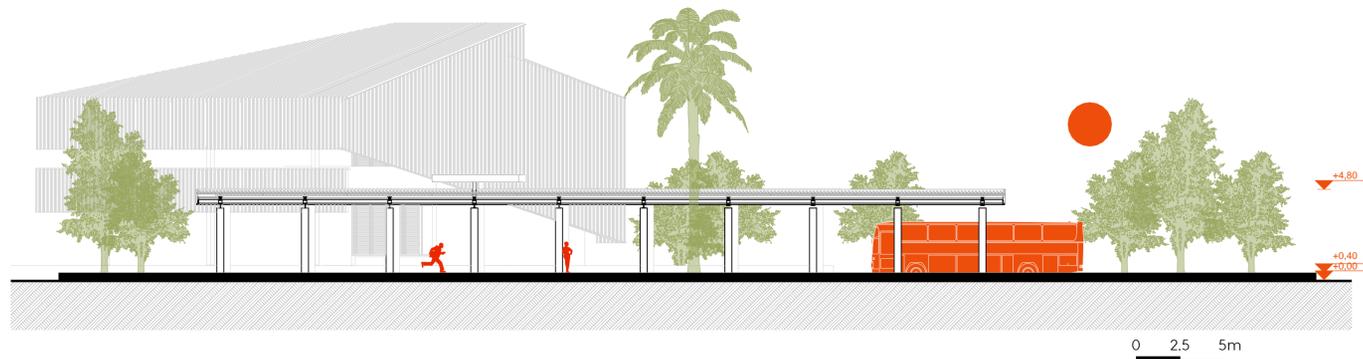
o Espaço Kanindés é formado pela combinação da 'casca', que gera uma área sombreada e protegida das intempéries, com o 'miolo' (bloco interno) que abriga o programa de necessidades fechado, ressalta-se ainda a importância da criação do vazio interno que pode abrigar usos diversos, dentre eles a feira promovida pelo Sindicato.



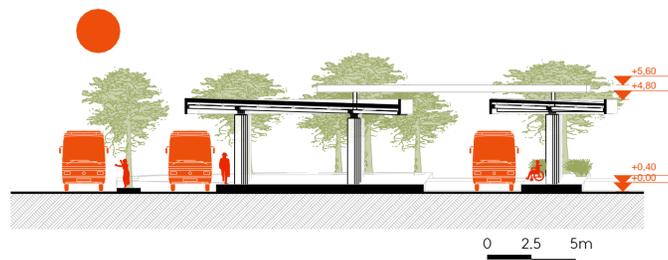
plantas | **planta baixa - térreo**
 escala 1:200



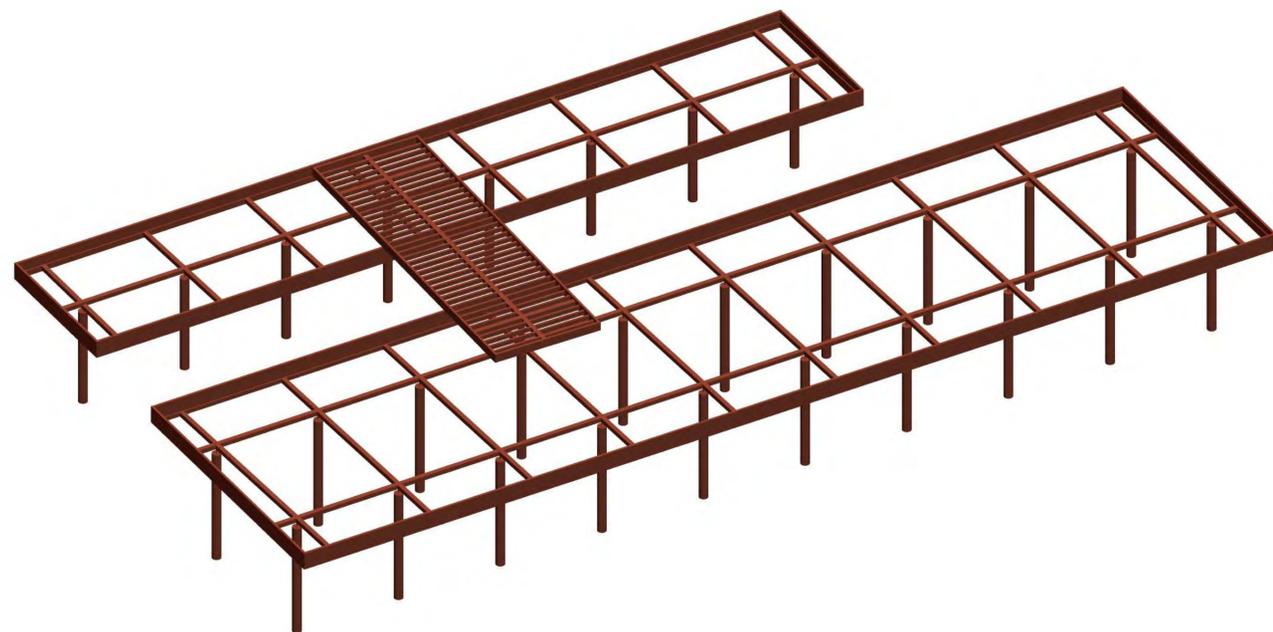
plantas | **planta baixa - cobertura**
 escala 1:200



cortes | corte G
escala 1:200



cortes | corte H
escala 1:200



perspectivas | estrutura

pilares de concreto com topo metálico associados à vigas metálicas. há ainda uma grelha de terças com espaçamento de 2.20m nas dimensões transversal e longitudinal



perspectivas | terminal

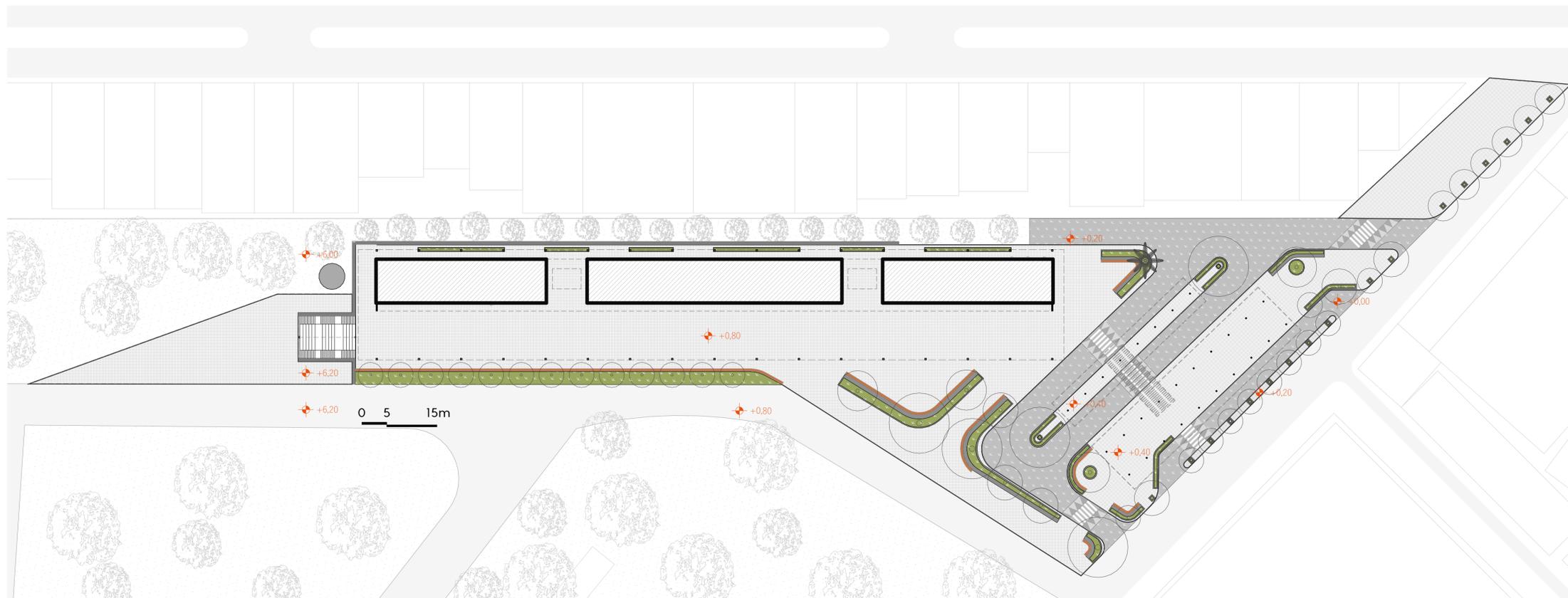
o terminal conta com três áreas de embarque e desembarque e duas áreas cobertas, sendo uma delas com maiores dimensões para abrigar mais pessoas e usos diversos. há ainda a cobertura de ligação entre as plataformas, formada por um ripado que sustenta telhas translúcidas.



praça do **Campo**

Por último, cabe mencionar os aspectos associados à Praça do Campo. Os balizadores do seu desenho foram, principalmente, o fluxo de veículos proveniente do Terminal e os fluxos de pedestres a serem realizados da forma mais segura possível. Para o desenho de bancos (estruturas maciças de concreto extrudado) e de canteiros, utilizou-se o módulo de 60x60cm proporcionado pelo piso drenante acessível escolhido.

No geral, a Praça não possui outros equipamentos associados, sendo a sua expressão formal mais caracterizada pelo desenho dos canteiros (posicionados de forma a guiar os pedestres para as travessias mais seguras) e dos bancos. Sobre o plano de vegetação, optou-se por pré-definir apenas as árvores e a forração dos canteiros em seixo natural sem uma paginação mimética de arbustos e forrações mais delicados, uma vez que espera-se um expressivo tráfego diário de pessoas no local. Essa escolha de deixar os arbustos indefinidos no projeto objetiva ainda que a população rural possa plantar as mudas que desejarem no local, desde que sejam espécies nativas e que não necessitem de muita manutenção. A materialidade escolhida para as vias do terminal foi o Gravelpave, piso drenante acessível formado por pedriscos e uma tela. As cores escolhidas tem o objetivo de se comunicar com o solo pré-existente no local.

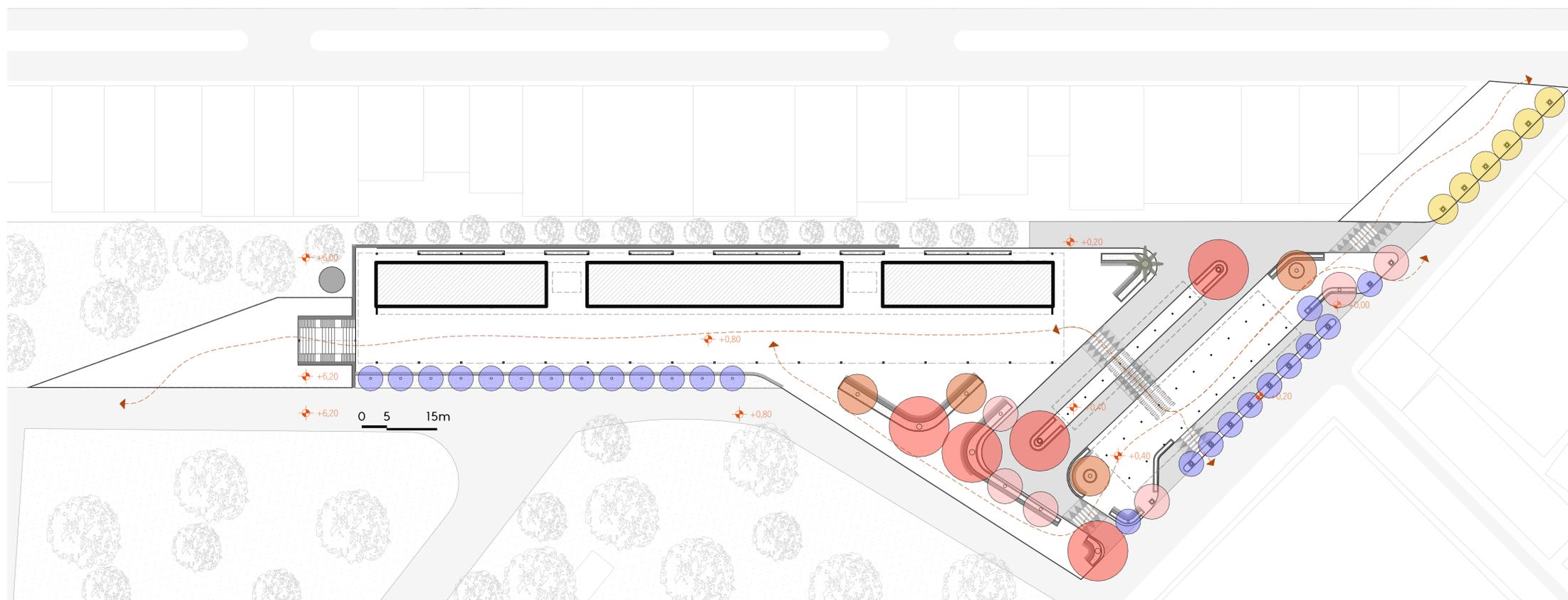


legenda

- piso drenante acessível Gravelpave brita cor cinza acentada sobre tela plástica e pedrisco
- canteiro permeável forrado com seixo rolado cor natural
- piso drenante Braston megadreno 60x60 cor palha assentado sobre pó de pedra e pedrisco
- canteiro em meio-fio de concreto extrudado cor terrosa
- banco de concreto armado moldado in loco com pintura branco gelo

planta baixa | forrações e pisos

escala 1:500



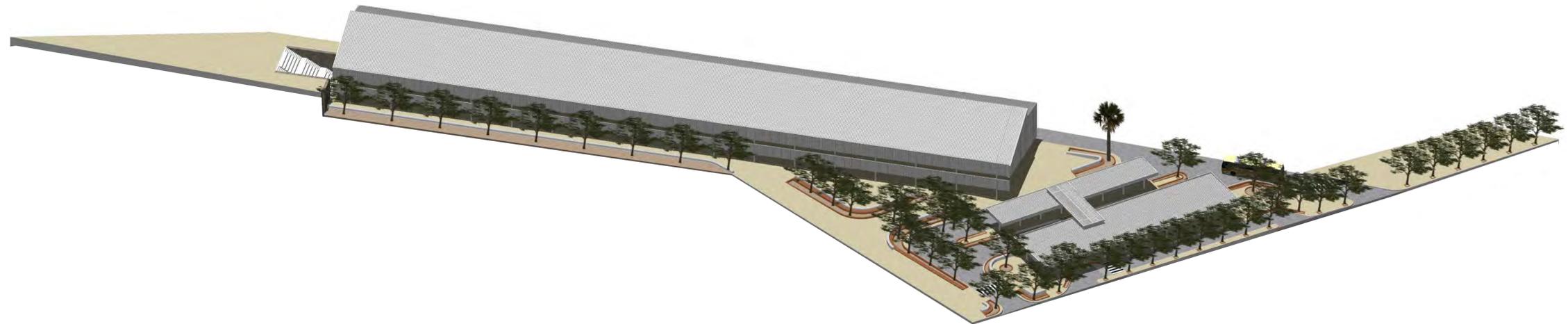
legenda

- carnaúba
- caraúba
- genipapo
- pau-brasil
- angelim
- cedro
- fluxos de pedestres priorizados

planta baixa | vegetação - árvores

escala 1:500





perspectiva | **conjunto do paisagismo**
relação de níveis e espacialização dos fluxos

perspectivas



vista da rua raimundo costa ribeiro



vista da rua raimundo costa ribeiro



vista a partir da Praça do Campo



vista do Terminal de Passageiros Arievaldo Viana



vista da plataforma de embarque e desembarque



vista do interior do Terminal



vista da fachada principal do Espaço Kanindês



vista da área polivalente



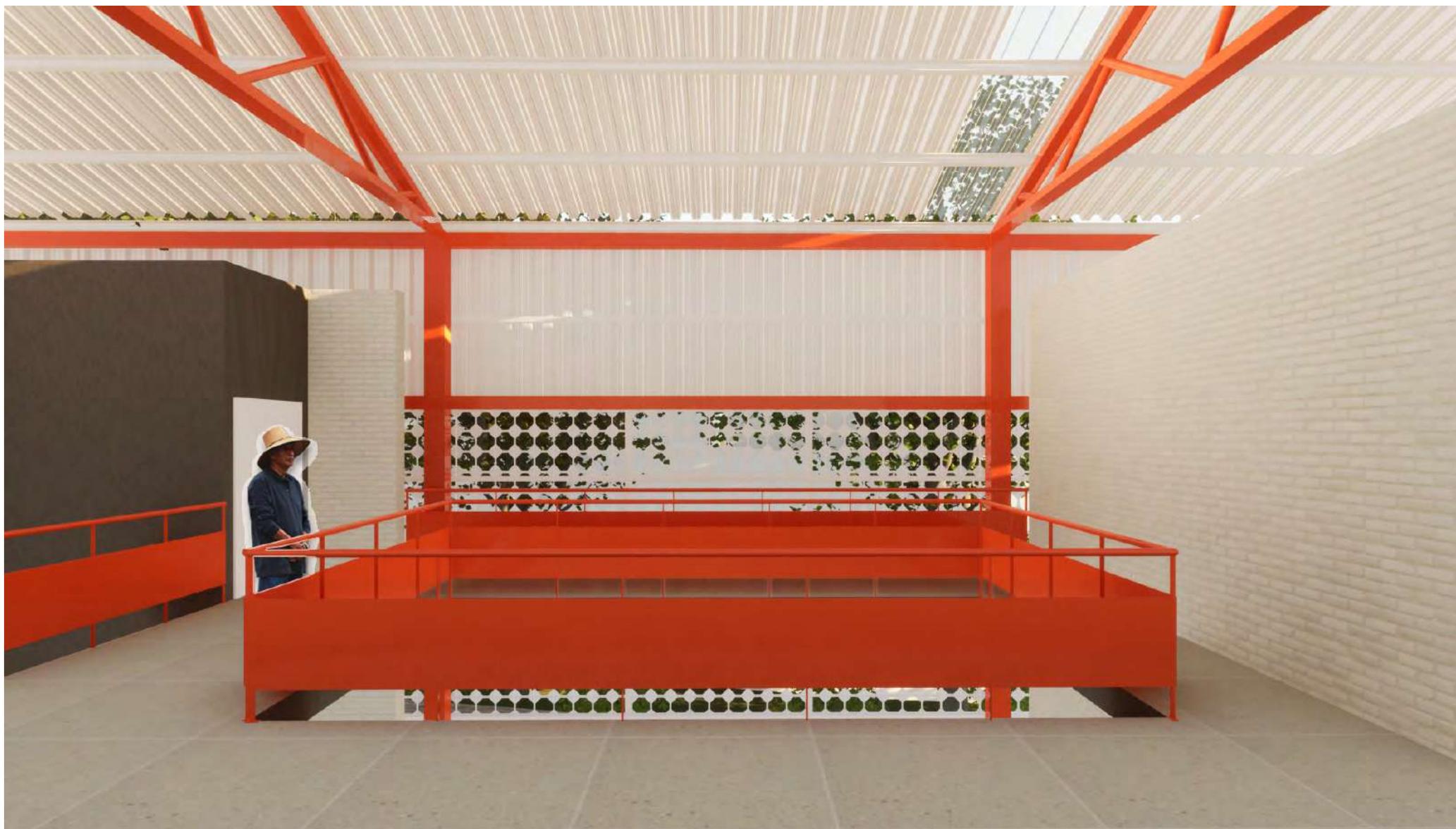
vista da área polivalente



vista interna com a fachada do bloco rígido



vista do vazio entre sub-blocos



vista do vazio entre sub-bolcos no primeiro pavimento



vista da passarela



vista do refeitório



vista da área de espera do Sindicato



vista da sala de reunião



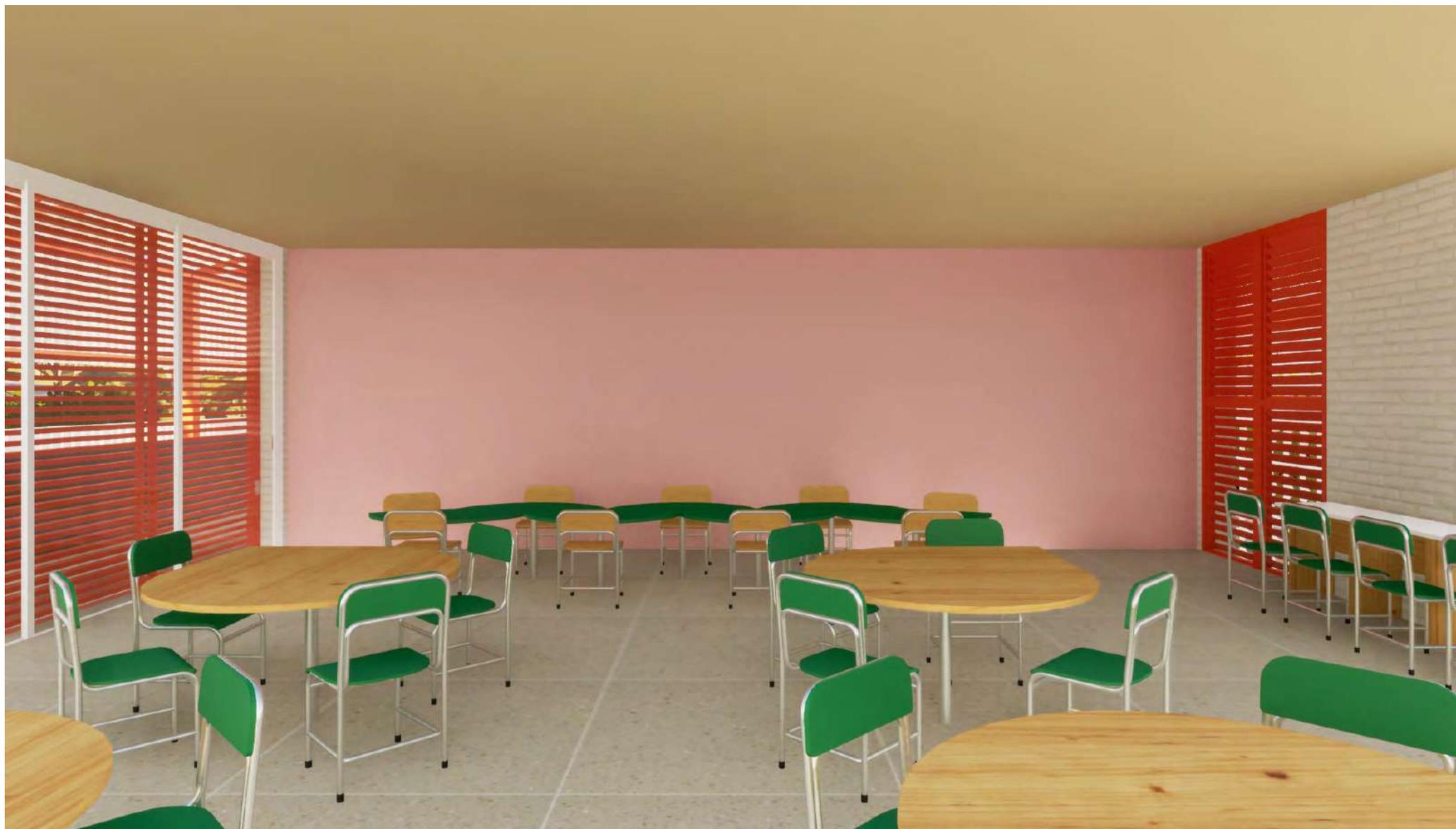
vista do auditório



vista do laboratório de informática



vista da sala de aula



vista da biblioteca - área de leitura (adulto e infantil)



vista da biblioteca - acervo



vista aérea

08

conclusão

A associação dos conceitos de Arquitetura como Infraestrutura ao projeto mostrou-se fundamental e satisfatória, uma vez que possibilitou a realização de estudos acerca da universalidade de determinadas arquiteturas aplicada à uma problemática local e específica do município de Canindé. O estudo feito para a elaboração do programa de necessidades foi uma experiência enriquecedora, pois possibilitou, mesmo que de maneira incipiente, uma primeira experiência sobre como nós arquitetos podemos atuar como articuladores de diversas demandas a fim de solucioná-las da maneira que mais dialoga com os possíveis usuários. Cabe mencionar ainda o aprendizado proveniente do estudo de obras de referência para extração de dispositivos de projeto como parte do processo criativo.

Já no que diz respeito à familiarização com os conceitos associados ao Campo e à Cidade, pode-se afirmar que foi uma experiência enriquecedora não apenas para a definição de critérios para a intervenção arquitetônica, mas também para compreender a realidade e a importância história e cultural de uma parcela expressiva da população do município de Canindé que por vezes é posta em segundo plano nos estudos da formação cultural, econômica e de mobilização popular no território.

Por fim, é válido citar que com a pesquisa foi possível alcançar ainda um objetivo secundário: a produção de mapas espacializando algumas informações sobre a Cidade e o município a fim de que essas peças gráficas possam ser utilizadas como base para o entendimento geral do território, seja pelos cidadãos ou por outros estudantes que desejam iniciar suas pesquisas. De maneira geral, a produção do trabalho e a pesquisa foram bastante enriquecedoras para a formação acadêmica e profissional uma vez que, enquanto profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, necessitamos desenvolver a capacidade de compreensão de realidades locais para elaborar propostas condizentes com o meio físico e social onde os projetos se inserem.

bibliografia

- ARAÚJO, Dâmaris Starling Ferreira. **A Produção Cultural territorializada como um processo educativo e de práxis política: um relato de experiência do F5 - Festival de Cultura Independente de Contagem**. 2019. 25 p. Artigo de conclusão de curso (História - licenciatura) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2019.
- ARCHDAILY. **Em construção: Complexo Praça dos Museus da USP / Paulo Mendes da Rocha + Piratininga Arquitetos Associados**. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-120626/em-construcao-complexo-praca-dos-museus-da-usp-slash-paulo-mendes-da-rocha-plus-piratininga-arquitetos-associados?ad_source=search&ad_medium=projects_tab>. Acesso em: 17 maio 2022.
- ARCHDAILY. **Lune de Sang - Galpão 1 / CHROFI**. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/759718/lune-de-sang-shed-1-chrofi?ad_source=search&ad_medium=projects_tab>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Formação da sociedade rural e seus reflexos no desenvolvimento do Brasil**. Ipades - Desenvolvimento em Foco. Belém, p. 1-18. jun. 2011. Disponível em: https://www.ipades.com.br/publicacoes/FORMACAO_DA_SOCIEDADE_RURAL.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.
- BARREIRA, César; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Assentamentos rurais: o sonho da terra conquistada**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 38, n. 1, 2007, p. 128-142.
- BESERRA, Raquel Carine Martins. **Educação popular e práticas extensionistas na cooperação no campo: a Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE), em Canindé**. 2013. 237f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.
- BEZERRA, Viviane dos Santos. **Redistribuir a terra, partilhar a esperança: a territorialização do assentamento Timboré no município de Andradina - SP**. 2011. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Convênio Unesp/Incrá/Pronera, Presidente Prudente, 2011. Cap. 1. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia_viviane_parte3.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.
- CABRAL, Bruna Delfino. **Cultura(s) nos sertões: impactos de políticas culturais em assentamentos rurais no Ceará**. 2018. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- Canindé (CE). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16 p. 122-129. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf>. Acesso em: abr. 2022.
- CANINDÉ (Município). Lei nº 1651, de 22 de dezembro de 2000. Dispõe sobre as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU/Canindé, e dá outras providências. Canindé, CE, 22 dez. 2000.
- CARDOSO, D. R.; MAIA, H. G.; MIRANDA, N. M.; COSTA LIMA, M. Q. **Pensar dispositivo: a emergência de novas formas na arquitetura**. In: 14th Congress of the Iberoamerican Society of Digital Graphics, 2010, Bogotá. SIGraDi 2010_Proceedings of the 14th Congress of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. Anais... Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010. p. 181-184.
- COLARES, Getuliana Sousa; MENESES, Neyla Moreira de; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Educação do campo: olhar dos formadores do ProJovem campo na comunidade Japuaara em Canindé-CE**. Revista LABOR, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 108-119, nov. 2017.
- DELEUZE, Gilles. 1998. **Foucault**. Título original: Foucault. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 46.
- FLORIO, Wilson. **Da representação à simulação infográfica dos espaços arquitetônicos**. 1998.
- FRACALLOSSI, Igor. **CEU Pimentas / Biselli + Katchborian arquitetos**. 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-26029/ceu-pimentas-biselli-mais-katchborian-arquitetos>>. Acesso em: 06 maio 2022.
- GALVÃO, Walter José Ferreira. **Fundamentos de conforto ambiental para aplicação no projeto de arquitetura: conforto térmico, acústica arquitetônica e luminotécnica**. São Paulo: Ed. do Autor, 2016.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente: Uel, 2008. 84 p. Disponível em: http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.
- GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. **Evolução do espaço rural brasileiro**. In: ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. Brasil : uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ibge, Coordenação de Geografia, 2016. Cap. 5. p. 119-137.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

- HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** (field and city, rural and urban in contemporary Brazil). Mercator, Fortaleza, v. 12, n.2, p. 103 a 112, out. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1177>>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Os primórdios da organização territorial e da vila cearense: algumas notas**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133-163, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/jwTS6zZdgtQhCT5R3k5w4hv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- LEMOS, Joscimara Nunes. **Mobilidade cotidiana entre espaços urbanos e rurais: dinâmica da relação cidade/campo em Barra do Choça/BA**. 2018. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.
- MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Arquitetura como Infraestrutura**. 2015. 363 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. **A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação**. II Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, set. 2010. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/01.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste, [s. l.], v. 45, n. , p. 83-92, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500/396>>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. São Paulo: G. Gili, 2017.
- OLIVEIRA, A. A. R. **O Ceará e as novas temporalidades da cultura popular na década de 1970**. Anos 90, 28, 1-15. <<https://doi.org/10.22456/1983-201X.105278>>.
- OLIVEIRA, A. A. R. **Em busca do Ceará: a conveniência da cultura popular na figuração da cultura cearense (1948 a 1983)**. In: XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, 2016, Fortaleza. Anais do Evento. Fortaleza: Anpuh-Ce, 2016. p. 1-12. Disponível em: <http://uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-27126-17022017-103304.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Maria Inez Medeiros (org.). **O Campo no Século XXI : território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. 372 p.
- ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. **Aspectos históricos da questão agrária no Brasil**. Revista Produção Acadêmica - Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/Nurba, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 75-86, 30 jun. 2016.
- SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. Território: Globalização e Fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.
- SERRA, Carlos Alberto Teixeira. **Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil**. Alceu : Revista de Comunicação, Cultura e Política, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 231-248, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu-n7-Serra.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- SILVA et al., José Iraldo da. **Os benefícios da arquitetura bioclimática no conforto e na economia energética**. VII Connepi, Palmas, out. 2012.
- SILVA, L. B. **Reforma Agrária: A Conquista de Novos Territórios: O Caso do Assentamento Tiracanga Logradouro – Canindé - Ceará**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SILVA, Marcia Alves Soares da. **Distritos municipais: entre a modernidade da cidade e a tradição do campo**. VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais, Ponta Grossa, maio 2015.
- SOUSA, Samuel Antônio Miranda de. **Centralidade no sertão cearense: uma perspectiva a partir do comércio em Quixadá-CE**. Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Simpurb, Vitória, p. 3994-4011, dez. 2019.

- SOUZA, Egle Guinancio de. **A cidade no campo e o campo na cidade: contribuição para o estudo da organização espacial do município de Nova Iguaçu.** 2013. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Planejamento e Uso do Solo Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, R, 2013.
- VALADARES, Alexandre Arbex. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

